



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR:
ELEMENTOS DA DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NO COMPLEXO DA
EDUCAÇÃO**

FORTALEZA – CEARÁ

2014

EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES

**A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR:
ELEMENTOS DA DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NO COMPLEXO DA
EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós- Graduação em Educação do Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria das Dores Mendes Segundo

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Chaves, Emanuela Rútila Monteiro

A crise estrutural do capital e o complexo industrial militar: elementos da destrutividade do capital no complexo da educação / Emanuela Rútila Monteiro Chaves. - 2014.

CD-ROM. 111 f.: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2014.

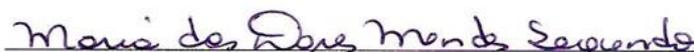
Área do conhecimento: Formação de Professores.
Orientação: Prof.^a Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.

1. Crise estrutural do capital. 2. Complexo industrial militar. 3. Destrutividade do capital na educação. I. Título.

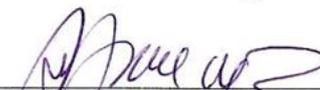


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

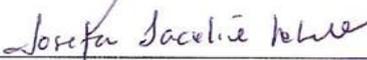
Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e quatorze, **EMANUELA RÚTILA MONTEIRO CHAVES**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE) Curso de Mestrado Acadêmico (CMAE), na área de concentração em Formação de Professores, defendeu a dissertação intitulada: **A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR: ELEMENTOS DA DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO**. A Banca de Defesa foi composta pelos professores: Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (presidente – UECE), Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez (UFC), Dra. Josefa Jackline Rabelo (UFC) e Dr. Osterne Nonato Maia Filho (PPGE/UECE). A defesa ocorreu das 14:00h às 18:00h, tendo sido a aluna submetida à arguição, dispondo cada membro da banca de tempo hábil para tal. Em seguida, a banca reuniu-se em separado e concluiu por considerar APROVADA a mestranda **Emanuela Rútila Monteiro Chaves**, por sua dissertação e sua defesa pública terem recebido conceito SATISFATORIO e nota 10,0. Eu, Maria das Dores Mendes Segundo, que presidi a Banca de Defesa de Dissertação, assino a presente ata, juntamente com os demais membros, e dou fé.



Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (presidente – UECE)



Profa. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez (UFC)



Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo (UFC)



Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho (PPGE/UECE)

*À Fernanda Ney Conrado de Castro Beserra (in
memorian), por todo o exemplo de humanidade e amor ao
próximo que semeou durante a sua passagem pela terra.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Jesus e Maria de Nazaré por ter me dado a vida e uma família tão iluminada que muito me auxiliou na concretização desse sonho.

Ao meu querido e amado filho João Miguel, pelo novo sentido que trouxe para a minha a vida e por me ensinar a cada dia o que é um verdadeiro e sublime amor. Com você, meu queridinho, estou aprendendo a ser uma pessoa melhor. Sempre que olho para você recarrego a minha motivação para seguir adiante e superar os obstáculos.

Aos meus amados pais Alcides Júnior e Maria Ludmila, aos meus irmãos e mais fiéis amigos Arley Magno e Raissa Lara e a minha avó Iolanda por todo o amor expressado através de constantes e incondicionais ajudas. Agradeço todos os dias a Deus por tê-los em minha vida. As minhas conquistas não seriam possíveis sem vocês. Amo-os profundamente.

Ao meu marido Rógerson Reis, por cuidar tão bem do nosso filho enquanto precisei me ausentar para assistir as aulas do mestrado. Obrigado pelo companheirismo e amizade e por sempre me motivar nos momentos de incerteza e desânimo.

À minha prima irmã Dayane Cindy por ter dividido por mais de um ano a sua vida comigo. Não tenho palavras para agradecer a imensa ajuda que me prestou durante esse tempo. Obrigada por fazer parte da minha vida de uma maneira sempre tão amiga e tão leal.

À minha estimada tia Fernanda Ney (*in memorian*) por ter tão gentilmente cedido um lugar em seu apartamento para que eu pudesse ficar durante as aulas do mestrado. Serei a vida toda grata por tudo que fez por mim e pela minha família. Com a sua perda não perdi só uma tia muito querida, que me adotou como sobrinha, mas também uma grande benfeitora. Sei que por toda a sua bondade, agora repousa nos braços do altíssimo. Imensas saudades...

À minha preciosa avó Alzira e aos meus estimados tios Sena e Nádia pelos incontáveis auxílios carinhosos.

Ao meu amado avô Alcides (*in memorian*) que sempre se preocupou com os meus estudos e principalmente com a minha formação enquanto ser humano.

À minha inesquecível avó Julieta que mesmo estando longe sei que sempre torceu muito por mim.

À querida professora Maria das Dores Mendes Segundo que desde o início está presente na minha trajetória acadêmica e em muitos momentos importantes da minha vida. Posso dizer com propriedade que tenho uma imensa dívida de gratidão por todas as conquistas que me possibilitou e pelo apoio incondicional em todas as situações. Tenho muito orgulho de

dizer que você é a principal responsável pela minha formação acadêmica. Afinal são quase seis anos de convivência e orientação. Obrigado por estar comigo em mais esse degrau da minha trajetória.

À professora Susana Jimenez uma das pessoas mais humana e gentil que já tive o prazer de conhecer. Obrigada pelas brilhantes contribuições a esse trabalho e por alimentar em nós o germe da transformação radical, da inconformação e da crítica. Me sinto privilegiada por ter tido a oportunidade de assistir as suas brilhantes aulas e por ter a sua participação em minha banca de qualificação e defesa.

Ao professor Osterne Maia pelas críticas e contribuições tão pertinentes ao meu trabalho e por dividir tão docemente conosco toda a sua bagagem de conhecimentos.

À professora Jackline Rabelo, que prontamente aceitou o convite para participar da minha banca de defesa. Agradeço a generosidade em compartilhar comigo a sua afinidade e proximidade com as teses mézáríanas.

À professora Ruth de Paula (Ruthinha) pelo carinho e pelas caronas para casa.

Às minhas amigas Aline, Edleusa e Williany, pela grandiosa ajuda nos momentos de necessidade e pela sincera amizade. É muito gratificante saber que as amizades permanecem, independente do tempo e da distância.

À minha estimada amiga Jamira Lopes, por dividir comigo esse sonho que desde o início foi nosso.

Aos meus amigos e companheiros Antônio, Felipe, Samanthinha, Érico, Claudia, Cleidinha pela amizade sincera e pela convivência maravilhosa que tivemos.

À doce amiga Adele Cristina que sempre me socorreu nos momentos de dificuldades e com seu jeito meigo sempre arrumava tempo para me explicar as coisas que eram novas para mim.

À querida Daniele Kelly (Dani), amiga sempre presente nos momentos difíceis. Obrigada pelas palavras de incentivo e pela preciosa amizade.

À minha querida amiga professora Helena Freres por tantas ajudas desinteressadas que se iniciaram antes mesmo de eu entrar no mestrado. Agradeço muito o seu carinho e a sua lealdade sempre.

A todos os meus amigos do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) que com certeza levarei para toda a vida. Depois que passei a conviver com vocês pude apreender os elementos de uma verdadeira e desinteressada amizade.

A todos os professores que fazem o IMO por compartilharem com nós o rigor teórico e a prática voltada para uma transformação social.

À Joice, Jonelma e todos os que fazem o PPGE pelo trabalho dedicado em prol dos alunos do programa e pelos incontáveis favores tão gentilmente prestados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que concedeu a bolsa que financiou essa pesquisa.

A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século de 'socialismo ou barbárie'.

Rochester, 1999.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos da destrutividade do capital na educação, relacionando economia e educação. Buscando melhor se aproximar do movimento do real, partimos de uma pesquisa teórico-bibliográfica, pautada no legado marxiano concebido como uma ontologia do ser social. No primeiro capítulo, denominado: “*a crise estrutural do capital e a produção da destruição: a hegemonia do complexo industrial militar*”, tratamos da crise sistêmica vivenciada pelo capital nas últimas décadas e da consequente ativação das suas tendências destrutivas, cuja maior expressão é o complexo industrial militar e a sua prática cotidiana da destruição. O segundo capítulo tem como título: “*análise da relação entre o complexo da economia e o complexo da educação e os impactos da destrutividade do capital na educação*”. Esse capítulo contextualiza em seus devidos limites e contornos a influência do predomínio da produção destrutiva ou da destrutividade do capital no delineamento do formato e da função da educação atual, elaborando uma análise, em linhas gerais, da relação entre o complexo da economia e o complexo da educação. Utilizamos como ilustração concreta da destrutividade do capital na educação o movimento de Educação para Todos (EPT). Baseamos nossa análise na investigação de duas categorias que a nosso ver expressam muito bem a estreita ligação com o mercado e o esvaziamento e a negação do conhecimento elaborado pelo gênero, que a nosso ver, expressam os impactos dessa destrutividade na educação. As categorias analisadas foram: educação básica e uso das novas tecnologias na educação. No tocante ao exame dessas categorias nos baseamos nos documentos resultantes dos principais eventos desse pacto internacional, a saber: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000). O propósito da referida investigação é contribuir para a discussão das consequências da crise estrutural para os diversos âmbitos da vida social, em particular, para a expressão da destrutividade do capital na economia e os seus reflexos na educação. Defendemos que esse caráter destrutivo transborda o âmbito estrito da produção econômica, perpassando, de diferentes formas, as outras dimensões que compõem a totalidade social. Em face das consequências devastadoras do espectro da destruição derivado dessa crise crônica e endêmica, reiteramos a urgência histórica da alternativa societal socialista como única solução efetiva para as crescentes desumanidades produzidas pela ordem sociometabólica do capital.

Palavras-chave: Crise estrutural. Complexo industrial militar. Destrutividade do capital na educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts of destructiveness of capital in education, linking economics and education. Similar to reality, it is based on a theoretical literature, referenced in the Marxian concept. The first chapter, "*structural crisis of capital and the production of destruction: the hegemony of the military-industrial complex*", deals with the crisis and its destructive tendencies experienced by the capital in recent decades, where the most relevant is the military industrial complex with daily practice destruction. The second chapter, "*analysis of the relationship between the economy and education systems and the impacts of the destructiveness of capital in education.*" It contextualizes the influence of destructive production in format and function of current education, analyzing, in general, the relationship between the economy and education systems. The movement *Educação para Todos* (Education for All) is an example of destructiveness. There is an investigation in two categories (basic education and use of new technologies in education) expressing an important link with the market, deflation and denial of knowledge, expanding this destructiveness in education. For analysis of categories, here are the documents of the main events of this international agreement: *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (the World Declaration on Education for All) and *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem* (the Plan of Action to Agree Basic Learning Needs) (1990) and *Marco de Ação de Dakar* (the Dakar Mark for Action) (2000). The objective of the investigation is to contribute to the discussion of the consequences of structural crisis for the various areas of social life, in particular, for the expression of the destructiveness of capital in the economy and its impact on education. This destructive character goes beyond the economic production and, in different ways, other dimensions that produce the social totality. Because of the devastating consequences derived from this deep crisis, there is the historical urgency of socialism as the only effective solution to growing inequalities produced by capitalist society.

Keywords: Structural crisis. Military-industrial complex. Destructiveness of capital in education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação à Distância
EPT	Educação para Todos
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IMO	Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONG's	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
ProUni	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SALT	Tratado de Limitação de Armas Estratégicas
SEB	Secretaria de Educação Básica
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TCH	Teoria do Capital Humano
Tic's	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DA DESTRUIÇÃO: A HEGEMONIA DO COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR.....	20
2.1	A LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITAL EM CRISE: A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	20
2.2	A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL E A ATIVAÇÃO DOS SEUS LIMITES ABSOLUTOS: O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E A PRODUÇÃO DA DESTRUIÇÃO.....	34
2.2.1	Breve histórico da configuração do Complexo Industrial Militar.....	35
2.2.2	Elementos da tese mézariana da essência incontrolável do sistema do capital.....	46
2.2.3	Capital, Estado e produção destrutiva: antagonismo estrutural e encontro do capital com seus limites absolutos.....	55
3	ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO DA ECONOMIA E O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS DA DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO.....	69
3.1	O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA CENTRAL NA CONFORMAÇÃO DO MUNDO HUMANO.....	70
3.2	O TRABALHO E O COMPLEXO PARCIAL DA EDUCAÇÃO: DO CARÁTER UNIVERSAL DO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO AO SEU CARÁTER DE CLASSE.....	79
3.3	O PACTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT) E A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO.....	86
3.3.1	Análise das categorias educação básica e uso das novas tecnologias na educação.....	88
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Para Istvan Mészáros¹, filósofo húngaro marxista, o século XX assistiu ao encontro do capital com os seus limites absolutos e o esgotamento de todas as suas possibilidades civilizatórias mediante a ativação das suas tendências destrutivas. No atual momento do estágio capitalista, a produção de valores de uso se tornou um obstáculo a autoreprodução ampliada do capital, exigindo a adoção de medidas mais drásticas para lidar com as restrições da demanda flutuante de consumidores em condição de desemprego crescente. A partir de então, a dinâmica expansionista do capital torna corriqueira a destruição maciça de imensas quantidades de forças produtivas através da produção da destruição efetuada pelo complexo industrial militar².

A produção destrutiva e as outras modalidades de destruição, aliada à lei tendencial da taxa de utilização decrescente, atuam como meio de garantir um crescimento quase irrestrito, sem qualquer constrangimento causado pela demanda efetiva e pelo consumo real. Outrossim, possibilita, em certa medida, soluções para os problemas da superprodução, se configurando em um importante instrumento no deslocamento momentâneo das contradições subjacentes.

No atual momento de crise, o Estado moderno enquanto estrutura política do capital que executa a função de complementar a sua base material financeira e compra a produção de armamentos, retirando esses produtos do rol da circulação das mercadorias normais. Nesse processo, estabelece uma relação de muita proximidade com os grandes oligopólios industriais e o capital financeiro, dando suporte à tendência a concentração e centralização do capital e ao crescimento do capital parasitário.

O complexo industrial militar e a sua prática cotidiana da destruição demonstram a incontrollabilidade total do capital diante de seus limites sistêmicos insuperáveis. Desde o início, a essência do capital é incompatível com qualquer tipo de restrição e a sua dinâmica

¹ István Mészáros é um dos filósofos marxistas mais renomados da contemporaneidade. Possui uma produção vasta e significativa, com vários livros publicados em português, muitos dos quais publicados em diversos países. Nasceu em Budapeste em 1930. Foi discípulo e colaborador de Georg Lukács na Universidade de Budapeste, onde graduou-se em Filosofia. Recebeu o título de professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra.

² O complexo industrial militar tem sua inserção na história no início da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos, depois de ter vivenciado a mais violenta crise da era do capital financeiro, passa a investir maciçamente na indústria bélica ou na produção da destruição. Essa produção possibilitou durante esse conflito mundial a retomada do crescimento econômico, até então estagnado desde a crise de 1929- 1933. Já a nomenclatura “complexo industrial militar” só viria a ser utilizada pela primeira vez pouco mais de duas décadas depois, pelo então presidente dos Estados Unidos Eisenhower no seu discurso de fim de mandato em 1961.

expansiva tendia a superar qualquer obstáculo que se colocasse a sua autoreprodução. Entretanto, com o esgotamento da sua fase de ascensão histórica e a eficácia decrescente do seu maquinário de deslocamento das contradições, esse metabolismo social se depara com a obstrução do seu movimento contínuo de expansão e acumulação. É justamente nesse contexto de crise sistêmica que as tendências destrutivas do capital são ativadas com toda intensidade, adentrando a economia e emanando a suas consequências sobre a totalidade social.

As consequências dessa destrutividade vão refletir de diferentes formas e em graus diferenciados nos complexos parciais que compõem a totalidade dominada pelo capital. No caso específico do complexo da educação, a partir da década de 1990, os interesses do capital passaram a interferir com mais veemência na definição dos seus contornos a nível mundial. Esse fato pode ser facilmente constatado pela inserção do Banco Mundial³ na elaboração de diretrizes educacionais a serem implantadas nas nações pobres, sob pena de ingovernabilidade ou da não inserção dos países na nova ordem dita globalizada.

A manifestação concreta dessa destrutividade do capital na educação se dá por meio da redefinição da sua função social, mediante um conjunto de reformas conduzidas pelos principais organismos internacionais da ONU⁴, sob o comando do Banco Mundial⁵. Nesse contexto, foi delegada a educação elementar a função de promover a equidade social, constituindo-se, no entanto, como a principal mediadora no intuito de promover a sustentabilidade econômica e aliviar a pobreza extrema.

A completa subordinação da educação aos imperativos do capital acarretou um estreitamento na relação entre educação e mercado e o esvaziamento e a negação do conhecimento produzido e acumulado pelo gênero humano. Contudo, essa submissão da

³ Tida como uma das mais importantes agências multilaterais, O Banco Mundial executou nas últimas décadas do século XX, o papel crucial na reestruturação das economias de capitalismo periférico, através da implantação dos preceitos neoliberais. Ante a necessidade de reverter o cenário caótico causado pelo poder devastador da crise do capital que se tornava cada vez mais aguda, o Banco Mundial, de acordo com Leher (1998 apud MENDES SEGUNDO, 2005), muda o seu eixo norteador e passa a atuar na área social, financiando projetos em favor do combate a pobreza extrema. É nesse contexto que a educação se sobressai como a chave para o desenvolvimento sustentável e a ferramenta essencial na luta contra os males da humanidade.

⁴ Organização das Nações Unidas.

⁵ Ao longo da sua atuação, o Banco Mundial executou uma importante função na conservação da ordem do capital, estando estreitamente relacionado com a supremacia do imperialismo estadunidense. Essa agência multilateral desempenha relevante papel na execução da política externa norte-americana, que não por acaso, é o país que detém o maior percentual de ações do Banco e conseqüentemente, o maior poder de voto, voltando as ações desse organismo para o alívio da pobreza, através da oferta de doses homeopáticas de falaciosas políticas sociais mínimas aos pobres e excluídos de forma a mascarar a realidade e a evitar um possível ataque ao domínio do capital sobre o trabalho.

educação às demandas mercantis e a negação do conhecimento se dão de forma velada sob o discurso de uma educação mínima para todos os habitantes dos países periféricos, que precisam responder com o mínimo de habilidades as demandas de uma suposta nova sociedade, sob pena de completa exclusão do processo de globalização e de uma economia baseada no conhecimento.

As mais graves consequências desse retrocesso no processo educativo atingem principalmente a classe trabalhadora, empobrecendo cada vez mais o que deveria ser um processo minimamente formativo. Minimamente porque, no curso do desenvolvimento histórico, a educação institucionalizada vem sendo negada as classes dominadas, produtoras da riqueza social. Com o advento da sociedade industrial e a necessidade de habilidades mais complexas que não poderiam mais ser adquiridas somente no trabalho, é que a escola vai ser democratizada para o conjunto de trabalhadores. Ainda assim, essa democratização vai ocorrer de forma descontínua, como bem demonstra o alto contingente de analfabetos (os não letrados e os funcionais) principalmente nos países pobres.

Compactuando com a tese de Mészáros (2011) de que atualmente o sistema do capital vivencia uma crise estrutural, qualitativamente diferente das crises anteriores, a pesquisa busca investigar as consequências da destrutividade operada pelo capital na redefinição do formato da educação.

É importante ressaltar que o envolvimento com o tema, assim como o primeiro contato com a ontologia marxiana-lukacsiana, se deu a partir dos estudos desenvolvidos durante os três anos como bolsista de iniciação científica da FUNCAP, no período da graduação em pedagogia, com o projeto intitulado: “O Programa de Educação para Todos (EPT) e a Política de Financiamento do Ensino Básico no Brasil”⁶. As análises resultantes desse projeto, em especial, a leitura marxista da crise atual e de seus rebatimentos sobre a educação, deram origem a alguns trabalhos dos quais merece destaque o trabalho monográfico de conclusão do curso de pedagogia com o título: “As diretrizes de financiamento e da qualidade no Programa de Educação para Todos (EPT) ilustrado no Fundeb: uma crítica marxista”⁷.

A proximidade com temáticas ligadas à perspectiva trabalho e educação ocorreu também por meio de outras atividades, dentre elas, a participação no Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), mais especificamente, no grupo de pesquisa “O

⁶Projeto orientado pela professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE.

⁷Trabalho monográfico orientado pela professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE.

Movimento de Educação para Todos e a Crítica Marxista”⁸; a participação na disciplina Introdução a Economia Política como aluna e bolsista da graduação, e, posteriormente, a participação na disciplina Economia Política e Educação, como aluna da disciplina prática de Estágio de Docência⁹ do Mestrado Acadêmico em Educação.

Objetivando dar continuidade aos estudos anteriormente empreendidos, voltaremos o foco dessa investigação para uma das principais consequências do encontro do capital com os seus limites sistêmicos, que é a ativação das suas tendências destrutivas sobre o conjunto da humanidade, em particular, a sua influencia na definição de novos contornos para a educação.

Diante do encontro do capital com os seus limites absolutos, que marca a erupção de uma crise insolúvel, há um estreitamento na relação entre economia e educação, ou, em outros termos, a educação, atividade humano-social, que tem na sua raiz ontológica um papel imprescindível na reprodução do mundo humano, é subordinada às demandas do mercado e às necessidades do capital em crise.

Na atual conjuntura, o capital vai operar toda a sua destrutividade, como bem expressa o complexo industrial militar. O complexo da economia por ser a matriz ontológica das diversas dimensões sociais, embora não as determine absolutamente, exerce certo grau de influencia sobre os complexos parciais, dentre eles a educação, acarretando que eles não estejam completamente descolados das exigências e do desenvolvimento da economia. Essa influencia mútua, do complexo da economia com os complexos parciais, se dá sob a mediação da totalidade social, que tem no seu movimento e na sua dinâmica impressa em cada período histórico o momento predominante na gênese e evolução de cada complexo particular. Precisamente pela relação de influência mútua entre o complexo da economia e o complexo da educação, que ocorre sob o primado da totalidade social, partimos do pressuposto que essa destrutividade vai transbordar o âmbito estritamente econômico, atingindo de diferentes modos os complexos sociais parciais. No que se refere à educação, defendemos que essa destrutividade vai se expressar por meio da sua subordinação ao mercado e da negação e esvaziamento do conhecimento. Como expressão concreta dessa destrutividade na educação, que apresenta a sua forma mais aguda na educação oferecida a classe trabalhadora, temos o

⁸ Grupo de pesquisa liderado pela professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE. Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário- IMO/ UECE.

⁹ Estágio supervisionado pela professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo, que também é orientadora desse trabalho dissertativo.

pacto de Educação para Todos, propagado pelos principais organismos internacionais¹⁰ da ONU sob a tutela do Banco Mundial.

Partindo da centralidade do trabalho no desenvolvimento do homem como ser histórico e social, ontologicamente distinto da natureza, a referida investigação tem como objetivo geral a análise dos impactos da destrutividade do capital na educação, relacionando economia e educação.

Conforme a natureza do objeto a ser estudado, a pesquisa apresenta-se de cunho bibliográfico e documental, visando desvelar, com base no referencial onto-marxiano¹¹, a relação entre o capital e o complexo educacional e as implicações da forma de produção predominantemente destrutiva para essa atividade social.

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos propostos, o presente trabalho está dividido em dois capítulos, contando também com a introdução, considerações finais e as referências. Tentaremos, na medida do possível, elaborar uma reflexão sobre a relação entre o complexo da economia e o complexo da educação, ressaltando as consequências da destrutividade do capital nessa atividade social.

No primeiro capítulo, trataremos da crise estrutural do capital e da ativação das suas tendências destrutivas, cuja maior expressão é o complexo industrial militar e a sua prática cotidiana do desperdício. Na investigação do movimento do capital na contemporaneidade, Mészáros defende a tese de que esse metabolismo social vivencia a sua fase descendente na qual se depara com limites sistêmicos intransponíveis. Nesse cenário, a produção de bens de consumo e de capital não retomaria mais o autoreprodução do sistema, exigindo uma produção que se autoconsome antes mesmo de sequer entrar no processo de circulação.

Para a investigação da crise e dos principais aspectos que perpassam a produção destrutiva, como o espectro da incontrollabilidade total e a relação entre Estado e capital, nos

¹⁰A interferência dos organismos internacionais na direção das políticas dos países pobres tem o seu início em um contexto muito peculiar da Guerra Fria em que predominava certa resistência desses países ao domínio americano por conta do massacre da Guerra do Vietnã e do fortalecimento das nações periféricas em processo de descolonização. Para evitar um enfraquecimento da supremacia estadunidense e o fortalecimento do domínio comunista, o bloco americano estrategicamente optou por ações indiretas mediadas por organismos multilaterais. Foi assim que o então secretário de defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, renunciou o cargo e assumiu a presidência do Banco Mundial, reconfigurando a política desse organismo sob a dupla base segurança- pobreza. É nessa conjuntura que essa agência multilateral passa a atuar diretamente na educação dos países de periferia do capital, voltando as suas ações para programas destinados as populações mais pobres, possivelmente vulneráveis a aderirem ao bloco comunista. (LEHER, 1999).

¹¹A ontologia marxiana se refere à leitura da obra de Marx levada a cabo por Lúkacs, que objetivou superar deturpações deterministas, economicistas e dogmáticas, resgatando o seu estatuto ontológico, através da compreensão do marxismo como uma teoria do gênero humano. A teoria marxiana rompe com a ontologia metafísica e instaura uma ontologia de novo tipo de base materialista que articula subjetividade e objetividade.

baseamos nas brilhantes investigações empreendidas por Mészáros, dando destaque a sua obra de maior envergadura *Para Além do Capital*. Utilizamos também os escritos de Paniago (2001) sobre a incontornabilidade do capital, Dantas (2005; 2006) sobre o papel de estímulo econômico da produção de armamentos, entre outros autores como Serfati (2002). Na tentativa de compreender a configuração histórica do complexo industrial militar fundamentamos nossa investigação em Hobsbawm (2005).

O segundo capítulo tem o objetivo de contextualizar, em seus devidos limites e contornos, a influência do predomínio da produção destrutiva ou da destrutividade do capital no delineamento do formato e da função da educação atual, elaborando uma análise, em linhas gerais, da relação entre o complexo da economia e o complexo da educação.

Inicialmente, procuraremos explicitar o relacionamento entre o trabalho, que está contido no complexo da economia e opera o processo de reprodução material da vida dos homens, e a educação enquanto complexo fundado pelas necessidades postas a partir da complexificação do trabalho.

Com vista a situar o trabalho enquanto fundamento do ser social e a especificidade da educação e sua relação com o trabalho, bem como as devidas mediações que se colocam entre a influência da economia na educação, recorreremos a importantes intérpretes da ontologia marxiana-lucasiana, dando destaque a Lessa (2011), Lima e Jimenez, (2011) e Tonet (2005).

No tocante aos impactos da destrutividade do capital na educação, utilizaremos como ilustração o Programa de Educação para Todos (EPT). Basearemos nossa investigação na análise de duas categorias, que no nosso entendimento, não só expressam, mas também relacionam o estreitamento da relação entre educação e mercado e a negação e o empobrecimento do conhecimento, enquanto consequências da destrutividade do capital na educação. As categorias a serem analisadas são: *educação básica e uso das novas tecnologias na educação*. O exame dessas categorias se dará nos dois documentos ícones desse pacto internacional: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000).

Para finalizar, apresentaremos as considerações finais das análises empreendidas ao longo do trabalho, ressaltando que a única alternativa para conter os imperativos destrutivos do capital sobre a sociedade é a instauração de uma forma superior de

sociabilidade humana pautada na riqueza de produção¹² e no controle dos produtores sobre o trabalho.

¹²Mészáros (2011), apoiado no legado de Marx, explicita que a riqueza de produção seria o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos através do intercâmbio potencializador do homem com a natureza, em total contraposição com a produção de riqueza alienada efetuada sob os ditames do capital.

2 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DA DESTRUIÇÃO: A HEGEMONIA DO COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR.

Nesse primeiro capítulo trataremos da forma de produção predominante no capitalismo contemporâneo, face ao agravamento das contradições subjacentes que ocasionou o encontro do capital com seus limites sistêmicos, pondo em cena o que Mészáros denominou de crise estrutural do sistema do capital.

Para contextualizar a produção da destruição como uma das estratégias utilizadas pelo capital para manter o seu controle sobre a totalidade social, contemplaremos os principais aspectos da crise atual a partir das profundas reflexões do filósofo húngaro Istvan Mészáros. O referido autor afirma que após um longo período de expansão econômica sem precedentes o capitalismo atual se deparou com uma crise jamais vista, que acarretou sérias consequências para a própria viabilidade do sistema. Este, para sobreviver, utiliza-se das mais perversas estratégias, pondo em perigo até mesmo a existência da vida humana.

Com o objetivo de retomar o processo de acumulação e combater as crises de superprodução, o capital tornou cotidiana a destruição de gigantescas quantidades de recursos materiais. A expressão máxima da produção destrutiva se dá por meio do complexo industrial militar, que combina uma máxima expansão com a taxa mínima de utilização, aproximando-se do ideal do capital de chegar a taxa zero de uso.

2.1 A LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITAL EM CRISE: A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.

Compreendendo a educação como uma das atividades mediadoras para a reprodução social que mantém uma dependência ontológica em relação ao trabalho e, por isso, conseqüentemente, assim como as outras dimensões sociais também entra em profunda crise, faz-se necessário, inicialmente, analisar o atual estágio do capitalismo, bem como a crise estrutural que atinge o sistema do capital e libera as suas potencialidades destrutivas sobre o complexo social global, modificando toda a sua dinâmica produtiva, que passa a ter como eixo a produção da destruição¹³.

Nessa direção, faremos um breve panorama da crise a partir de algumas teses defendidas por Istvan Mészáros, procurando ressaltar as suas principais características e as

¹³Trataremos de forma um pouco mais detalhada da produção destrutiva no item 2.2 desse capítulo.

suas consequências para as demais instâncias da sociedade. Outrossim, buscaremos contextualizar a nova configuração do capitalismo avançado, que surge a partir do processo de restauração do capital, tendo o seu início no final da década de 1970.

Tido como um dos pensadores marxistas mais importantes da contemporaneidade, Mészáros, apoiado no legado marxiano e lukácsiano, em seus estudos sobre o controle sociometabólico do capital, defende que a atual crise que o atinge não se caracteriza como cíclica ou conjuntural, decorrente, segundo Marx, da queda tendencial da taxa de juros e da redução da realização da mais-valia. Segundo o autor (2011), o sistema do capital passa por uma crise qualitativamente diferente das anteriores¹⁴, definida como uma fratura no eixo estrutural da sociedade que afeta as suas três dimensões fundamentais (produção, circulação e consumo), possuindo um alcance verdadeiramente global. Essa crise afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital, não se restringindo apenas ao capitalismo¹⁵.

Para o filósofo marxista “A crise estrutural do capital é a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos¹⁶” (MÉSZÁROS, 1998). Nessa perspectiva, o germe dessa crise, ou do encontro do capital com seus limites absolutos, estaria, em última instância, contido em suas contradições, agravadas pelo atual estágio capitalista. Essas contradições exigem o uso cada vez mais intensivo de estratégias para deslocá-las temporariamente que até o presente momento operam com significativo sucesso, antes de ocorrer o esgotamento da sua efetividade.

As contradições que entram a estrutura da mercadoria são operantes desde a sua fase mais inicial, uma vez que o capital só pode atuar efetivamente se impuser a legitimidade dos antagonismos que constituem a base da sua operabilidade, como ao mesmo tempo,

¹⁴É oportuno ressaltar que as crises cíclicas fazem parte da dinâmica do capitalismo e continuam a ocorrer mesmo com a existência da crise estrutural.

¹⁵Como bem evidencia Ricardo Antunes na apresentação da obra *Para Além do Capital*, Mészáros afirma, com base no legado marxiano, que capital e capitalismo são elementos distintos. O capitalismo é uma das formas sociais possíveis de expressão do capital, podendo este continuar a exercer o seu domínio mesmo com a superação do capitalismo, como ocorreu nas experiências pós-capitalistas da URSS e demais países do Leste Europeu. Nessas experiências a divisão social hierárquica do trabalho continuou a existir e a extração do sobretrabalho ou do trabalho excedente se deu de forma política e não econômica como ocorre no capitalismo, demonstrando que o controle sociometabólico do capital não foi de forma alguma superado. Os elementos que compõem a operacionalidade do capital, como a produção inicial e esporádica de mercadorias e o capital monetário e mercantil, existiam há milhares de anos, mas não eram práticas dominantes por estarem subordinadas aos modos de controle do metabolismo social predominantes em determinado período da história. Só se tornam hegemônicas com a consolidação do capital como complexo social universal sob a forma capitalista burguesa. (MÉSZÁROS, 1998)

¹⁶O filósofo húngaro (2011) explica que a ativação dos limites absolutos do capital, não está separada, mas ao, contrário, tende desde o início a ser inerente a lei do valor, correspondendo a plena maturidade dessa lei, no contexto do encerramento da fase de ascendência histórica do capital. Por outro lado, é possível afirmar, segundo ele, que essa fase de ascendência teve o seu fim decretado porque o sistema do capital atingiu os seus limites absolutos no que se refere a acomodação da lei do valor a seus limites sistêmicos.

conduzi-los a uma espécie de equilíbrio para que seja possível administrá-los. Assim, conforme o autor (2003), o capital se apóia em uma “rede articulada de contradições” que consegue administrar de forma parcial por um período de tempo determinado, mas que não pode superar definitivamente. A raiz dessa rede estaria situada na contradição fundamental entre capital e trabalho.

O capital como complexo social universal em sua forma plenamente desenvolvida é um sistema orgânico com partes fortemente articuladas que se mantêm reciprocamente. Deste modo, para compreender a dinâmica da crise e ir a sua raiz, vislumbrando a possibilidade de superação dessa forma de sociabilidade por outra qualitativamente superior, é necessário, primeiramente, examinar de maneira breve o “círculo vicioso” de autoreprodução ampliada do capital, conforme exposto por Mészáros (2011), que reúne os antagonismos estruturais desse modo de controle sociometabólico.

Uma das características fundamentais derivadas do domínio do capital foi a completa disjunção entre necessidade e produção que acabou por subordinar valor de uso a valor de troca, possibilitando a retirada dos obstáculos que limitavam o dinamismo da produção. Dessa forma, o capital transformou a produção no objetivo da humanidade e a geração de riqueza no objetivo da produção.

Antes que o capital pudesse controlar, de forma eficaz, o sociometabolismo e impor seus imperativos estruturais à humanidade, Mészáros (2011) enfatiza que foi necessário subjugar várias determinações naturais espontâneas, acarretando e tornando permanentes as separações artificiais que compõem o seu modo de funcionamento, de modo a torná-las naturais, ou seja, como derivadas da própria natureza humana. Dentre essas separações está o rompimento entre a existência humana e as condições inorgânicas de sua existência.

Assim, diante do impacto reificante do capital e, paralelamente, ao processo de expropriação dos meios de produção, o significado de propriedade foi brutalmente alterado, afastando-se do seu sentido original, que consistia na relação do trabalhador com as suas condições de produção e reprodução como sendo de sua posse. Com essa modificação, o conceito de propriedade passou a se identificar com a produção e a troca de mercadorias, além de atuar fortemente na garantia da legitimação das práticas de exploração e expropriação, próprias desse modo de controle do metabolismo social. Como aponta Mészáros:

Sob o comando do capital, o sujeito que trabalha não mais pode considerar as condições de sua produção e reprodução como *sua própria propriedade*. Elas não mais são os pressupostos autoevidentes e socialmente salvaguardados do seu *ser*, nem os pressupostos naturais do seu eu como constitutivos da “extensão externa de seu corpo”. Ao contrário, elas agora

pertencem a um “ser estranho” reificado que confronta os produtores com suas próprias demandas e os subjugam aos imperativos materiais de sua própria constituição. Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera “condição de produção”. O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias. (2011, p. 611, grifos do autor)

Durante o curso histórico de desenvolvimento do capital, a concepção de riqueza, baseada na construção de novos conhecimentos e habilidades através do trabalho como atividade potencializadora, desapareceu completamente, sendo subordinada a uma concepção material, ligada a relações alienadas.

O fato do objetivo da produção ter se tornado a geração de riqueza, pela necessidade proveniente da natureza do próprio capital de se autovalorizar incessantemente, trouxe o domínio do aspecto quantitativo sobre o qualitativo. Apesar da possibilidade da emancipação humana, como defende Marx, está intimamente ligada ao alto desenvolvimento das forças produtivas e a consequente expansão da produção, este desenvolvimento possuiria não só uma dimensão quantitativa, mas também, e principalmente, um viés qualitativo, expresso na expansão das necessidades e no crescimento das condições de sua satisfação. Como o domínio do capital rompe com a relação entre necessidade e produtividade, desconsiderando qualquer medida humana como norte do processo produtivo, acaba por transformar suas potencialidades produtivas em destruição, impossibilitando qualquer controle sobre as tendências destrutivas derivadas da dominação da qualidade pela expansão quantitativa.

A quantificação, que atinge todas as instâncias sociais sob os ditames do capital, traz consequências para o exercício do trabalho vivo, que se torna mecânico e mensurável, desconsiderando a dimensão humana (qualitativa) do trabalhador. Ao mesmo tempo, à medida que o capitalismo atinge o seu estágio mais avançado, trazendo profundas transformações no processo produtivo derivadas da revolução técnica-científica, cresce a utilização dos setores não produtivos e parasitários frente ao trabalhador produtivo. Em outras palavras, diminui-se a utilização do trabalho vivo, elevando absurdamente a composição orgânica do capital, o que resulta no desemprego estrutural e na crescente precarização, tanto da atividade laborativa como das condições de vida do trabalhador. Embora essa contradição entre trabalho produtivo e não produtivo tenha se manifestado desde os períodos mais remotos do capitalismo, é só no

auge do desenvolvimento da produção que ela assume sua forma mais explícita e acabada. A contradição entre trabalho produtivo e não produtivo advém da contradição fundamental entre capital e trabalho e do caráter explorador do processo de trabalho capitalista, que necessita de uma forma de controle adequada para manter a exploração e a subjugação da força de trabalho.

A transformação da atividade humana livre e consciente em uma mercadoria como outra qualquer tornou possível a existência de um controle do capital sobre as jornadas de trabalho, exercido de forma horizontal e vertical, de acordo com os parâmetros da divisão de trabalho capitalista. A dimensão horizontal refere-se à divisão funcional do trabalho, que, por sua vez, é inseparável da dimensão vertical, que corresponde a estrutura de comando do capital, cujo objetivo reside em salvaguardar os interesses ligados a vitalidade do sistema, ou seja, assegurar a extração de mais- valia conjugada a máxima exploração do trabalho.

A ruptura da unidade entre produção e necessidade, de forma mais detalhada, significou uma dupla fratura concretizada por meio da separação dos produtores dos seus instrumentos de produção, impossibilitando qualquer tipo de controle sobre o processo produtivo; e da impossibilidade do produto do processo de trabalho ser um valor de uso destinado a atender a necessidade do seu produtor, o que significa que o produto do trabalho mercantilizado possui valor de uso apenas como veículo do valor de troca, estando o primeiro completamente subordinado ao segundo. Essa dupla ruptura fornece a base material indispensável à operacionalização do capital, pois separa os trabalhadores das condições do exercício do seu trabalho, tornando-os dependentes da venda da sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência, como subjugando necessidade e valor de uso a valor de troca, possibilitando a reconstituição da unidade anteriormente rompida por meio da sua sujeição aos imperativos de reprodução do capital. Desse modo, o critério de necessidade, assim como a legitimação do valor de uso e, conseqüentemente, da utilidade, estaria subordinada e corresponderia diretamente aos interesses expansionistas do capital.

A separação dos produtores dos seus meios e materiais de produção não foi a única condição para que o sistema sociometabólico do capital constituísse o seu domínio dinamicamente. Foi imprescindível também suprimir qualquer tipo de controle sobre o processo de trabalho e sobre a distribuição do produto social. Para adequar a jornada de trabalho à expropriação dos meios de produção, foi necessário um processo de homogeneização, que equivale a fragmentação (divisão do trabalho) e a completa degradação da atividade laborativa humana e do próprio trabalhador, uma vez que ele não detém mais o conhecimento e nem o controle sobre o processo produtivo, contribuindo apenas com uma

ínfima parcela do trabalho social total. Segundo Mészáros (2011), a homogeneização completa as características do modo de operar do capital e é conduzida de acordo com parâmetros estritamente econômicos que correspondem às suas determinações materiais, tendo como base a sua expansão ilimitada através da extração de mais-valia do trabalho vivo. A homogeneização das relações distributivas e produtivas sob a supremacia do capital tornou-se uma condição indispensável para a sua existência, pois sem ela esse modo de regulação social não poderia enfrentar as contradições geradas ao longo do seu desenvolvimento.

Atualmente, as contradições do capital vêm se intensificando, exigindo o uso cada vez mais recorrente do mecanismo de deslocamento de forma a garantir a sua reprodução ampliada. Entretanto, esse mecanismo tem atuado com eficácia reduzida e o seu bloqueio representa um obstáculo potencialmente explosivo, já que o capital nunca ofereceu soluções efetivas a nenhuma das suas contradições subjacentes. Muito pelo contrário, cultivou-as, na medida que, devido a sua natureza contraditória, nelas prosperava.

A crise que atingiu o capitalismo no início da década de 1970 é caracterizada por Mészáros (2011) como totalmente diversa das crises cíclicas¹⁷ estudadas por Marx, inerentes à própria dinâmica do capital. O autor a define como uma crise mais profunda e diferencia o seu modo inédito em quatro aspectos fundamentais: possui um caráter universal, não se limitando a esferas particulares (financeira, comercial, determinados ramos da produção); possui um alcance global, ao invés de se restringir a um conjunto de países; sua escala temporal é extensa, permanente, em lugar de cíclica como as anteriores, e seu desenvolvimento ocorre progressivamente, não excluindo a possibilidade de colapsos no futuro, quando as estratégias de contenção da crise e deslocamento temporário das contradições esgotar a sua efetividade.

Quanto a sua origem, a crise reside dentro da estrutura capitalista e deriva das três dimensões internas fundamentais de autoexpansão do capital (produção, consumo e circulação/ distribuição/ realização). Todavia, as disfunções de cada uma, levadas em conta individualmente, devem ser diferenciadas da crise que afeta o todo, que consiste no bloqueio das três partes vitais que o compõem.

Ao longo do desenvolvimento histórico do capital essas três dimensões se fortaleceram e se ampliaram, gerando as condições necessárias para a sua reprodução dinâmica em escala crescente. Essa interação forneceu os elementos para a superação das limitações imediatas de cada dimensão, deslocando as contradições e utilizando-as como mola

¹⁷Com base em Marx, o autor explicita que as crises cíclicas são formas do capital “[...] progredir para além das suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises [...]” (2011, p.795)

propulsora para o aumento e consolidação do poder de dominação do capital. Entretanto, com a crise estrutural esse mecanismo de reprodução e de deslocamento das contradições exibe perturbações cada vez mais intensas, pondo o complexo global frente a frente com os seus limites últimos.

De acordo com Mészáros (2011), a crise estrutural do capital afeta a totalidade do complexo social (e não somente a esfera econômica), desde as suas relações com as suas partes constituintes a outros complexos com os quais mantenha relação. Por sua vez, uma crise não estrutural atinge somente algumas de suas partes, e independente do grau de severidade, não coloca em risco a sobrevivência da estrutura global. Nessa direção, as contradições só podem ser deslocadas enquanto a crise for parcial, exigindo apenas mudanças no interior do próprio sistema, já que uma crise estrutural coloca a necessidade de superação do complexo global existente e a sua substituição por um complexo global alternativo, ou seja, outra forma de sociabilidade¹⁸.

A eclosão da crise na década de 1970, mais precisamente (1973- 1974), acarretou um esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista e de sua base estatal keynesiana, que nos anos anteriores trouxe altas taxas de crescimento econômico, sem, contudo, eliminar as crises cíclicas, o que fez com que alguns historiadores denominassem esse período de “anos dourados” ou os “trinta anos gloriosos”. Como resposta ao dismantelamento do modelo anterior e a consequente queda das taxas de lucro, o capital, personificado na burguesia monopolista e nos seus representantes políticos, conduziu uma ofensiva, pautada na

¹⁸Em face do agravamento das condições sociais ora vivenciadas nunca foi tão atual a frase célebre de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie?”. Apesar de todas as distorções do movimento socialista desde a dissolução da URSS e do fim do regime do sistema do capital pós- capitalista nos países do leste europeu, a possibilidade de instauração do socialismo é real, não apenas pela existência de uma série de condições materiais, mas principalmente, pela necessidade histórico- social que nos coloca diante de duas alternativas: a instauração de uma outra forma de organização social tão universal quanto o capital, alicerçada nas necessidades humanas e no trabalho livremente associado ou o extermínio da humanidade. Mészáros enfatiza que para Marx “[...]uma transformação socialista viável tinha que emergir- e somente poderia emergir- da crise estrutural do sistema do capital global, com sua divisão social do trabalho internacional antagônica e um mercado mundial profundamente problemático.” (2011, p. 705).

Claro que para essa possibilidade ser concretizada é urgente, de acordo com Mészáros (2011), a reorientação do movimento socialista internacional, na perspectiva de um movimento radical organizado da massa proletária.

A alternativa societal socialista pressupõe a reorientação da produção e da distribuição tendo como eixo central a problemática da necessidade, do uso e da qualidade. O que está em jogo não é só a expropriação dos expropriadores, e sim o controle consciente global do processo de produção pelos produtores livremente associados. Esse controle possibilitaria o emprego potencialmente criativo do aumento do tempo disponível (derivado do avanço da produtividade) e a superação do tempo excedente ou tempo supérfluo, utilizado pelo capital para atender os seus imperativos expansionistas. A riqueza de produção possibilitada pelo socialismo seria a universalidade das necessidades e potencialidades humanas construídas através do intercâmbio do homem com a natureza. Esta seria a verdadeira finalidade do trabalho. Marx jamais defendeu o retorno as formas anteriores de organização social. Muito pelo contrário. Enfatizou firmemente que o socialismo só seria possível com o alto desenvolvimento das forças produtivas, para evitar o retorno da escassez e a luta pelo necessário. (MÉSZÁROS, 2011; MARX, 2012)

reestruturação econômica e político- ideológica. Esse processo reestruturador teve como base a *desregulamentação* (tanto dos processos comerciais, como das operações financeiras); a *flexibilização* das relações de trabalho e da produção; e a *privatização* do patrimônio público. Tais medidas foram expressas em um tripé fortemente articulado: a reestruturação produtiva (com a implantação do toyotismo como modelo de organização e gerenciamento da produção), o ideário neoliberal e a financeirização. (NETTO, 2010¹⁹; NETTO e BRAZ, 2007).

A reestruturação produtiva concretizada pela implantação do toyotismo acarretou profundas mudanças no setor produtivo. Além da exigência de um trabalhador polivalente, capaz de executar inúmeras funções, trouxe a adoção maciça das novas tecnologias, provocando a diminuição do trabalho vivo e o aumento do número de trabalhadores no setor dos serviços (setor parasitário). Essa nova configuração gerou fortes implicações para o conjunto dos trabalhadores, destacando-se a precarização do trabalho e o desemprego em massa, que na conjuntura atual assume um viés estrutural²⁰.

No campo político-ideológico o ataque foi conduzido mediante a implantação do ideário neoliberal e sua proposta de reforma do aparelho estatal, que teve como eixo principal as medidas a seguir: a não intervenção do Estado na economia; o corte nos gastos públicos (principalmente nos recursos destinados aos serviços sociais), uma vez que atribuíam-se a situação ora vivenciada a uma crise fiscal gerada por gastos excessivos e não a crise de valorização do capital que comprometia a arrecadação e a capacidade do Estado de financiar investimentos públicos; a privatização de bens estatais, repassando para a esfera mercantil a execução e a administração das suas atividades; o combate ao poder dos sindicatos e a adoção de medidas para desestabilizar o movimento da massa operária; a retomada das taxas de desemprego e o estabelecimento da desigualdade, tido como aspectos positivos para favorecer o dinamismo econômico e retomar as taxas de crescimento.

Apesar de toda a retórica da não intervenção do Estado na economia, há uma necessidade cada vez maior do que Marx, segundo Mészáros (2003), chamava de “ajuda externa”. A dependência do capital em relação à oferta crescente dessa ajuda se torna cada vez mais acentuada com o agravamento da crise estrutural, aproximando o sistema dos seus

¹⁹Texto da comunicação de José Paulo Netto na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”.

²⁰Netto e Braz (2007) pontuam que a diminuição da quantidade de trabalhadores no setor produtivo e o consequente aumento do setor de serviços fornecem o suporte fenomênico para a legitimação das teorias do fim do trabalho.

limites sistêmicos, pois já é possível perceber a incapacidade do Estado em ofertar quantidades astronômicas de recursos financeiros para socorrer as economias em crise.

A crise de valorização do capital e o colapso do padrão de acumulação fordista/keynesiano, aliados à desregulamentação e à liberalização abriram as portas para um regime de acumulação derivado de outro estágio do processo de internacionalização. Essa nova fase de desenvolvimento capitalista, que reflete um estágio particular do imperialismo, foi denominada por Chesnais de mundialização do capital. (CHESNAIS, 1995; 2001; CHESNAIS, 2003 apud OLIVEIRA et al. 2007).

Vale destacar que esse autor se contrapõe veementemente ao discurso ideológico da globalização, que a veicula como um processo unificador e positivo para o crescimento dos países. Chesnais afirma que o verdadeiro conteúdo da globalização consiste na mundialização das operações do capital (tanto no que se refere aos investimentos no setor produtivo como no setor financeiro) e não na mundialização das relações de troca. Para ele “A economia ‘globalizada’ é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais.” (1995, p. 15). Assim sendo, afirma que

Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e a desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente. (CHESNAIS, 2001, p. 11 e 12).

O autor expõe que o triunfo do mercado global não foi um processo natural e exigiu a intervenção das instituições políticas dos principais países capitalistas, tendo como ponto de partida a implantação das medidas neoliberais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que proporcionaram ao capital a liberdade necessária para a sua movimentação e expansão a nível mundial. Tais medidas evidenciaram a forte intervenção Estatal no plano econômico e político, demonstrando a falácia de que o mercado se autoregula por meio de uma “mão invisível”.

A mundialização do capital delineou um modo específico de funcionamento do capitalismo contemporâneo, baseado em uma economia cada vez mais concentrada e centralizada por meio dos oligopólios industriais. Além do mais, a inexistência de qualquer barreira protecionista nacional a expansão do capital forneceu também as condições para a

dominação do capital financeiro²¹, que a partir de então passa a comandar o processo de reprodução do capital em escala ampliada. A esse respeito, Chesnais (2001, p. 8) coloca que

Para tudo que pertence á esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou nível ou as formas do emprego assalariado.

O principal fator que possibilitou a financeirização²², ou a disponibilidade de grandes quantidades de capital monetário que se valoriza de forma fictícia, foi a superacumulação proveniente do maior crescimento econômico da história ocorrido nos “anos dourados”, conjugada a queda das taxas de lucro dos investimentos no setor produtivo.

O processo reestruturador que inaugurou um novo perfil do capitalismo avançado, também chamado de “tardo capitalismo” (NETTO, 2010), demonstra a verdadeira face do capital que se utiliza de estratégias cada vez mais intensivas para se libertar de qualquer amarra que atrapalhe a sua expansão ilimitada. No entanto, a restauração do capital, ao invés de promover a almejada solução para os seus antagonismos estruturais, intensificou-os drasticamente, potencializando ainda mais os efeitos²³ da crise estrutural.

Mesmo diante de uma crise profunda e endêmica, o capital possui um vasto arsenal voltado para a administração das contradições existentes, como também a capacidade de criar outros instrumentais para a defesa da sua continuidade como modo de produção e

²¹Com base na teoria do valor de Marx, Chesnais, aborda os dois circuitos de reprodução do capital: um longo e outro curto. O primeiro é gerado no processo de produção de mercadorias no qual dinheiro se transforma em capital, ou seja em mais dinheiro. O segundo, não necessita da mediação da produção, ocorre somente na esfera da circulação. O autor enfatiza que sob a égide do regime de dominância financeira tem prevalecido o circuito encurtado, havendo um deslocamento dos recursos para a esfera financeira em detrimento do setor produtivo, o que pode aumentar a capacidade de realização do capital, embora não aumente a sua valorização. (1996 apud Oliveira et al. 2007)

²²Embora o capital financeiro exerça profundo domínio sobre o atual estágio de acumulação do capital esse setor parasitário continua a depender, como não poderia deixar de ser, da produção de riqueza no setor produtivo de onde extrai uma parte da mais-valia produzida e repassa para o mercado financeiro, onde vai se autovalorizar.

²³Mészáros (2008) alerta que por ter um caráter estrutural a crise ora vivenciada tende a se agravar atingindo não apenas o setor financeiro global, predominantemente parasitário, mas todos os campos sociais, econômicos, culturais e políticos. Pode-se dizer que já é possível perceber alguns desdobramentos desse aprofundamento, através da degradação ambiental, do aumento da violência (que se estende da cidade ao campo), da precarização cada vez maior das condições de trabalho, da miséria absoluta de milhares de pessoas. Toda essa situação se intensifica com as constantes crises econômicas, incluindo a atual crise econômica européia que atinge a economia global e tende a produzir efeitos danosos para o proletariado, através de medidas de austeridade fiscal impostas por agências multilaterais ou grupos de países (a exemplo da União Européia) as nações devedoras.

reprodução ampliada. Entretanto, a utilização frequente de tal arsenal, diante da sua eficácia decrescente, é uma consequência da crise estrutural que se alastra. (MÉSZÁROS, 2011)

Diante da severidade da crise atual, a lógica expansionista incontrolável do capital gera a produção do desperdício em uma escala crescente, impondo um consumo de produtos não duráveis através da manifestação do que Mézszáros (2011) denomina de variante capitalista da taxa de utilização decrescente do valor de uso dos produtos. Essa tendência manifesta o ideal do capital de aproximar ao máximo a produção e o consumo da taxa zero de uso, desvinculando-se completamente das oscilações da demanda e do consumo real, objetivando promover uma produção sem interrupções e em escala ampliada.

A taxa de utilização decrescente de bens materiais e meios de produção e serviços está, de algum modo, implícita no desenvolvimento da produtividade e é uma tendência da maior proporção de tempo e de recursos materiais utilizados a favor da produção de produtos duráveis. Ela se manifesta na proporção variável que uma dada sociedade depende do seu tempo disponível para a produção de bens reutilizáveis e de consumo rápido, numa proporção que tende a crescer a favor dos primeiros. Nesse sentido, seria coerente que uma quantidade cada vez maior de recursos materiais fosse utilizada para a fabricação de produtos ou bens reutilizáveis, de modo a atender as necessidades básicas de todos. É justamente a maior alocação de tempo na produção desses tipos de bens, processo intrínseco ao avanço produtivo, que torna possível um alto desenvolvimento das forças produtivas, bem como a existência de uma organização social verdadeiramente sustentável, capaz de proporcionar a libertação do homem do trabalho explorado.

O filósofo húngaro fornece uma explicação esclarecedora acerca da peculiaridade da taxa de utilização decrescente inerente ao avanço da produtividade. Ele utiliza o exemplo do processo de desenvolvimento dos instrumentos de produção. Inicialmente, ele aponta que o uso constante dos instrumentos de produção remete a um período histórico muito primitivo, no qual eles desempenhavam o papel de extensão do corpo do produtor. A complexificação das habilidades produtivas e conseqüentemente, dos instrumentos de trabalho, acarretou um grau de diversificação que trouxe importantes mudanças na utilização desse instrumental no intercâmbio do homem com a natureza. Em um estágio mais avançado, essa diversificação dá lugar à fragmentação que se concretiza por meio do caráter específico de cada instrumento. Assim, pode-se dizer que não era possível a utilização constante de todos os instrumentos pelo produtor. Quando ele utilizava um, na aplicação de uma habilidade específica, os outros ficavam sem uso. Isso, porém, não quer dizer que havia a diminuição do tempo de utilidade do instrumento de trabalho. Só significa que ele por algum momento não ia ser utilizado

porque existia uma multiplicidade de instrumentais e todos, obviamente, não podiam ser empregados no mesmo momento. Essa subutilização, ou a diminuição da utilização de um produto pela existência de outros da mesma espécie, só que com funções diferentes, nada têm em comum com a variante capitalista da taxa decrescente de utilização que decorre da necessidade de o capital encontrar formas para manter a sua expansão sem limites.

Sob a manipulação do capital há uma inversão na tendência desse processo de desenvolvimento. Os bens duráveis passam a ser consumidos cada vez mais rápido, sendo lançados ao lixo antes de esgotar a sua vida útil, tudo para aligeirar o ciclo reprodutivo do capital e aumentar a sua rotatividade. Desse modo, a variante capitalista da taxa de utilização decrescente não é de modo algum inseparável do avanço da produtividade, pois algumas condições históricas tiveram que ser efetivadas para tornar possível a sua sujeição aos imperativos do capital. Dentre essas condições estão a separação ou a expropriação dos meios de produção dos produtores e a alienação das condições de sua autoreprodução, ambas essenciais para a consolidação do domínio do capital sobre a classe trabalhadora, além de reunir os elementos necessários para uma produtividade extremamente mais dinâmica, se comparada a de organizações sociais anteriores, por não limitar mais a produção ao consumo dado.

Como é possível perceber, o desenvolvimento da produção ligado à taxa de utilização decrescente apresentou duas faces que se contrapuseram. De um lado, seguiu vinculada a maior proporção de tempo e de recursos materiais empregados para a produção de bens duráveis, mantendo sem problemas a sua ampliação, embora tornasse limitado o seu alcance que se restringia somente a uma parte ínfima da sociedade; do outro, alcançou plenamente o seu objetivo, com a consolidação do progresso produtivo trazido pelo capital, que não só garantiu a supressão das contradições associadas a sua configuração mais limitada, como também tornou as novas manifestações dessa tendência muito problemáticas tanto a curto como a longo prazo, favorecendo a propagação do consumo imediato e a dissipação de grandes quantidades de forças produtivas.

A taxa decrescente de utilização não se manifesta somente na subutilização dos produtos e na redução da sua vida útil como estratégia para acelerar o ciclo de consumo, possibilitando o escoamento da superprodução. Na verdade, ela está presente nas três dimensões fundamentais da produção e do consumo, atingindo também: a esfera dos serviços, por meio do crescente uso daqueles que oferecem um potencial de utilização menor; as fábricas e a maquinaria, cuja subutilização estaria intimamente ligada ao constante emprego de inovação tecnológica e, por fim, a própria força de trabalho através da diminuição do trabalho

vivo, como consequência do incremento tecnológico na produção. Essa redução acarreta o desemprego em massa e a restrição da população consumidora, contradição que, por sua vez, incide sobre a própria funcionalidade do sistema.

Nos seus primórdios, conforme Mészáros (2011) a taxa de utilização decrescente em sua variante capitalista se manifestou através da reabilitação do luxo, conjugada a expansão do círculo de consumo. O movimento do capital, tido “como a contradição viva”, ao tempo que efetiva as suas tendências ao longo da sua dinâmica expansionista produz as suas contratendências, que são respostas e formas de contê-las. Nesse sentido, a taxa decrescente de utilização, tida como uma das leis tendenciais²⁴ mais importantes do capitalismo, assume nos dias atuais uma forma extrema de destruição e perdularidade, embora seja de certa forma equilibrada pela sua contratendência expressa na reconstituição do capital após a periódica destruição das unidades superproduzidas.

A fase atual do capitalismo revolucionou as forças produtivas que alcançaram um alto patamar científico/tecnológico, permitindo a produção de uma vasta quantidade de riqueza antes inimaginável. Contudo, esse alto desenvolvimento, ao invés de fortalecer as possibilidades civilizatórias do capital, esboçadas por Marx no século XIX, esgotou-as drasticamente, voltando todo o seu potencial para a produção destrutiva, como evidencia Mészáros (2003):

Hoje não há sentido em falar de um *‘desenvolvimento geral da produção’* associado à expansão das necessidades humanas. Assim, dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital- e que continua a se impor- seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o *‘aumento do círculo de consumo’*, para benefício do *‘indivíduo social pleno’* de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois do perverso ponto de vista do *‘processo de realização’* do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais.*” (p. 22)

Essa influência civilizadora tem seu fim decretado quando o capital encontra fortes barreiras para a sua expansão no atendimento das necessidades humanas. Antes de

²⁴ É importante ressaltar que um dos lados (a tendência ou a contratendência) tende a predominar sobre o outro em determinada fase histórica do desenvolvimento capitalista.

esgotar a sua fase de ascensão²⁵, o capital podia se reproduzir expansivamente tendo por base a produção de valores de uso voltados para o consumo real. Porém, com o fim desse período histórico, as condições de sua reprodução ampliada foram radicalmente modificadas, por não suportar mais os limites e restrições da demanda flutuante, ativando as suas tendências destrutivas e trazendo com elas um espectro sombrio de incertezas sobre o futuro da humanidade. Essas forças destrutivas, por sua vez, funcionam como alavancas que ampliam a margem de manobra do capital, fornecendo também novas estratégias no combate aos limites ou barreiras que ele encontra.

A total incompatibilidade do capital com a presença de limites gera uma linha de desenvolvimento baseada em uma produção para o consumo destrutivo. Várias formas de produção perdulária e de dissipação de recursos (a subutilização, a obsolescência planejada) foram e continuam sendo experimentadas, visando deslocar as contradições do sistema e superar qualquer limitação aos objetivos de autoreprodução do capital. No entanto, com o passar do tempo, essas estratégias não se mostraram capazes de atender totalmente aos imperativos irrestingíveis do sistema do capital, exigindo a prática de uma forma extrema de desperdício baseada na produção da destruição que consome e descarta imensas quantidades de recursos materiais.

O que torna possível essa mudança, nos moldes da estrutura produtiva existente, segundo Mészáros (2011) é a equivalência entre consumo e destruição do ponto de vista da realização capitalista. A subordinação do valor de uso a valor de troca faz com que não haja diferença alguma em que um produto atinja o seu patamar máximo de utilização ou que ele nunca seja usado, pois na lógica do capital, o critério de utilidade está subjugado ao princípio da vendabilidade. Isso quer dizer que mesmo que um produto nunca seja utilizado, o que realmente importa para o capital é que o seu valor de troca foi realizado.

Nessa perspectiva, o que irá determinar a prevalência do consumo normal ou do consumo para a destruição é a maior adaptação de um ou de outro para satisfazer as necessidades globais de expansão do capital sob condições diversas. Mészáros (2011) explica que mesmo nas situações mais delicadas, encontra-se uma combinação dos dois casos. Todavia, é possível perceber uma tendência cada vez mais acentuada em benefício do pseudoconsumo, ao longo do século XX, nos países ocidentais emergentes.

²⁵Embora, o fim desse período de ascensão histórica do capital tenha ocorrido, segundo Mészáros (2011), de forma descontínua, o autor define como marco cronológico a erupção da crise estrutural do capital, que marca o encontro desse sistema com os seus limites estruturais.

Atualmente, o capital segue, nesse e em muitos aspectos, o que Mészáros classifica como sendo a sua linha de menor resistência. Isso significa que se o capital encontra uma forma equivalente que atenda aos seus requisitos de autoreprodução ele não irá optar por um curso alternativo que não corresponde as suas determinações materiais. Ou seja, ele vai preferir a opção que melhor se adéque a seus parâmetros estruturais, procurando manter o seu controle sob a totalidade social.

Enquanto o desenvolvimento da produção capitalista exigia, inicialmente, somente que o círculo de consumo se expandisse, o equivalente que melhor atendeu aos interesses do capital foi o aumento da velocidade da circulação dentro de um círculo já existente, em vez de recorrer à medida alternativa de ampliar o círculo de consumo, o que traria muitas dificuldades.

No período pós-guerra, a linha de menor resistência do capital foi reconfigurada, não tendo mais nenhuma ligação com a expansão da circulação e com a produção de valores de uso voltados para a satisfação das necessidades humanas, por não atender mais aos imperativos da acumulação ampliada. Essa reconfiguração se expressa por meio do complexo industrial militar que atua fortemente no deslocamento das contradições subjacentes.

2.2 A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL E A ATIVAÇÃO DOS SEUS LIMITES ABSOLUTOS: O COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR E A PRODUÇÃO DA DESTRUIÇÃO.

A linha de desenvolvimento adotada pelo capital nas últimas décadas com o objetivo de manter o controle absoluto sobre a totalidade social buscou uma nova estratégia de realização que estivesse livre das restrições da demanda flutuante como também de qualquer limitação derivada da produção de valores de uso voltados para o atendimento das necessidades humanas reais. A transformação das medidas humanas em fortes entraves ao desenvolvimento e a auto-reprodução ampliada do capital possibilita, por um longo período, o deslocamento de muitas das contradições internas do sistema, até quando for possível manter essas estratégias livres das pressões da saturação da sua eficácia e das dificuldades oriundas da insuficiência das imensas quantidades de recursos exigidas para manter esse padrão de produtividade extremamente perdulário. De acordo com Mészáros (2011), essa modificação no ciclo de reprodução do capital que não foi nem poderia ter sido prevista por Marx, devido à própria fase histórica vivenciada pelo capital naquele período, é caracterizada pela produção maciçamente voltada para o consumo destrutivo ou para a destruição.

O complexo industrial militar enquanto nova e poderosa forma do capital deslocar as suas contradições e alavancar o seu processo de acumulação demonstra a incontrolabilidade irracional do sistema, não apenas para a humanidade, mas para sua própria viabilidade. Como meio de expansão econômica derruba os obstáculos impostos pelo consumo real, através da forte intervenção do Estado moderno na compra de artefatos bélicos, além de beneficiar, nesse processo, os interesses do capital rentista privado e das grandes empresas de armamentos, dando suporte ao movimento do predomínio do capital parasitário e da concentração e centralização do capital. Entretanto, ao tentar criar um artifício que beneficie um processo de acumulação sem entraves, acaba por trazer a possibilidade da destruição do seu próprio sistema sociometabólico.

2.2.1 Breve histórico da configuração do Complexo Industrial Militar.

A ênfase na produção bélica como uma estratégia econômica para aliar a máxima expansão do capital com uma taxa mínima de utilização, ou, em outras palavras, como solução para os problemas da superprodução²⁶, surge na história depois do estrago provocado pela grande depressão de 1929-1933, que atingiu fortemente e gerou profundas consequências econômicas, sociais e políticas em todos os países capitalistas. Contudo, os abalos provocados pela grande depressão não atingiram a URSS²⁷ que parecia imune aos seus efeitos ao entrar numa rápida industrialização organizada pelos seus Planos Quinquenais, ao mesmo tempo que mantinha em zero as taxas de desemprego²⁸. (HOBSBAWM, 1995).

As graves consequências da crise de 1929 e o medo de que a revolução social aliada ao poder operário se espalhasse pelo mundo ameaçando a ordem existente, favoreceram a disseminação de movimentos de direita radical²⁹, carregando adeptos e simpatizantes principalmente da classe média e classe média baixa. No período entre as duas Guerras Mundiais, a queda dos valores e instituições liberais foi acentuada pela ascensão desse

²⁶Mészáros (2011) ressalta que Rosa Luxemburgo foi a primeira a enfatizar o papel da produção militarista como estratégia para solucionar os problemas da superprodução. Embora as primeiras tentativas de utilização da produção bélica para esse fim tenham sido concretizadas antes da Primeira Guerra Mundial, a sua adoção generalizada só ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial.

²⁷União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

²⁸Segundo Hobsbawm (1995), a partir desse momento plano e planejamento passaram a ser palavras muito utilizadas no campo político ocidental, com o objetivo de retirar os países do “ciclo perverso da Grande Depressão”. (p. 101)

²⁹A dramática crise de 1929 levou ao poder governos militaristas de extrema direita não só na Alemanha, mas também no Japão. Ambos se mostravam empenhados em romper com o status quo, mais pela via do conflito armado, do que pelo acordo, ou consenso.

movimento, que teve como maior expressão a disseminação do fascismo na Itália e na Alemanha³⁰. Todavia, o triunfo do fascismo como movimento universal, antiliberal e contrarrevolucionário, foi possibilitado em grande medida pela ascendência de Hitler ao poder, como Chanceler da Alemanha, e pela posição internacional privilegiada ocupada por esse país em termos econômicos, geográficos e militares.

Em meio a grande depressão Hitler reorganizou a economia nos moldes de um Estado autoritário voltado para uma economia de guerra. Na verdade, através dessa estratégia e do caráter antiliberal do nazismo teve mais sucesso em acabar com a grande crise econômica do que qualquer outro país.

Como se sabe, o epicentro da grande depressão que desencadeou sérios reflexos na economia de todos os países capitalistas foram os Estados Unidos. Durante a Primeira Guerra Mundial esse país exportou, sobre a forma de empréstimos, uma vasta quantidade de produtos industrializados para os países europeus. No pós- guerra tornou-se uma grande potência econômica concentrando quase metade da produção industrial do mundo. Ao longo de quase toda a década de 1920, esse desenvolvimento foi acompanhado por um amplo consumo da população americana. Todavia, em um dado momento a oferta de mercadorias foi maior que a demanda, inundando o mercado de produtos e gerando uma crise de superprodução. Com o objetivo de reverter o quadro iminente de crise e recuperar a economia norte-americana, o então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt³¹, adotou um plano econômico conhecido como New Deal (Novo Acordo). Esse conjunto de medidas foi fortemente influenciado pelas idéias do economista britânico John Maynard Keynes³², e tinha como pedra angular a eliminação do desemprego em massa e dos seus possíveis efeitos políticos e econômicos através: da forte intervenção do Estado na economia, uma vez que o liberalismo excessivo da economia norte- americana e a regulação dita harmoniosa da “mão invisível do mercado” tinham conduzido a uma crise de superprodução; do controle dos preços de produtos agrícolas e industriais; da diminuição da jornada de trabalho para que um número maior de pessoas pudesse trabalhar, reduzindo assim as taxas de desemprego; do aumento dos salários para estimular o mercado consumidor; da geração de empregos públicos

³⁰O movimento fascista teve grande repercussão na Alemanha em um contexto muito peculiar, em que os habitantes desse país se encontravam profundamente insatisfeitos com as imposições de imensas reparações financeiras do Tratado de Versalhes, externalizando um sentimento de profundo nacionalismo, e das consequências do período inflacionário alemão, seguido pelos efeitos ainda mais catastróficos da profunda depressão econômica de 1929. (HOBBSAWM, 1995)

³¹Franklin Delano Roosevelt, era democrata e foi presidente dos Estados Unidos de 1933 a 1945.

³²Jonh Maynard Keynes (1883- 1946) foi um economista renomado, um dos fundadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

urbanos não produtivos haja vista que o setor produtivo estava estagnado e não podia absorver mão-de-obra; da ampliação dos benefícios da previdência e serviços sociais.

Buscando uma solução para retomar o crescimento econômico diante dessa crise de superprodução, as principais potências capitalistas seguiram o exemplo do milagre econômico da Alemanha nazista, proporcionado pelo crescimento da produção bélica, adaptando as medidas utilizadas por esse país aos seus regimes liberais- democráticos. Santos (1993) apud Dantas (2006) chama a atenção para o fato de que no combate da economia de guerra nazista no período da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se sobressaem como uma potência imperialista com base na produção da destruição, subsidiada pelo Estado keynesiano, e na ocupação de quase todo o território capitalista. Na realidade, os gastos civis³³ do New Deal andaram muito distantes de alcançar os resultados esperados em relação ao desemprego em massa e a própria depressão, e os seus benefícios podem ser considerados ínfimos se comparados com o crescimento da economia americana durante o referido conflito mundial. Tanto na Alemanha como nos Estados Unidos, o Estado atuou como gastador consumidor, assumindo despesas militares desproporcionais, já que a produção de bens de capital e de consumo não conseguia mais alavancar o crescimento econômico, tornando a guerra o “novo elixir” do sistema em crise (DANTAS, 2006, p.175). A esse respeito Mézáros (2011) argumenta que

Apesar de todas as autoglorificadoras mitologias keynesianas e neokeynesianas em contrário, o verdadeiro fundamento material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar- industrial já existente (mesmo que ainda distante de sua expansão completa) na época dos acordos de Bretton Woods, que apenas ajudaram a intensificá-lo. Dessa maneira, as **várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão desembaraçada do complexo militar- industrial**, em vez de independentemente aplicáveis às condições verdadeiramente produtivas, viáveis também no socialismo. [...] Afinal de contas, a teoria keynesiana já estava completamente desenvolvida na sequência imediata da crise de 1929/33 e mesmo bem antes disso, em seus traços gerais. (p. 685 e 686, grifos nossos)

Os Estados Unidos deram início a seu poderio hegemônico já no fim da Primeira Guerra Mundial, tendo a sua supremacia temporariamente interrompida pela grande depressão. Os gastos militares estatais da Segunda Guerra Mundial possibilitaram não apenas a retomada do crescimento, estagnado desde 1929, mas também a duplicação da riqueza

³³É oportuno destacar que por conta da grande depressão e dos perigos da radicalização da esquerda (como havia ocorrido na Rússia) e da direita (como bem demonstrava o caso da Alemanha) os países ocidentais se viram forçados a dar prioridade às questões sociais sobre as econômicas em suas políticas estatais. (HOBBSAWM, 1995)

nacional, reforçando a posição industrial desse país como maior produtor do mundo e transformando-o no maior credor a nível global, à medida que a guerra chegava ao fim, em um contexto que as nações adversárias capitalistas se encontravam arrasadas por esse conflito. Conforme Hobsbawm (1995):

[...] as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. **Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial**, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, **mais rápido que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram** do fato de estarem distantes da luta e **serem o principal arsenal de seus aliados**, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. (p. 55, grifos nossos)

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos alcançaram o maior crescimento da história, nunca mais repetido e, por esse motivo, de acordo com Dantas (2006), não se pode deixar de relacionar esse crescimento vertiginoso com o papel dos gastos militares enquanto estímulo econômico. O autor pontua que ao tempo que os gastos bélicos aumentam e passam a ser a mola mestra permanente do impulso econômico capitalista, principalmente após a crise da década de 1970, crescem o endividamento e o predomínio do capital financeiro em suas formas mais especulativas e parasitárias sempre que a economia cai em recessão. Nesse sentido, os gastos militares parecem ter se conformado em uma das estratégias fundamentais utilizadas pelo capital para responder a perda de lucratividade na produção não bélica, com o objetivo de evitar ou combater as suas crises conjunturais.

Com o fim da Guerra e a derrota do movimento fascista, inimigo comum que uniu Estados Unidos e URSS no combate a um perigo considerado maior que um ao outro, esses dois países voltam a se enfrentar como inimigos mortais, só que numa guerra muito peculiar baseada na ameaça nuclear e não em um confronto aberto³⁴. A Guerra Fria entre o bloco capitalista e o bloco comunista desencadeou uma corrida armamentista desenfreada, sob a justificativa de um constante perigo de ataque. Os Estados Unidos utilizaram essa demonização do avanço comunista como uma desculpa, por sinal muito convincente, para

³⁴Um traço muito particular da Guerra Fria era que em termos reais não havia um perigo iminente de guerra mundial, pois apesar do discurso inflamado de ambos os lados, principalmente dos Estados Unidos, os governos dos dois blocos hegemônicos aceitaram uma distribuição desigual das partes do mundo no fim da Segunda Guerra que acabou por resultar em um poder desequilibrado, que apesar disso não foi contestado. O fato é que as duas superpotências tinham plena consciência que uma guerra nuclear seria um suicídio de ambas as partes e por esse motivo a ameaça da guerra existiu mais no discurso do que na intenção real. Outro ponto que merece atenção é que os Estados Unidos se preocupavam com a possibilidade de uma futura supremacia por parte da URSS e o bloco soviético se preocupava com a real hegemonia norte americana. Em outras palavras, tanto os Estados Unidos como a URSS temiam profundamente um ao outro, um temor político, econômico e nuclear em certos momentos não muito condizente com a realidade. (HOBSBAWM, 1995)

sustentar uma posição agressiva com um potencial mínimo de flexibilidade, bem como um discurso de profundo cunho ideológico para finalidades políticas eleitoreiras e para extorquir dinheiro dos contribuintes com o objetivo de financiar a política de guerra americana. Sobre o papel militarista desempenhado por essa ordem bipolar na Guerra Fria Hobsbawm (1995) destaca que:

Os dois lados viram-se comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de Generais e intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. **Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato Eisenhower³⁵, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida á loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de ‘complexo industrial militar³⁶’, ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências.** Como era de se esperar, os dois complexos industrial- militares eram estimulados por seus governos a usar a sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados, e claro, suas armas nucleares. Pois na prática as superpotências mantiveram seu monopólio nuclear. (p. 233, grifos nossos.)

O objetivo de fortalecer a aliança militar anticomunista liderada pelos Estados Unidos e o delineamento de uma situação delicada na Europa Ocidental, em 1946- 47, levaram Washington a ter uma preocupação específica com o urgente fortalecimento da economia européia, e posteriormente, a do Japão, contraditoriamente seus futuros competidores, culminando na elaboração de um plano articulado de reconstrução, o Plano Marshall, Lançado em junho de 1947. Esse plano, ao contrário do que ocorreu com a ajuda fornecida no pós- primeira guerra, teve um caráter mais de doação do que de empréstimo. Como complemento do Plano Marshall (que se situava na esfera político- econômica) foi

³⁵Dwight David Eisenhower, ex- general cinco estrelas do exército americano e presidente dos Estados Unidos de 1953 a 1961, utilizou pela primeira vez a expressão “complexo industrial militar” no seu discurso de despedida em 17 de janeiro de 1961. Eisenhower defendia a existência desse complexo como vital para a defesa do país, mas alertou em seu discurso que o crescimento demasiado dessas forças militaristas seria prejudicial para os próprios americanos. Entretanto, deixando de lado as boas intenções, o complexo industrial militar não poderia desempenhar o seu papel de agente do capital por excelência e dar vazão a incontrolabilidade desse sistema se fosse passível de ser limitado no seu tamanho e poderio, aspectos que por sua vez estão intimamente ligados a quantidade de recursos materiais e humanos que absorve.

³⁶De acordo com a publicação da revista Veja de 1969, o complexo militar-industrial é composto pelo Pentágono, por fornecedores industriais e laboratórios de pesquisa. Depois dos atentados terroristas do 11 de setembro foi criado em 2002 o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, cujo objetivo é proteger o país e a sua população dos ataques terroristas, dentro e fora de suas fronteiras.

criada, em 1949, uma aliança militar antissoviética - a OTAN³⁷ (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que estabelecia um compromisso de defesa mútua entre os países membros, em caso de um possível ataque das nações do leste europeu.

Apesar do eixo basilar da Guerra Fria ter sido a ameaça constante de erupção de outra guerra com o uso de armas nucleares, que alimentava uma corrida armamentista completamente irracional entre os dois blocos hegemônicos, ela não foi concretizada. Entretanto, o maior impacto desse período foi causado pelo envolvimento das duas superpotências em três grandes guerras com outros países, mais especificamente, dos Estados Unidos em dois conflitos de amplas proporções, a Guerra da Coreia (1950- 1953) e a Guerra do Vietnã (1965-75), e da URSS na invasão do Afeganistão em 1979, retirando as suas tropas somente em 1988.

A vitória da Revolução Comunista na China e a instauração da sua República Popular em 1949, aliada ao temor de um possível fortalecimento do bloco soviético através da disseminação desse regime por outros países, levaram os Estados Unidos e seus aliados a intervirem na Coreia em 1950, buscando evitar que o regime comunista do Norte daquele país chegasse ao Sul. O resultado desse conflito foi um empate, mantendo a divisão da Coreia em dois países. A Guerra do Vietnã teve o mesmo objetivo, ou seja, dar apoio ao regime do Vietnã do Sul buscando evitar que os insurgentes do Norte ampliassem o seu domínio e unificassem o Vietnã sob um regime socialista, o que de fato veio a ocorrer em 1976. Essa guerra foi muito mais longa do que a da Coreia e trouxe sérios prejuízos para os Estados Unidos, tanto em termos econômicos como políticos, que saíram desse conflito derrotados e desmoralizados, apesar de terem sido advertidos pelos seus aliados e outros países que estavam entrando em um combate condenados a fracassar.

Diante dos prejuízos causados e do fato de esses terem sido os dois únicos conflitos que a potência norte-americana se envolveu diretamente, surge uma pergunta: qual o real motivo dos Estados Unidos terem se envolvido nessas duas guerras, (inclusive a do Vietnã sem apoio efetivo dos seus aliados)? Para Dantas (2006), o maior objetivo dessas guerras, para além de qualquer discurso de ameaça demoníaca de um avanço comunista, era evitar uma onda depressiva, ou outras crises de superprodução. Ele pontua que o surgimento de uma tendência a estagnação logo após o término da Segunda Guerra conduziu os Estados

³⁷Como resposta a criação da OTAN, os países integrantes do bloco comunista criaram em 1955 o Pacto de Varsóvia, que consistia na aliança militar comunista. Esse Pacto foi instinto em 1991 com a dissolução da URSS, o que acarretou a expansão da zona de influência da OTAN para países até então pertencentes ao domínio comunista e o seu consequente fortalecimento. Em 2002 a Rússia começou a participar das reuniões dessa aliança militar por meio da OTAN- Rússia, decidindo, claro que com poder limitado em relação aos principais países membros, sobre ações contra o terrorismo e o uso de armas nucleares.

Unidos a buscar soluções para superá-la por meio da expansão do complexo militar industrial, utilizando-se da justificativa política do combate ao comunismo (Guerra Fria), da Guerra da Coreia³⁸ e da Guerra do Vietnã. Esse autor defende que o amplo desenvolvimento econômico do pós- guerra é inexplicável se não se considera o movimento que inclui os astronômicos gastos militares dos Estados Unidos.

Conforme Mészáros (2011), quanto ao surgimento e desenvolvimento dos complexos militares industriais nos países de capitalismo avançado, não houve nem poderia haver qualquer uniformidade, pois além da lei de desenvolvimento desigual³⁹ continuar a ser aplicada como antes, algumas condicionalidades extraeconômicas foram impostas, por algum tempo, aos países perdedores em seus tratados de paz pelas nações vencedoras. Por outro lado, não é possível compreender os milagres econômicos do Japão e da Alemanha Ocidental sem considerar a sua profunda relação, tanto a nível nacional como internacional, com o complexo industrial militar norte americano, que desde o início se mostrou excepcionalmente o mais dinâmico, ocupando posição dominante em relação aos demais países como Grã-Bretanha, França e Itália, se configurando, desse modo, como um empreendimento internacional. Embora, logo no início do pós- guerra, esses dois países não tenham sediado indústrias desse tipo em seus territórios, conforme estabelecia a imposição política americana, abasteceram o mercado dos Estados Unidos com boa parte da sua produção, inclusive equipamentos e outros elementos utilizados no setor bélico, o que possibilitou a modernização de setores industriais inteiros, fornecendo as condições necessárias para que Japão e Alemanha Ocidental se recuperassem do desastre causado pela guerra e alavancassem as suas economias. Nesse contexto, as encomendas militares da Guerra da Coreia e da Guerra do Vietnã no caso específico do Japão, forneceram amplo suporte material para a guinada econômica desses países, que até então se encontravam extremamente enfraquecidos.

³⁸ Esse autor destaca que no final da década de 1940 uma recessão norte- americana foi superada com base em novos gastos militares sob o pretexto da Guerra da Coreia.

³⁹ Mészáros (2011) explica que a lei de desenvolvimento desigual deve estar presente em todas as formas de controle sociometabólico global viáveis, dentre elas o socialismo. O desenvolvimento desigual pode ser um aspecto positivo, colaborando para o incremento da produtividade. Todavia, o problema dessa lei é que sob o domínio do capital ela exerce seu poder de forma cega e destrutiva. Impõe o seu poder de maneira cega por conta da separação dos produtores do controle do processo de trabalho. Paralelamente, há um caráter destrutivo no desenvolvimento normal do sistema do capital, mesmo quando ele ainda se encontra na sua fase histórica de ascensão. Essa dimensão eminentemente destrutiva é expressa de várias formas, destacando-se, segundo o autor, alguns aspectos fundamentais, como: o processo em que as unidades econômicas ou produtivas mais fracas serão implacavelmente engolidas no movimento que busca a maior concentração e centralização do capital; a destruição decorrente das crises cíclicas que se manifesta com o descarte do capital acumulado ou superproduzido, como parte da normalidade do sistema. A medida que a ascendência histórica do capital chega ao fim essa destrutividade se torna evidentemente mais intensa, pondo em risco a sobrevivência da humanidade e o próprio domínio desse sistema de controle metabólico.

Passado algum tempo, o estabelecimento de novas alianças militares fez com que quase todas as restrições dos tratados de paz estabelecidos anteriormente fossem instantaneamente removidas, habilitando esses países a criar e expandir seus complexos militares industriais em quase todos os setores da produção bélica, exceto o de armas nucleares. Mészáros (2011) destaca que a estreita relação entre a economia dos Estados Unidos e as economias dos países capitalistas ocidentais é o fator mais importante para avaliar a relevância do complexo- militar industrial para o permanente bom funcionamento do capital global. Isso se dá por que a economia norte-americana, que sustentava a posição hegemônica em relação às demais, foi baseada ao longo de todo o período pós- guerra em enormes quantias de recursos aplicados nas despesas com defesa, apesar da crescente dívida interna e externa. A capacidade de cada nação capitalista ocidental sustentar os níveis de produção existentes em seu interior depende da expansão do mercado estadunidense, que, por sua vez, não é concebível sem os incomensuráveis investimentos e déficits de defesa que fornecem a base para a dinâmica do desenvolvimento econômico desse país.

O período pós- guerra trouxe uma breve solução para os problemas econômicos, sociais e políticos das décadas anteriores⁴⁰. O capitalismo entrou em uma era excepcional de profunda expansão econômica, trazendo grandes benefícios na vida material, o que possibilitou a estabilidade da democracia no ocidente e a supressão da guerra nos países de terceiro mundo. Para os Estados Unidos, país que detinha a hegemonia mundial, essa fase singular na história da acumulação do capital não trouxe mudanças significativas em relação à expansão do pós-guerra, podendo ser considerada mais uma época de retardo do que de progresso se comparado com as altas taxas de crescimento de outros países que partiram de uma base econômica estagnada e destruída pela guerra.

Dantas (2006) chama a atenção para o fato de que os investimentos civis do Estado keynesiano para fins não militares tiveram uma grande importância, mas não explicam completamente o amplo desenvolvimento econômico das décadas seguintes, denominada de “A era do ouro do capitalismo⁴¹”. Esse período extremamente favorável para a economia do

⁴⁰Essas décadas anteriores compreendem o período do início da Primeira Guerra Mundial ao fim da Segunda Guerra. Esse recorte histórico foi denominado por Hobsbawm de Era das catástrofes.

⁴¹A era de ouro compreende o período que vai do pós- Segunda Guerra Mundial até o final do anos 1960, quando esse boom econômico começa a dar sinais de esgotamento, (o primeiro sinal se dá precisamente em 1968 com a Revolução da juventude na França) tendo o seu fim decretado com a crise dos Países exportadores de petróleo (OPEP), em 1973- 1974. Hobsbawm (1995) ressalta que hoje é evidente que essa fase excepcional do capitalismo pertenceu em larga medida aos países capitalistas avançados, não permitindo que a riqueza total produzida chegasse a maioria da população do globo, embora a era de ouro tenha sido um fenômeno mundial. Como já foi dito anteriormente, Mészáros defende a tese de que a partir desse momento tem início a crise estrutural do capital, que marca o encontro desse sistema com os seus limites últimos, evidenciando o agravamento dos seus antagonismos estruturais e pondo a urgente necessidade de instauração de uma

ocidente foi possibilitado pela criação de condições políticas específicas, algumas delas consideradas bastante relevantes. A primeira consiste no impacto da destruição de imensas quantidades de forças produtivas provocado pela guerra, por meio do que se convencionou chamar de keynesianismo militar, ou seja, o alto investimento do Estado (principalmente o norte-americano) na produção de armamentos mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, na corrida armamentista da Guerra Fria com a URSS e na Guerra da Coreia e do Vietnã, o que configurou uma economia permanente de guerra. A segunda se refere ao avanço da economia armamentista norte-americana que forneceu crédito, mercado e mercadorias para a Europa em um período que ela se encontrava destrozada pela guerra, através das doações estabelecidas pelo Plano Marshall (1947-1952). A terceira condição diz respeito à exploração desenfreada da mão-de-obra dos trabalhadores japoneses e alemães, em uma conjuntura política favorável ao afrontamento das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas.

Mais notadamente a partir da década de 1960, vai se delineando uma economia cada vez mais transnacional, ou, em outras palavras, um sistema de atividades econômicas que ultrapassa os territórios e fronteiras dos Estados nacionais, configurando uma economia mundializada, que não tem base ou fronteiras e que determina limites mesmo para as economias dominantes. No início da década de 1970, uma economia efetivamente transnacional toma conta do globo e continua a crescer nas décadas de crise posteriores a 1973. As principais características dessa economia mundial são expressas através das empresas transnacionais, que são o resultado da tendência a maior concentração e centralização do capital, da nova divisão funcional do trabalho e do aumento do financiamento externo.

Depois da crise dos mísseis de Cuba (1962) que quase levou a um embate nuclear entre Estados Unidos e URSS, segue-se o período da *détente* (alívio da tensão) entre esses dois países com o estabelecimento de tratados de limitação de armas⁴², que tinham como fundamento evitar uma catástrofe nuclear causada pelo enfrentamento direto dos dois blocos. Nos anos 1970, a Guerra do Vietnã e o Oriente Médio enfraqueceram os Estados Unidos, o que não veio a alterar o equilíbrio de forças entre as duas superpotências. Entretanto, entre 1974 e 1979, a terceira onda de revoluções eclodiu em grande parte do mundo. Essa nova onda de revoluções no século XX parecia ameaçar o poderio estadunidense, pois vários regimes da África, da Ásia e até da América simpatizavam com o lado comunista, fornecendo

alternativa sociometabólica verdadeiramente sustentável, sob o controle dos trabalhadores livremente associados.

⁴²Os tratados estabelecidos especificamente entre as duas superpotências foram: o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) e acordos sobre os mísseis antibalísticos localizados em cada uma dessas nações.

a URSS bases militares e navais fora da sua extensão territorial. A coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com a instabilidade dos Estados Unidos diante da opinião pública e a derrota desse país na Guerra do Vietnã, conjugadas com a ameaça da dominação comunista a nível mundial por conta do enfraquecimento da supremacia americana, produziram a Segunda Guerra Fria, ou a retomada da hostilidade entre os blocos da ordem bipolar. (HOBSBAWM, 1995).

A corrida armamentista que havia sido estabilizada no período da *détente* foi reativada na Segunda Guerra Fria com o ambicioso Projeto de Iniciativa Estratégica de Defesa, mais conhecido como Programa Guerra nas Estrelas, proposto, em 1983, pelo então Presidente Ronald Reagan. Com isso, a URSS reagiu aumentando ainda mais os seus já elevados investimentos em defesa e no setor espacial. Essa grande quantidade de recursos aplicados em armamentos iria conduzir a uma crise que culminaria na dissolução da URSS⁴³.

No fim da Guerra Fria os Estados Unidos passaram de maior credor do mundo a economia mais endividada do globo, por conta dos excessivos gastos militares. Todavia, o sistema capitalista mundial, representado pelo imperialismo norte-americano, tinha e tem capacidade de absorver essa monstruosa dívida, só não se sabe até quando. Os gigantescos gastos militares envolvem uma relação muito estreita do Estado com o capital rentista privado, em um período histórico que evidencia a superioridade do capital financeiro e de uma economia predominantemente parasitária. (DANTAS, 2006).

Quando a Guerra Fria chegou ao fim, a hegemonia americana se mostrava abalada em termos econômicos e militares, acarretando a necessidade de financiamento das despesas militares por parte dos países que apoiavam Washington, como bem exemplifica a Guerra do Golfo (1991), dos Estados Unidos contra o Iraque, que foi um dos raros conflitos que trouxe lucros para uma superpotência (HOBSBAWM, 1995). Com o fim da ordem bipolar, que havia alimentado a disputa pela supremacia mundial por quase cinco décadas, o mundo se viu imerso em uma profunda instabilidade. O discurso veiculado pelos apologistas americanos era de que a ordem assentada na hegemonia bipolar (capitalismo X socialismo) seria substituída por uma “nova ordem mundial”, dominada por um governo único sob a liderança da superpotência norte-americana, o que se mostrou uma tese irrealista⁴⁴.

⁴³O fim da Guerra Fria não implicou necessariamente no desmoronamento do regime soviético. Hobsbawm (2011) ressalta que os dois fenômenos são historicamente separáveis, mas se relacionam. A URSS, como alternativa global ao capitalismo, não conseguiu superar seus defeitos e seu retardo econômico e competir com a dinâmica da economia capitalista, reformada após a crise de 1929 e transformada por inovações tecnológicas.

⁴⁴Trataremos brevemente de algumas considerações mézárrias sobre a contradição e a impossibilidade do estabelecimento de um governo mundial, ou de um Estado do capital global no subtópico 2.2.3.

A sustentação da era de ouro do capitalismo dependia do amplo poder político e econômico dos Estados Unidos, que por conta da sua supremacia mundial, atuavam como estabilizador da economia mundializada. Contudo, na década de 1960, a hegemonia econômica dos EUA declina e enquanto isso ocorre há um desabamento do sistema monetário baseado no dólar-ouro, evidenciando um desgaste em toda a base que havia possibilitado esse crescimento sem precedentes. A produtividade da mão-de-obra em alguns países começou a cair, juntamente com a migração de mão-de-obra interna barata, que havia alimentado por algum tempo a explosão do crescimento industrial. Essa situação acarretou a alta mundial de salários. Os primeiros anos da década de 1970 presenciam o ultimato da era do ouro, com o colapso do sistema financeiro de Bretton Woods (1971), o boom de produtos em 1972 e a alta dos preços dos barris de petróleo, mais conhecida como a crise dos Produtores de Petróleo⁴⁵ em 1973 (HOBSBAWM, 1995). O esgotamento desse período áureo da economia capitalista foi seguido pela substituição de governos centristas e moderadamente social-democratas por governos de uma nova direita, comprometidos com a supremacia incontestável do mercado e a supressão dos direitos sociais anteriormente conquistados, com vista a eliminar o papel intervencionista e assistencialista exercido pelo Estado keynesiano. Vários governos neoliberais chegaram ao poder na década de 1980, e, dentre estes, merecem destaque o de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979- 1990) e o de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981- 1989).

A fase histórica de ascensão do capital chegou ao fim e o capitalismo entrou novamente em uma era de crise, só que agora esse colapso mostra-se muito mais profundo e devastador do que antes, embora, inicialmente, não aparente, agravando as tendências destrutivas do sistema e colocando-o diante de seus limites absolutos. Em meio à crise estrutural do sistema do capital, o complexo industrial militar se torna cada vez mais necessário para o relativo bem estar da economia. A destruição que antes ocorria somente em períodos de crises de superprodução passa a ser a forma natural e generalizada desse modo de controle metabólico garantir as suas altas taxas de lucro e expandir, incontrolavelmente, o seu processo de acumulação, sob justificativas ideológicas diversas. Durante o período favorável a expansão do capital, a sua incontrolabilidade podia ser ocultada por conta do deslocamento das contradições, e o seu processo de acumulação pôde trazer benefícios para a sociedade, uma vez que as necessidades humanas ainda não haviam se tornado um obstáculo a sua auto-reprodução ampliada. Entretanto, o término do seu estágio histórico de ascensão conduziu

⁴⁵ Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

esse metabolismo social ao encontro com os seus limites estruturais, não só reativando a sombra da incontrolabilidade, mas também transformando todos os benefícios decorrentes da era de expansão do capital em potencial destrutivo.

2.2.2 Elementos da tese mézáríana da essência incontrolável do sistema do capital.

O capital se consolida enquanto complexo universal ou sistema coerente⁴⁶ a partir da generalização da produção de mercadorias e da subjugação da força de trabalho, conduzida através do processo histórico de alienação dos meios de produção e da sua conseqüente transformação em mercadoria, da qual o capital, através do controle exercido sobre essa atividade, busca extrair trabalho excedente, matéria-prima do seu processo de acumulação. Para que esse metabolismo social pudesse romper com as restrições dos modos de produção anteriores, que estavam voltados para a auto-suficiência, e dar vazão a sua dinâmica produtiva expansionista, teve que operar uma fratura entre produção e controle, usurpando dos verdadeiros sujeitos da produção o controle sobre o processo de trabalho. Mészáros (2011) ressalta que a separação artificial entre produção e controle é o defeito central do sistema do capital, e tende a se manifestar em todos os campos e níveis do processo reprodutivo social, incluindo a sua conseqüente transformação nas contradições entre produção e consumo e produção e circulação.

A incontrolabilidade do capital é uma das teses desenvolvidas por Mészáros em sua obra de maior envergadura “Para Além do capital” e funciona como pano de fundo das reflexões sobre a natureza essencial desse sistema e da sua configuração como metabolismo social plenamente universalizado diante dos seus limites estruturais e do forte predomínio generalizante dos seus componentes destrutivos (PANIAGO, 2001). A essência incontrolável desse metabolismo social dá sentido e coerência a linha de desenvolvimento seguida pelo capital desde o delineamento dos seus elementos constituintes iniciais, em sua fase de construção como sistema, até a união e transformação qualitativa desses constituintes em um modo de controle universal que abrange não só a dimensão da produção material, mas o conjunto das relações e manifestações espirituais, que conformam a dinâmica social e humana do mundo dos homens. Além disso, o movimento atual do capital e a generalização da

⁴⁶Mészáros utiliza o termo sistema coerente no sentido de expressar o desenvolvimento do capital enquanto sistema orgânico com partes interligadas que se influenciam entre si, ou dito de outro modo, com o objetivo de tratar o capital como sistema maduro, mas claro, em pleno vigor rumo a sua universalização.

tendência destrutiva do sistema trazem o despertar do espectro da incontornabilidade total, que emerge em decorrência da tentativa constante do sistema de superar os limites e restrições que se põe a sua auto-reprodução em escala ampliada.

Paniago (2001) ressalta que a acumulação primitiva e a transformação do dinheiro em capital possibilitaram que o capital adquirisse um poder autoconstituente e irremediável no tocante ao seu movimento de expansão. Esse poder trouxe o germe da incontornabilidade do sistema, uma vez que, para que o processo sociometabólico se adaptasse às necessidades e finalidades da sua auto-reprodução, foi necessário a submissão tanto das subjetividades como das potencialidades materiais à produção de riqueza voltada para a expansão e acumulação do capital, enquanto sua própria causa, o que significa que a produção não deveria mais ter como eixo norteador os limites das necessidades humanas, e sim, unicamente os imperativos irremediáveis desse novo senhor, que surge no palco da história como a exceção e não a regra quando comparado as formas anteriores de metabolismo social. Nas palavras da autora (p. 173 e 174), o capital conforma “um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário, que a tudo domina, num sistema incontornável em sua própria natureza.”.

No curso de desenvolvimento do capital, a sua natureza e determinações essenciais permaneceram as mesmas da sua origem até a fase pós-capitalista, embora apresentassem diferentes formas históricas de existência. Como já foi ressaltado anteriormente, Mézáros (1998; 2011) defende que há uma diferença fundamental entre capital e capitalismo, o que significa que todos os elementos desse modo de controle sociometabólico têm uma existência anterior ao sistema capitalista, alguns deles, inclusive a compra da força de trabalho, milhares de anos antes. O autor também pontua a continuidade do controle do capital em um sistema pós-capitalista exercido por outra modalidade de comando sobre o trabalho, na qual a extração do trabalho excedente se dava de forma política, por meio da burocracia estatal que atuava como personificação do capital.

Ao longo do seu desenvolvimento histórico, o capital se transformou, de formas incipientes ou primitivas e transitórias de capital (capital usurário, capital comercial), em um sistema global e abrangente a que tudo mais deve se subordinar. É um modo específico e singular de controle do metabolismo social, que possui, pela primeira vez na história, um caráter totalizante e irresistível, subjugando, mesmo de forma impositiva, tudo e todos à sua volta antes de ser controlado, apenas superficialmente, pelos capitalistas privados. O capital não reconhece e nem pode aceitar qualquer obstáculo à sua auto-reprodução ampliada, nem mesmo os seus limites absolutos insuperáveis, independente das implicações desastrosas que isso pode gerar quando forem atingidos os limites das potencialidades produtivas desse

sistema. Essa característica tornou esse metabolismo social muito mais dinâmico que as formas anteriores de sociabilidade, mas trouxe como consequência desse dinamismo a perda de controle sobre os processos decisórios, por parte dos trabalhadores e das personificações do capital. A esse respeito Mészáros insiste

[...] que o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ [...], um mecanismo racionalmente controlável’, [...] mas é em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que esse sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa- na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa-estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’- do que o sistema do capital globalmente dominante, que subjuga aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível. (p. 96)

Para que o capital pudesse atuar como um sistema de controle totalizador, ao longo da sua constituição teve que superar todas as restrições políticas, econômicas e sociais que se colocaram ao seu impulso expansivo e dispor de uma estrutura de controle singular e apropriada as suas funções. Ao se livrar das restrições, o capital não pôde colocar novos limites aos seus imperativos, perdendo, assim, o controle das partes que o compõem, que são centrifugamente estruturadas em um todo histórica e profundamente instável. Com a finalidade de realizar os seus objetivos essenciais, toda a sociedade teve que se sujeitar em todas as suas funções produtivas e distributivas às exigências postas por esse modo de controle. Dois dos aspectos principais dessa submissão assumem a forma da divisão da sociedade em classes sociais opostas e a criação de um controle político total por meio do Estado moderno. Para conciliar essa dualidade sobre uma base comum, evitando uma ruptura social, um sistema de divisão hierárquica do trabalho foi criado para se sobrepôr a divisão funcional do trabalho, como um alicerce pouco seguro, por conter uma tendência desintegradora do sistema. A imposição da divisão social hierárquica do trabalho é uma necessidade, já que advém da condição intransponível sob o domínio do capital de que a

sociedade tem que se estruturar de maneira antagônica, uma vez que as funções de produção e controle foram radicalmente separadas, sendo atribuídas a classes sociais diferentes.

Com base em Marx e Mészáros, podemos afirmar que o capital é acima de tudo uma relação social, que se apóia na compra e venda da força de trabalho, ou em outros termos, no trabalho assalariado, que teve como fundamento histórico a quebra da unidade entre o trabalho vivo e as necessidades dos produtores. A instauração do domínio do capital inaugura um novo período da história, no qual desaparece a ênfase na produção voltada para o atendimento das necessidades humanas e a correspondente produção de valores-de-uso, além da separação dos produtores de qualquer processo decisório. A base de existência desse metabolismo social está na dominação e subjugação do trabalho aos seus imperativos, e ele só pôde se desenvolver quando submeteu o trabalho, enquanto gerador de mais-valia, ao assalariamento. Todavia, para o capital obter efetivamente o controle sobre o sociometabolismo teve que, além de submeter o trabalho, garantir o total e completo controle dessa atividade, condição essencial para exercer seu domínio sobre a totalidade social e transformar o processo original de produção em auto-reprodução ampliada do capital.

Apesar de o trabalho ser controlado pelos imperativos objetivos do sistema e ser transformado em mero instrumento de valorização do capital, esse modo de controle depende completamente do trabalhador, pois é ele que, ao empregar a sua força de trabalho, valoriza o capital e alimenta a sua expansão, justamente por ser o sujeito real da produção. A condição insuperável da existência do capital é o exercício do comando sobre o trabalho e a sua subjugação aos seus imperativos expansionistas. Se deixasse de exercer seu controle sobre essa atividade, tanto em uma sociedade capitalista ou pós – capitalista, deixaria de ser capital e teria seu fim decretado.

O comando do capital sobre o trabalho opera uma subversão na relação sujeito-objeto, por conta da retirada de todo poder de decisão do processo de produção dos seus sujeitos reais, transformando o trabalhador em mero “fator material de produção”, e da substituição das necessidades humanas pelos imperativos materiais de valorização e expansão do capital. A consequência dessa subversão é a transformação do trabalhador (sujeito real da produção) em objeto a serviço do capital e esse metabolismo social em novo sujeito da história. Contudo, nesse processo o capital também está subordinado a sua lógica material cega, ou dito de outra forma, não é menos manipulado pelos seus imperativos de valorização do que o trabalho, o que faz dele um pseudo-sujeito. (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2001).

Na execução do seu poderio sobre o trabalho, através do exercício da função de controle independente do produtor, esse sistema metabólico impõe as suas determinações

expansionistas por meio das personificações do capital, que também atuam como pseudo-sujeitos, exercendo o controle do processo de reprodução sociometabólica sob a tutela do capital. Nesse aspecto, Mészáros (2011) pontua que os capitalistas ou os burocratas do sistema pós-capitalista se submetem aos imperativos objetivos do sistema, e a única liberdade que possuem consiste em impor as determinações desse metabolismo social ao conjunto de trabalhadores, uma vez que um dos critérios para a realização da sua natureza expansionista foi a completa alienação do poder de decisão de todos os indivíduos, o que faz do capital um modo de controle sem sujeito. Esse modo específico de controle sem sujeito é inevitavelmente derivado da fratura entre produção e controle existente no seio desse metabolismo social. Sobre essa constatação, o autor evidencia que

Como um modo de controle sociometabólico, o sistema do capital é singular na história também no sentido em que é, na verdade, um sistema de controle *sem sujeito*. As determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos [...] do *peçoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas. É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura de comando do capital- sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido- só podem ser consideradas “personificações do capital”, independente de seu maior ou menor entusiasmo, como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital. Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral *controlados* e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema. (MÉSZÁROS, 2011, p. 126)

No que se refere à determinação mais essencial desse modo de controle, Mészáros (2011, p. 100) ressalta que “[...] o capital é *orientado pela expansão e movido pela acumulação*”. Segundo o autor, essa característica possibilita um dinamismo jamais visto, ao mesmo tempo que se constitui em uma importante deficiência. Nesse sentido, como sistema metabólico, o capital é irreprimível enquanto tiver capacidade de extrair e acumular trabalho excedente, seja de forma econômica (capitalismo) seja de forma política (sistema pós-capitalista) no decorrer da reprodução de uma sociabilidade específica. Todavia, quando esse processo dinâmico de expansão e acumulação é estagnado, as implicações são extremamente prejudiciais para o sistema e o conjunto da sociedade. Mesmo os bloqueios decorrentes das crises cíclicas ou conjunturais, que compõem a normalidade do movimento do capital, e os seus consequentes abalos econômicos, sociais e políticos, podem gerar consequências destrutivas de enormes proporções, como bem exemplifica as duas guerras mundiais ocorridas no século XX, entre outros episódios menos catastróficos.

Se o bloqueio derivado das crises cíclicas, que atinge uma das dimensões desse modo de controle causa enormes estragos, o que há de se dizer das implicações de uma crise sistêmica, que afeta todas as dimensões fundamentais desse metabolismo social, exigindo a adoção urgente de uma forma alternativa de sociabilidade sob pena do extermínio da humanidade? Diante da crise estrutural, como já foi ressaltado, os componentes destrutivos do capital são ativados com toda força e se tornam a tendência dominante do modo de operar desse metabolismo social, acionando a sombra da incontornabilidade total e pondo em cena a real possibilidade do fim do mundo dos homens e do seu próprio modo de controle. O fato é que esse sistema nunca foi submetido a um controle racional ou duradouro, pois a sua dinâmica totalizante, que desde o início tende a universalização, só é compatível com ajustes limitados sob a condição dessas modificações superficiais não atrapalhar a auto-reprodução ampliada do capital, ou seja, seu processo de expansão e acumulação. Esses ajustes ou reformas têm o objetivo de contornar ou ultrapassar os obstáculos que se põem ao capital, sempre que esse sistema não tiver condições de superá-los.

Apoiada em Mészáros, Paniago (2001) explica que no contexto da crise estrutural as restrições compatíveis com a dinâmica do sistema, que em momentos anteriores possibilitaram a superação de disfunções e crises temporárias, não são mais toleradas no atual estágio de desenvolvimento do capital, porque interferem e esbarram na lógica expansiva desse modo de controle, que diante dos seus limites absolutos dispõe de menos recursos para deslocar as suas contradições e manter a sua supremacia. No contexto do ultimato dado ao capital através do encontro desse sistema com seus limites insuperáveis, a incontornabilidade assume um significado completamente oposto aquele que possibilitou a libertação do capital de todas as amarras que reprimiam a vazão de seus imperativos. A dimensão perigosa e destrutiva assumida pela incontornabilidade do capital na atualidade está longe de ser positiva, acarretando o reconhecimento da necessidade de limites até pelos mais fervorosos defensores da ordem estabelecida.

A incontornabilidade desse metabolismo social foi um dos fatores mais importantes para garantir a sua vitória e a consolidação da sua supremacia. Um aspecto em parte positivo desse caráter incontornável para o seu desenvolvimento e dominação absoluta como sistema metabólico, foi a superação dos inconvenientes que se opuseram a ele, conduzindo o seu modo de controle a exercer um poder irrestrito sobre o conjunto da humanidade. A quebra da autosuficiência na relação entre produção e controle, presente nas formas anteriores de controle sociometabólico, e a sua substituição por processos reprodutivos materiais mais amplos já evidenciam o avanço do modo de controle do capital e no devido

tempo, em sua forma plenamente desenvolvida, também as suas consequências desumanizantes para o conjunto das relações sociais, como a alienação, a reificação e o fetichismo. (MÉSZÁROS, 2011).

Para realizar o seu valor historicamente específico que simultaneamente será reproduzido em escala ampliada, o capital precisou penetrar na esfera da circulação. Dessa forma, de acordo com Mézáros (2011), o relacionamento entre produção e consumo teve que ser radicalmente alterado em toda a sua extensão, o que acarretou o rompimento da unidade existente em outras formas de organização social voltadas para a produção e o consumo de valores-de-uso. Ao se livrar das restrições da autosuficiência, o capital se tornou o mais poderoso modo de controle extrator de trabalho excedente.

Não se pode negar o aumento da produtividade derivado da liberação das limitações da autosuficiência e os benefícios sociais dela decorrentes. Entretanto, há o lado negativo dessa vitória do capital que, conforme já foi ressaltado, se expressa na conseqüente perda de controle sobre o conjunto do processo reprodutivo social, embora os efeitos dessa perda não sejam percebidos em uma longa fase de desenvolvimento, por conta do deslocamento das contradições possibilitado durante o período de ascendência do capital. Ao separar radicalmente as funções de produção e controle e impor um agente separado para exercer o comando sobre o trabalho, o capital consolidou a base dos seus defeitos estruturais, com os quais tem que conviver sem qualquer perspectiva de solução efetiva.

Para operar o seu dinamismo e se tornar um modo de controle totalizante, de longe o mais poderoso da história, seguindo a sua tendência a universalização, o sistema metabólico do capital precisou operar fraturas entre unidades que constituíam o processo produtivo (produção e controle, produção e consumo, produção e circulação) naturalizando essas separações artificiais que são a base antagonista do seu sistema de controle.

Os defeitos estruturais de controle do sistema são perceptíveis através da fragmentação dos microcosmos internos que o compõem, que se expressam por meio da sua dominação global através da oposição entre produção e controle, que assumem dimensões opostas, sendo as suas funções exercidas por classes sociais antagônicas; a separação entre produção e consumo que se baseia no consumo exagerado e manipulado de alguns poucos e se apóia na negação das necessidades básicas da maioria que atua como agente produtor da riqueza; a contradição entre produção e circulação, que é o resultado da tentativa de unir os novos microcosmos fragmentados em um tipo de conjunto que seja passível de ser conduzido de forma que o capital social produzido tenha a capacidade de criar a circulação como uma estratégia derivada das suas unidades internamente fragmentadas, com a finalidade de superar

a ruptura entre produção e circulação. Essas separações são fraturas estruturais e não podem encontrar a unidade perdida nas mesmas bases fundamentais que promoveram a oposição entre elas como condição imprescindível para a auto-reprodução do capital.

Mészáros (2011) destaca que o defeito de controle presente nessas três estruturas está localizado na ausência de unidade e a impossibilidade de resolver essa fragmentação no interior da sociedade do capital está ligada ao fato de que essas oposições assumem a forma de antagonismos sociais e conflitos de classe. Esses conflitos são disputados com maior ou menor intensidade a depender de cada conjuntura histórica e é oportuno enfatizar que no período de ascensão do capital esse sistema foi beneficiado por circunstâncias favoráveis ao seu processo de reprodução em detrimento do trabalho. Mesmo que o capital continue a vencer essas lutas contra o trabalho, esses antagonismos são insuperáveis porque são estruturais, e estão vinculados às estruturas vitais do sistema. É do interesse do capital solucionar as consequências danosas dessas fragmentações, mas não o fundamento causal delas. Em decorrência disso, essas estruturas tendem a continuar reproduzindo os seus antagonismos sob toda a era regida pelo capital, independente das relações de poder predominantes.

O impulso de intensificar cada vez mais a sua expansão por meio da máxima extração do trabalho excedente, que se constitui no seu fundamento histórico, é um reflexo contraditório da incontrollabilidade do capital, que enquanto for passível de ser executado evitará o colapso do sistema. Apenas quando os limites estruturais do sistema aparecem no horizonte de reprodução do capital é que se torna possível perceber uma crise que emana da baixa eficiência e insuficiência da extração do trabalho excedente, cujas consequências incidem sobre a viabilidade do modo de controle exercido pelo capital, o que traz a exigência de adoção de uma série de estratégias perigosas, como bem evidencia a prática generalizada da destruição por meio do complexo industrial militar, na tentativa de alavancar novamente o processo reificado de valorização do capital.

Na sua fase de ascensão, os imperativos da expansão do capital coincidiram com a satisfação das necessidades humanas⁴⁷, gerando um processo civilizatório. Ao longo desse estágio de expansão, a perda de controle pôde ser ocultada graças aos mecanismos de deslocamento das contradições, ainda que os efeitos nocivos venham se manifestar

⁴⁷Inicialmente, o impulso irrefreável do capital garantiu um imenso crescimento da produtividade, voltando-se para a satisfação das necessidades humanas, embora grande parte da humanidade, ou seja, os produtores da riqueza social, continuassem a ser excluídos dos benefícios do avanço produtivo.

posteriormente, em proporções bem maiores. Sobre as consequências da perda de controle Paniago (2001) pontua que

Mészáros assinala a existência de uma “manifestação paradoxal dessa perda de controle”. Num primeiro momento, ela favoreceu a expansão na fase de ascensão histórica do capital, possibilitando o controle das contradições e antagonismos através do postergamento de seus efeitos explosivos. No entanto, quando ocorre o “bloqueio do caminho da livre expansão (como resultado da consumação da ascendência histórica do capital) e a consequente impossibilidade de deslocar simultaneamente os antagonismos internos do sistema”, os “efeitos nocivos da expansão já realizada” são reativados e multiplicados. Deve-se notar que os problemas e contradições surgem “na mesma escala da expansão planetária do sistema do capital”, o que exige uma “correspondente magnitude de deslocamento”. Na impossibilidade, hoje, de se realizar os deslocamentos de tamanha magnitude “o que se apresenta é o espectro da total incontrolabilidade” (47-48). (p. 175 e 176)

A sombra da incontrolabilidade que cobre o movimento do capital na contemporaneidade tem como uma de suas manifestações a destruição de astronômicas quantidades de recursos humanos e materiais, sem nenhum pudor em relação aos limites dos recursos disponíveis no planeta e as implicações desastrosas para o futuro da humanidade, que embora tenha alcançado um alto patamar de evolução, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, não é capaz de produzir uma completa independência em relação a natureza.

Devido ao caráter único desse modo de controle sociometabólico totalizador e incontrolavelmente voltado para a expansão, se estabelece uma relação anteriormente inimaginável entre economia e política. Por conta das suas determinações essenciais, o capital teve que operar uma separação radical entre as funções políticas e reprodutivas, gerando a necessidade da instauração do Estado moderno, como estrutura de comando político totalizadora do capital, da mesma forma como ocorre no processo produtivo, em que produção e controle devem estar completamente isolados, pertencendo a classes diametralmente opostas.

Com a crise estrutural do capital e a consumação da sua ascendência histórica, os mecanismos de deslocamento das contradições não são mais capazes de contornar, na medida exagerada exigida pela expansão e o caráter global atingido pelo capital, os antagonismos estruturais do sistema, necessitando de forma cada vez mais recorrente da ação política do Estado moderno, seja por meio de uma legislação autoritária contra a classe trabalhadora, ou repressão dos opositores do sistema, seja através do financiamento de estratégias na tentativa de retomar o processo de valorização e acumulação do capital. Nesse aspecto, destacamos

uma maior intervenção do Estado na reprodução sociometabólica do sistema, particularizando o seu auxílio direto a produção militarista ou a produção da destruição, haja vista o papel que executa como estrutura que mantém uma relação de complementaridade com a reprodução material desse modo de controle do metabolismo social.

2.2.3 Capital, Estado e produção destrutiva: antagonismo estrutural e encontro do capital com seus limites absolutos.

Nos dias atuais, a relação do capital com o Estado tem ficado mais estreita por conta da exigência de recorrentes auxílios as estratégias conduzidas com o objetivo de deslocar os antagonismos do sistema que se mostram cada vez menos administráveis. O que ocorre, de fato, é que o capital tem necessitado de medidas incisivas para contornar os frequentes e contínuos abalos provocados pelo movimento ascendente de redução da eficácia do deslocamento das suas contradições, exigindo a intervenção maciça do Estado Moderno nas suas operações, em particular na manutenção de uma prática produtiva irracionalmente dissipadora, que atualmente fornece as bases de sustentação para a continuidade do processo de autoreprodução do capital.

Para compreendermos a importante função do Estado moderno na reprodução sociometabólica do capital mediante a ativação dos seus limites estruturais e o conseqüente predomínio das suas tendências destrutivas, trataremos brevemente das considerações meszárias acerca do papel ontológico dessa estrutura político totalizadora do capital.

O Estado moderno, como estrutura que pratica a única ação corretiva aceitável pelos parâmetros irrestringíveis do capital, surge a partir das exigências postas para assegurar e proteger a produtividade material desse modo de controle sociometabólico, complementando com seu comando político as suas estruturas econômicas, o que acarreta que essa estrutura esteja diretamente ligada à reprodução interna do sistema. Enquanto estrutura totalizadora de comando político do capital, que contém a sua própria superestrutura jurídica e política, tem a função de corrigir, claro que dentro dos limites aceitáveis pelos imperativos do sistema, os antagonismos emanados pela falta de unidade, ou pelas rupturas das partes que compõem o processo produtivo, que, por sua vez, constituem as partes vitais desse metabolismo social. O fim da fase de ascensão histórica do capital e a explosão da sua crise estrutural evidenciam a estreita relação de complementaridade entre capital e Estado por meio

da crise de todas as formas e modelos concebíveis de formação estatal moderna. (MÉSZÁROS, 2011).

Enquanto complexo de classe o Estado mantém uma dependência ontológica em relação à estrutura social e econômica. Contudo, ao longo da consolidação do capital como sistema sociometabólico, essa relação assumiu a forma de uma reciprocidade dialética⁴⁸, em que o Estado torna-se um elemento integrante da base material do capital da mesma forma e com o mesmo grau de importância das suas unidades reprodutivas. No decorrer do desenvolvimento do poder totalizante do capital, o Estado burocratizado, com todo o seu aparato legal e político, surge com o propósito de atender as suas necessidades materiais, tornando-se posteriormente, segundo Mézáros (2011), em uma condição imprescindível para a articulação dos componentes que conformam o conjunto do sistema. O capital conquistou o seu poder na esfera da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas que deram corpo ao Estado moderno. Dessa forma, essa estrutura política vai se afirmar como um elemento essencial para o funcionamento permanente do capital em seu microcosmo e nas relações das unidades produtivas entre si, sendo definida por esse autor como um órgão metabólico dessa “[...] forma incontrolável de controle sociometabólico.” (p.96).

Assim, é indispensável deixar claro que o Estado não é, de modo algum, igual ao sistema de comando do capital. Esse modo de controle sociotamebólico é historicamente particular e possui uma estrutura de comando que deve ser adequada aos diversos níveis e esferas, justamente por ter que subjugar tudo ao seu poderio, não tolerando nada acima do seu controle. O capital é o seu próprio sistema de comando no qual está contida a dimensão política, embora isso não signifique que essa estrutura seja uma parte subordinada do sistema, o que deixa explícita a manifestação prática da relação de reciprocidade dialética estabelecida entre capital e Estado. Nessa relação de complementaridade

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital- é ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido, fundamental, o Estado- em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador- deve ser

⁴⁸Mészáros (2011) afirma que por conta dessa determinação recíproca há uma ligação estreita entre a base sociometabólica do capital e o Estado moderno. Isso significa que qualquer ação no campo político, mesmo que tenha o objetivo de extinguir o Estado, tem pouca influência no estabelecimento de uma sociedade socialista. Por outro lado, justamente porque é necessário enfrentar essa complementaridade entre capital e sua estrutura de comando político é que os socialistas não podem esquecer que não há possibilidade de acabar com o domínio do capital sobre a totalidade social sem seguir o que Marx já preceituava sobre o progressivo fim do Estado.

entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.

No entanto, este inter-relacionamento íntimo também se mantém quando visto pelo outro lado, pois o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica. (MÉSZÁROS, 2011, p. 124 e 125, grifos do autor)

Como parte complementar da base material do capital, a estrutura política do sistema assume o papel de estabelecer uma coesão entre as suas fraturas internas (produção e controle, produção e consumo e produção e circulação) e o controle sobre as suas forças centrífugas derivadas das unidades produtivas do capital, que configura um sistema antagonicamente estruturado. Sem a existência do Estado essa coesão não seria passível de ser concretizada, e os microcosmos produtivos não poderiam ser organizados em um sistema orgânico e abrangente, tornando impossível a realização do seu potencial produtivo incontrolável.

No que se refere à correção do antagonismo gerado pela oposição entre produção e controle, o aparato legal do Estado moderno é uma condição indispensável para o exercício do autoritarismo e controle nos locais de trabalho. Sem essa base jurídica unificadora até os menores microcosmos seriam destruídos pela falta de um consenso, o que anularia a eficiência econômica do sistema reprodutivo social.

A separação entre produção e consumo foi possibilitada pela subordinação do valor-de-uso a valor-de-troca associado ao abandono da autosuficiência, o que trouxe a perspectiva de uma expansão sem precedentes, destinada, pela natureza contraditória do capital, a encontrar seus limites em um dado momento de saturação, ou encontro com obstáculos insuperáveis. Nessa conjuntura, na qual o consumo foi alavancado não só com necessidades reais, mas também com necessidades puramente artificiais e manipuladas, o capitalista é descrito como produtor da riqueza e o trabalhador, verdadeiro agente produtor da riqueza social, como consumidor⁴⁹, mascarando as relações sociais de exploração por trás dessa racionalização ideológica burguesa.

Diante dessa fragmentação e das contradições geradas por ela, o papel totalizador e político do Estado moderno é fundamental. Essa estrutura deve adaptar as suas funções reguladoras de acordo com as variações na dinâmica da reprodução ampliada do sistema,

⁴⁹Como consumidor, o trabalhador executa um papel importante no pleno andamento da reprodução sociometabólica. Essa importância, ou dependência tende a crescer no estágio mais avançado do capital, o que significa que a função realizada pelo consumidor- cliente é muito mais relevante no século XX do que em períodos anteriores. (MÉSZÁROS, 2011)

atuando na complementação política e no fortalecimento do domínio do capital contra qualquer obstáculo que possa vir a bloquear o andamento das desigualdades expressas também na distribuição e no consumo. Além disso, o Estado deve assumir - e assume de forma cada vez mais crescente - a função de comprador-consumidor direto. No exercício dessa função, atende algumas necessidades básicas do conjunto da sociedade, mas atua, também, devido ao seu papel de agente complementar da base material do capital, no atendimento dos imperativos expansivos desse modo de controle, por meio da satisfação de necessidades artificiais como a manutenção da sua máquina burocrática administrativa e do complexo industrial militar, buscando atenuar, mas não eternamente, as contradições derivadas da ruptura entre produção e consumo. Sobre o papel corretivo do Estado na oposição entre produção e controle Mézáros (2011) adverte que

Reconhecidamente, a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma *unidade* genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem portanto requisito indispensável para sua reprodução constante. Não obstante, esta ação corretiva empreendida pelo Estado é de suma importância. Os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas política e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente enquanto o desperdício inevitável que acompanha esse relacionamento simbiótico não se tornar proibitivo, do ponto de vista da produtividade social. Em outras palavras, os limites externos em que se pode reconstituir e administrar, dessa maneira singular, a correlação problemática entre produção e consumo na base fragmentada da ordem sociometabólica do capital são determinadas pela extensão em que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente insustentável. (p. 110 e 111, grifo do autor)

Na tentativa de procurar alguma espécie de unidade para a ruptura entre produção e circulação, o papel do Estado é igualmente essencial, ou até mais necessário do que na coesão das outras fraturas internas do capital. Todavia, ao tentar solucionar essa oposição acaba gerando contradições insolúveis. Uma dessas contradições, que consiste em uma das mais importantes do sistema, está ligada ao fato de que historicamente as estruturas corretivas e de comando político do capital se articulam na forma de Estados nacionais, embora essa configuração seja incompatível com a essência expansionista do capital, que traz, em si, o germe da universalidade, e, com ele, a tendência de suplantar toda e qualquer barreira nacional, nos termos de um empreendimento verdadeiramente global. Dito de outro modo, há uma contradição “[...] entre a tendência globalizante do capital transnacional no domínio

econômico e a dominação continuada dos Estados nacionais como estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2003, p. 33). Apesar de todas as tentativas das potências hegemônicas de fazer com que seus Estados nacionais estabeleçam o seu poderio sobre os demais⁵⁰, se tornando o “Estado do sistema do capital enquanto tal”, o Estado nacional continuou sendo a base norteadora das decisões econômicas e políticas e o responsável por assumir os riscos e as consequências das ações transnacionais.

Essa contradição demonstra que o capital global não possui a sua formação adequada de Estado, apesar de, contraditoriamente, ter consolidado o seu poder como sistema global e totalizador. Nesse aspecto, o Estado se mostra incapaz de completar a lógica irrestringível desse metabolismo social, estando cada Estado particular voltado para atender os interesses do seu capital nacional, o que demonstra que não há qualquer tendência, mesmo no futuro, de se estabelecer com sucesso um Estado do sistema do capital⁵¹. A concretização desse ideal só seria possível com a superação de todos os grandes antagonismos internos conflitantes desse modo de controle sociometabólico. Nesses termos

[...] ‘o Estado do sistema do capital em si’ continua a ser até hoje apenas uma ‘idéia reguladora’ kantiana, apesar de todos os esforços despendidos, no período que se seguiu à Segunda Guerra, para torná-la real na forma de uma rede internacional de instituições econômicas e políticas- do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional à OCDE, ao GATT e à ONU – sob o domínio mais ou menos velado dos Estados Unidos. Hoje, como antes, o capital global está desprovido de sua adequada formação de Estado, por que as unidades reprodutoras materiais dominantes do sistema não conseguem se livrar de sua ‘individualidade’. (p. 244)

Essa incapacidade da estrutura do Estado concretizar o que, em última análise, é demandado pelos imperativos totalizantes do capital traz sérios problemas para o futuro. Dentre esses problemas destaca-se o fato de que mesmo a potência norte-americana, que detém a hegemonia mundial, deverá fracassar no objetivo de expandir ao máximo a irrestringibilidade do capital através da imposição do seu domínio como Estado do sistema do capital global. Consequentemente, o poderio desse país permanece nacionalmente limitado

⁵⁰De acordo com Mézáros (2011) essas tentativas dos países hegemônicos de se tornarem o Estado do sistema do capital acabou por culminar em duas guerras mundiais, ou segundo Hobsbawm (2005) na “Era da Guerra Total”.

⁵¹Todavia, por mais que não seja possível concretizar esse objetivo por longo tempo, isso não significa que as tentativas e as forças que tendem para sua realização serão bloqueadas. Nas palavras de Mézáros (2003): “Como ocorre com toda contradição importante de um dado sistema, as condições objetivas tornam imperativo que se persiga hoje a estratégia da dominação hegemônica por uma superpotência econômica e militar, não importa a que custo, para tentar superar a separação estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais. Contudo, a própria natureza da contradição subjacente faz prever o necessário fracasso dessa estratégia a longo prazo. (p. 41)

em seus objetivos econômicos e políticos e a sua hegemonia está sujeita a sofrer ameaças das mudanças ocorridas nas relações internacionais de domínio econômico, independente da posição hegemônica ocupada por essa potência como nação imperialista.

Outra contradição que merece atenção diz respeito à maneira diversa que o Estado, como agente criador da circulação global, se comporta diante das suas ações no plano internacional e no plano nacional. A nível nacional, o Estado busca evitar que a tendência a concentração e a centralização do capital elimine unidades econômicas viáveis, com o intuito de não afetar o capital nacional total. Em contrapartida, no domínio internacional, o Estado nacional não busca de nenhum modo limitar o impulso ao monopólio de suas unidades sócio-econômicas dominantes. Ao contrário, estimula e apóia a expansão monopolista do seu capital nacional frente aos outros Estados adversários.

Atualmente vivenciamos a terceira fase⁵², potencialmente a mais perigosa, do desdobramento do imperialismo, sob o comando da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos. O capital chegou a um novo estágio de seu desenvolvimento transnacional, trazendo com ele o encontro com os seus limites estruturais, o que coloca sérios entraves à sua reprodução material e à sombra da incontrollabilidade sobre o conjunto da humanidade, afetando diretamente a sua própria viabilidade como sistema de controle sociometabólico. A ativação dos limites sistêmicos do capital acarreta a impossibilidade de evitar o confronto entre a “[...] contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema.” (MÉSZÁROS, 2003, p. 39), expressa pela incapacidade em constituir o Estado do sistema do capital como complemento dos seus imperativos totalizantes e como meio de superar os antagonismos entre os Estados nacionais.

Sob o quadro limitador de uma crise sistêmica, o capital cria novas formas de conter as barreiras com as quais se depara e encontra novas margens de expansão, por meio da adoção de uma forma extrema de desperdício que se baseia em uma relação qualitativamente diferente com o Estado moderno. Nesse contexto, a estrutura corretiva dos antagonismos internos do sistema atua como gastador/consumidor investindo astronômicas quantidades de recursos humanos e materiais em uma produção que, do ponto de vista do capital, é realizada, mas não é consumida. Na realidade, segundo Mézáros (2003; 2011), essa é uma das maiores inovações da produção militarista para a reprodução do capital, que extingue a distinção

⁵²Essa terceira fase do imperialismo tem as suas raízes no primeiro governo do presidente Roosevelt que buscou impor a supremacia americana ao resto do mundo.

essencial entre consumo e destruição, tratando ambos como sendo práticas equivalentes. Para Mészáros (2011, p. 687)

Esta “inovação” oferece uma solução radical para uma contradição inerente ao valor que se autodefine como tal em todas as suas formas, apesar de só se tornar aguda nas condições do capitalismo contemporâneo.

Tal contradição emerge das várias barreiras objetivas à riqueza em autoexpansão que devem ser transcendidas a todo custo, para que o valor como uma força operacional independente se realiza a si próprio de acordo com as determinações intrínsecas de sua natureza.

Esse autor enfatiza duas restrições que se colocam a autoexpansão do valor, sendo a primeira referente aos limitados recursos existentes na sociedade e a necessidade de legitimar a sua utilização por meio de práticas que competem entre si e a segunda diz respeito às limitações decorrentes do poder de consumo dos consumidores (limitações econômicas, limitações culturais das suas necessidades, etc.). Todavia, por sua própria especificidade de aliar a taxa de utilização decrescente, como a lei tendencial mais importante do desenvolvimento capitalista, a uma expansão idealmente ilimitada, o complexo industrial militar soluciona com sucesso essas duas restrições. Primeiramente, torna cotidiana e legalmente assegurada a prática do desperdício, enquanto, contraditoriamente, legitima esse desperdício colossal como dever inquestionável da nação a custa da negação das necessidades básicas da imensa maioria produtora da riqueza social. No tocante a segunda dimensão do problema, a produção militarista supera todas as limitações oriundas do círculo de consumo delineado de acordo com as necessidades reais dos consumidores, livrando-se de um forte obstáculo a dinâmica do capitalismo avançado e a continuidade da expansão do capital. A superação desses entraves se dá por meio da completa reestruturação do conjunto da produção e do consumo, de forma que estes estejam completamente desligados das necessidades reais dos indivíduos, utilizando ampla quantidade dos recursos existentes em um tipo de produção parasitária que não precisa ser consumida porque ela mesma se autoconsome, ou, em outros termos, é tirada da circulação ou do ciclo de reprodução do capital pelo Estado, assim que atravessa os portões do punhado de empresas⁵³ que detém o monopólio da produção de armamentos.

⁵³A Stockholm International Peace Research Institute, em português Instituto de Investigação da Paz de Estocolmo (SIPRI), é uma organização sueca que realiza pesquisas sobre conflitos e diz atuar em prol da paz e da segurança internacional. Com base em dados de 2010, a SIPRI divulgou uma lista com as cem maiores empresas do setor de armamentos do mundo. Serfati (2002) pontua que a indústria bélica americana passou por um grande processo de concentração industrial na década de 1990, com o objetivo de se adaptar ao novo contexto geopolítico, as inovações tecnológicas e a diminuição do orçamento militar.

Outra inovação fundamental do complexo industrial militar é a fusão entre produtor/comprador/consumidor representada agora pela nação. A falsa representação do comprador como consumidor permitiu evitar os obstáculos colocados pelas necessidades reais, mas não foi suficiente para oferecer soluções eficazes para as limitações financeiras do consumidor individual. Somente a nação, ou seja, a representação do Estado moderno, poderia exercer o papel de fonte segura para proporcionar as cifras astronômicas capazes de tornar possível a expansão do capital, ao tempo que suga para o seu aparente buraco sem fundo todo o desperdício derivado dessa produção. (MÉSZÁROS, 2011).

Como a natureza expansiva do capital é desprovida de qualquer medida humana, por sua própria essência incontrolável, a mudança da produção destinada para o consumo real para um consumo voltado para a destruição pôde ocorrer sem gerar dificuldades no processo de produção. Por sua vez, as possíveis barreiras que poderiam ser postas à legitimação ideológica desse redirecionamento da produção são contornadas pelos interesses privados e pelo Estado através da descarada manipulação da opinião pública e do domínio dos meios de comunicação de massa. Não é de modo algum novidade o papel manipulatório executado por

As dez maiores empresas desse setor de defesa, dentre essas sete norte- americanas, concentraram, de acordo com os dados da SIPRI, 56% do total da vendas de armamentos. Já o anuário da Sipri publicado em 2013, que se baseia em dados do ano de 2011, demonstra um aumento de 14% nas vendas de armas e serviços militares das cem maiores empresas de armamentos e equipamentos bélicos. Moreno (2013) chama a atenção para o absurdo aumento das vendas da indústria de armamentos desde o ano de 2002. As vendas cresceram 60%, mesmo com os abalos provocados pelas cada vez mais frequentes, para não dizer contínuas, crises financeiras. Das cem maiores empresas do setor de defesa quarenta e sete são americanas. Juntas elas detém o monopólio de 60% de toda a produção bélica desse conjunto.

De acordo com Moreno (2013), o anuário publicado em 2013 pela SIPRI traz os dados referentes ao ano de 2011 sobre o ranking das dez maiores empresas de armamentos, organizadas nessa ordem de lucratividade:

- 1- Lockheed Martin (EUA) atua na área de armadura de mísseis, eletrônica e espaço aéreo. Vendas por 36,27 bilhões de dólares em 2011. Lucros líquidos: 2,655 bilhões de dólares.
- 2- Boeing (EUA) atua no setor da produção de aviões, eletrônica, mísseis, espaço aéreo. Vendas por 31,83 bilhões de dólares. Lucros líquidos de 4,018 bilhões de dólares.
- 3- BAE Systems (Reino Unido) atua na produção de Aviões, artilharia, mísseis, veículos militares e naves. Vendas por 29,15 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 2,349 bilhões de dólares.
- 4- General Dynamics (EUA) atua no setor de artilharia e eletrônica. Vendas por 23,76 bilhões de dólares. Lucros líquidos de 2,526 bilhões de dólares.
- 5- Raytheon (EUA) atua na produção de mísseis e eletrônica. Vendas por 22,47 bilhões de dólares. Lucros líquidos de 1,896 bilhão de dólares.
- 6- NorthropGrumman (EUA) atua na produção de aviões, eletrônica, mísseis e tanques de guerra. Vendas por 21,390 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 2,118 bilhões de dólares.
- 7- EADS (União Européia) atua na produção de aviões, eletrônica e mísseis. Vendas por 16,39 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 1,442 bilhão de dólares.
- 8- Finmeccanica (Itália) produz aviões, veículos de artilharia e mísseis. Vendas por 14,56 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 902 milhões de dólares.
- 9- L-3 Communications (EUA) atua no setor de Eletrônica. Vendas por 12,52 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 956 milhões de dólares.
- 10- United Technologies (EUA) produz aeronaves, eletrônica e motores. Vendas por 11,64 bilhões de dólares. Lucros líquidos por 5,347 bilhões de dólares.

esses meios de comunicação e muito menos a sua responsabilidade com a veiculação das pseudoverdades do grande capital.

Muitas desculpas têm sido utilizadas para justificar os altos gastos militares em tempos de paz ou mesmo para justificar a disseminação de guerras ou invasões militares, como bem exemplifica a reestruturação da OTAN⁵⁴. Mesmo depois da Guerra Fria e da sua desenfreada corrida armamentista as despesas militares, a despeito da promessa de uma “Nova Ordem Mundial”, que traria o dividendo da paz e a conciliação dos interesses dos diferentes países, se mantiveram absurdamente elevadas, tendendo a aumentar com o passar dos anos, independente das sérias crises econômicas que atingem todos os setores do conjunto de países, exigindo o corte, cada vez maior, nos gastos públicos. Diante dessa contradição, seguimos o questionamento colocado por Dantas (2006): de onde advêm esses benefícios que a produção de armamentos traz para a reprodução do capital? Procurando ir a raiz desse problema, o autor questiona os argumentos parciais de vários autores que vêem a produção militarista como estímulo econômico por várias causas, dentre elas o fato de gerarem demanda e criarem emprego, de desenvolverem a produtividade e de essa maior capacidade se disseminar sobre o conjunto da economia (setores de bens de consumo e de capital) e, por fim, de permitir ao país vencedor a ocupar e explorar áreas antes fechadas ao seu domínio.

Contudo, em relação à primeira explicação, esse autor destaca que os gastos públicos não bélicos também têm o poder de produzir demanda de consumo e de criar emprego. Assim, os gastos bélicos são um gasto a fundo perdido e um gasto deficitário (pois não geram lucros). Todavia, nunca foram utilizados como estímulo econômico de forma constante como os gastos bélicos astronômicos assumidos desde o pós-Segunda Guerra. Em um contexto de crise sistêmica, os gastos públicos não bélicos são os primeiros a ser cortados, como bem exemplifica a adoção do Estado neoliberal e da sua política de cortes dos recursos destinados a efetivação dos direitos sociais conquistados pela luta da classe trabalhadora ao longo da consolidação do Estado moderno. Em contrapartida, os gastos bélicos são os primeiros a crescer diante de uma situação de crise que interrompa o processo de valorização do capital.

⁵⁴Serfati (2002) adverte que a OTAN não só continua exercendo o seu poderio como organização política e militar, mesmo depois do desaparecimento da URSS, como teve os seus objetivos consideravelmente ampliados. Diante da dita nova ordem mundial, sob o comando dos Estados Unidos, a OTAN adaptou os seus objetivos a essa nova conjuntura geopolítica e econômica. Na resolução adotada na Cúpula de Washington em abril de 1999 “O direito de intervenção é afirmado não apenas *dentro*, mas, doravante, fora da zona euro-atlântica, virtualmente em todos os países do planeta que possam ameaçar os membros da OTAN. Além do mais, um engajamento militar da Otan não é apenas concebido como uma resposta a ameaça militar, mas pode ser justificado por um largo espectro de riscos que conduzem á intervenção militar nos países que ‘enfrentam sérias dificuldades políticas, econômicas e sociais. (Item 20 da resolução)” (p. 52)

O segundo argumento demonstra a sua parcialidade, conforme Dantas (2006), por conceber que o desenvolvimento de novas tecnologias e de uma maior capacidade produtiva derivada do setor bélico iria alavancar a economia, sem levar em consideração a lei da acumulação capitalista, da qual decorre o princípio de que uma grande produtividade acaba por gerar crises de superprodução. De fato, é preciso considerar que o setor de armamentos é o que mais desenvolve tecnologia de ponta, contando diretamente com o extenso financiamento do Estado que advém dos míseros salários dos contribuintes (em sua grande maioria trabalhadores). Parte dessa tecnologia realmente é utilizada pela indústria não bélica, mas só isso não garante elevadas taxas de lucro, uma vez que quando o setor industrial não bélico estanca isso não ocorre por falta de desenvolvimento tecnológico, e sim por conta do próprio movimento contraditório do capital, que traz em si os germes das crises conjunturais e dos seus limites absolutos.

Dantas (2006) aponta que a terceira e última explicação deixa vir à tona as suas limitações quando defende que, por meio dos gastos militares, o capital conquistaria novas áreas e encontraria novos mercados e mão-de-obra para explorar, e isso estimularia a economia. Todavia, não há tantas áreas assim a serem conquistadas e os gastos militares não conduzem de forma direta a esse efeito e mesmo que conduzissem isso só adiaria as crises, em vez de evitá-las. É claro que não se pode negar que o imperialismo teve e tem a função de conquistar, por meio da imposição e da força armada, novos territórios para a expansão cada vez mais incontrolável do capital. Entretanto, a produção militarista vem crescendo e se afirmando em face da guerra ou da paz.

Então, qual seria a determinação essencial que faz as despesas militares provocarem efeitos qualitativamente diferentes na economia do que os outros gastos públicos? Apoiado em autores como Gill (1979; 1983; 1996), Dantas (2006) explica que um dos motivos, talvez o mais significativo deles, é que a alocação de recursos no setor bélico conduz a destruição maciça e permanente de forças produtivas, o que cumpre, de certa forma, o papel realizado em períodos de crise. O que diferencia a destruição de forças produtivas praticada em períodos de crises conjunturais da destruição realizada pelo complexo industrial militar é que essa prática foi transformada em parte do cotidiano da dinâmica reprodutiva do sistema. A esse respeito o autor explica que

Destruir forças produtivas, lentamente ou violentamente – como nas guerras –, joga um papel positivo embora contraditório, do ponto de vista da acumulação do capital e certamente resulta na produção de mercadorias que não competem com as demais (precisamente aquelas do Departamento I e II cuja expansão se viu emperrada na longa década recessiva de 1930). Ou em

outras palavras, produção bélica equivale à produção que não entra na circulação das mercadorias *normais*.

[...] Nenhum setor do grande capital vai se ocupar de bens de destruição- desviar forças produtivas de seu rumo tradicional- se não for bem remunerado para isto, se não conseguir, por essa via, a taxa de lucro que não encontrava em outro lado, na produção de bens de consumo e de capital. E é o Estado- Estado dos grandes oligopólios - quem vai garantir aquelas encomendas a uma taxa de lucro mais alta que a da produção de mercadorias *normais*. (2006, p. 187, grifos do autor)

Os recursos que o Estado emprega na produção militarista estão relacionados com outra parte constituinte do movimento do capital na contemporaneidade, mais especificamente, com o setor parasitário da economia capitalista, que cresceu nas últimas décadas e passou a exercer domínio sobre o conjunto das operações econômicas. O que se estabelece é uma relação de muita proximidade entre o complexo industrial militar e o capital financeiro, em que um alimenta o outro. Serfati (2002) ressalta que as instituições do capital financeiro, particularmente os fundos de pensão e os fundos mútuos, encontraram na indústria armamentista um campo fecundo de investimentos, com margens de lucro altas e com encomendas garantidas tanto pela quase posição de monopólio no setor como pela intervenção do Estado em caso de ameaça de falência. Os fundos de pensão e os fundos mútuos são os principais acionistas das indústrias de armamentos, e também são um dos principais credores do Estado, por meio da aquisição dos seus títulos da dívida pública. Através do leilão desses títulos no mercado financeiro o Estado adquire pesados créditos com o capital rentista privado que serão utilizados na compra de artefatos bélicos. A compra desses títulos possibilita que instituições do capital financeiro intervenham diretamente na política do Estado, colocando exigências que favoreçam a rentabilidade das suas aplicações.

Aqui fica explícito a estreita e porque não dizer promíscua, nas palavras de Dantas (2005; 2006), relação entre o Estado, o capital financeiro e a produção destrutiva. Como não poderia deixar de ser, pela própria essência dessa estrutura política que complementa a base material do capital, ela atua como agente mediador na concretização dos imperativos estruturais do sistema, e na conjuntura do encontro do capital com seus limites sistêmicos. Vai amparar e alimentar os principais elementos constituintes do capital em crise, a exemplo do capital financeiro em suas formas mais fictícias e parasitárias e a produção destrutiva, cada vez mais perdulária e ameaçadora para o futuro da humanidade.

No contexto de crise, em que os gastos militares⁵⁵ se conformaram no novo e continuado impulso a reprodução sociometabólica do capital, o endividamento público americano interno e externo se elevou a patamares jamais vistos, transformando os Estados Unidos de maior credor do mundo, no fim da primeira e mais ainda da Segunda Guerra Mundial, no país mais endividado do globo. A economia americana pode ser a mais armada, mas também é, em decorrência disso, a mais endividada, baseando-se, segundo Mészáros (2011, p.1088), em práticas alicerçadas em um “imperialismo do cartão de crédito”.

No tocante a prática da destruição conduzida de forma mais preponderante pelos Estados Unidos, Mészáros (2011) enfatiza que não foi por acaso que o capital topou com as práticas produtivas extremamente perdulárias do complexo industrial militar. Muito pelo contrário. As determinações e os imperativos estruturais que continham essa destrutividade já estavam expressos, embora de maneira diversa, em períodos muito remotos do desenvolvimento capitalista, por conta da própria raiz contraditória em que esse modo de controle sociometabólico se assenta, expressa na contradição e na subordinação implacável do valor de uso a valor de troca. Ao longo da história do capitalismo as restrições que emanam das necessidades humanas são recorrentemente ignoradas e superadas, aumentando o grau da intensidade dessa busca à medida que o capital desenvolve as suas potencialidades produtivas. Já que do ponto de vista do capital o que importa é a produção contínua e crescente do valor de troca, não importa quão destrutiva e perigosa seja determinada prática produtiva; ela atende, nos moldes estabelecidos por esse modo de controle, a alguma necessidade real. Nesse aspecto, a transação comercial, ou seja, a venda da mercadoria passa a ser o único critério de consumo, mesmo que o produto nunca seja utilizado, acarretando, conforme o autor (2011) uma união entre os conceitos de uso e troca e a equivalência entre comprador e consumidor. No momento em que o sistema do capital alcançou a sua plena maturidade

[...] o desperdício deixou de ser um lamentável aspecto marginal desse sistema, e sim uma parte integrante e deliberadamente cultivada dele. Na verdade, o desperdício no sistema não está de maneira alguma restrito aos produtos perecíveis da natureza. Ao contrário, corre solto em todas as áreas de produção e consumo [...] O que garantiria o uso econômico apropriado dos recursos disponíveis- a riqueza acumulada que se auto- expande com sucesso e que seria ativada pela ‘durabilidade’ do dinheiro- acaba por ser o

⁵⁵No que diz respeito aos gastos militares, é oportuno colocar, com base em Dantas (2006), que eles irão beneficiar o grupo das maiores empresas bélicas do grande capital armamentista, gerando lucros que essas indústrias não encontrariam em outros setores, o que acarreta o crescimento do poder de compra no setor não militar.

maior inimigo da própria durabilidade e o agente da perdularidade absoluta. Ironicamente esse uso econômico apropriado consegue ‘levar o consumo a uma carência imaginária de limites’ ao inventar a perecibilidade instantânea até mesmo das substâncias materiais mais duráveis: ao ‘dar-lhe a forma’ de instrumentos de guerra e destruição que são dissipadores/ destrutivos dos recursos humanos ao extremo mesmo que jamais sejam usados. (MÉSZÁROS, 2011, p. 690)

A prática corriqueira da destruição habilita o capital a contornar, com sucesso, o problema da superprodução, concretizando um dos maiores desejos dos economistas políticos burgueses: a tão buscada identidade entre oferta e procura, graças à imposição das necessidades incessantes e perdulárias do complexo industrial militar, que age em parceria com o Estado moderno, ao conjunto da sociedade. Assim,

[...] oferta e demanda, tornam-se cinicamente relativas de modo a possibilitar a *legitimação da oferta real pela ‘demanda’ fictícia*. O resultado é que a oferta em questão [...] é forçosamente imposta à sociedade por critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema ‘demanda da nação’. De fato, ela é verdadeira e efetivamente ‘mensurada por seu próprio montante’, e protegida, pelo Estado servil, contra as limitações dos mais elementares (mas absolutamente inconvenientes) critérios capitalistas de ‘contabilidade racional de custos’, graças ao aumento anual de orçamentos militares à prova de inflação, à custa de todos os serviços sociais e das necessidades humanas reais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 693 e 694)

A destruição da superprodução por meio da redefinição entre oferta e procura no processo produtivo torna possível que o capital se livre, não indefinidamente, dos grandes colapsos do passado, a exemplo da depressão de 1929. Mézszáros (2011) explica que essa via adotada pelo capital não supera as crises, simplesmente as estende, tanto no período de tempo como na sua localização. Enquanto predominar a relação entre os interesses dominantes e o Estado moderno e a consequente imposição dos seus interesses ao resto da humanidade não haverá grandes erupções e sim precipitações ou pequenos abalos, com frequência e intensidades crescentes nos diferentes países, indicando que as crises cíclicas serão substituídas por um movimento linear de crise constante, como já é possível perceber.

A ativação da tendência destrutiva do capital em seu quadro de crise sistêmica e crônica coloca também uma nova dinâmica a sociedade e ao conjunto das relações sociais. Tendo como base a ontologia marxiana e a centralidade ontológica do trabalho, defendemos que essa destrutividade transborda o âmbito estrito da produção econômica, perpassando, de diferentes formas, as outras dimensões que compõem a totalidade social. Dentre estas, destacamos a educação, como complexo voltado para a apropriação e o repasse do conhecimento construído e acumulado ao longo da história da humanidade. Antes de

analisarmos especificamente os contornos que a educação adquire diante do predomínio da produção destrutiva, pensamos ser necessário introduzir com um exame sucinto da relação entre economia e educação e da dupla configuração dessa práxis social que de um lado atua enquanto complexo universal responsável pelo repasse da substância do gênero, e de outro se apresenta como complexo de classe, surgido das necessidades postas pelo trabalho explorado.

3 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O COMPLEXO DA ECONOMIA E O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS DA DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO.

Buscando contextualizar em seus devidos limites e contornos a influência do predomínio da produção destrutiva ou da destrutividade do capital no delineamento do formato e da função da educação atual, pretendemos analisar inicialmente, em linhas gerais, a relação entre o complexo da economia e o complexo da educação. Para tal, procuraremos explicitar o relacionamento entre o trabalho, que está contido no complexo da economia e põe em movimento o processo de reprodução material, social e individual da vida dos homens, dando corpo a um mundo humano, ou a uma nova esfera do ser, e a educação enquanto complexo fundado pelas necessidades postas a partir da complexificação do trabalho.

Com vistas a situar o trabalho enquanto fundamento do ser social e da sociabilidade, e a especificidade da educação e sua relação com o trabalho, bem como as devidas mediações que se colocam entre a influência do trabalho (economia) na educação, recorreremos a importantes intérpretes da ontologia marxiana-luckasiana, dando destaque a Lessa (2011), Lima e Jimenez, (2011) e Tonet (2005).

No que se refere à configuração que a educação assume diante da destrutividade operada pelo capital em tempos de crise, trataremos da manifestação concreta dessa destrutividade utilizando como ilustração o movimento de Educação para Todos (EPT). Basearemos nossa análise na investigação de duas categorias que a nosso ver expressam muito bem a estreita ligação com o mercado⁵⁶ e o esvaziamento e a negação do conhecimento elaborado pelo gênero. As categorias a serem analisadas são: educação básica e uso das novas tecnologias na educação. No tocante ao exame dessas categorias, elegemos como material a ser analisado os documentos resultantes dos principais eventos desse pacto internacional, a saber: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) e o Marco de Ação de Dakar (2000).

⁵⁶A destrutividade do capital na educação não atinge somente os países pobres, por conta do caráter global da crise atual. No caso do império estadunidense a destrutividade do capital sob a educação, expressa pelo estreitamento da relação entre educação e mercado, é concretizada pela privatização e decadência do ensino básico público americano, como destaca Foster (2013) em seu artigo intitulado: “Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos”.

3.1 O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA CENTRAL NA CONFORMAÇÃO DO MUNDO HUMANO.

Antes de iniciarmos esse tópico é necessário deixar claro que não pretendemos, devido aos próprios limites de uma dissertação de mestrado, dar de conta de toda a complexidade da reflexão sobre a relação ontológica entre o complexo da economia e o complexo da educação. Temos o objetivo de contextualizar os elementos essenciais dessa relação para estabelecer as bases fundamentais de compreensão das devidas mediações que se põem entre a influência do trabalho (que opera a produção da base material da sociedade) na educação, sob o eixo mediador da totalidade social, regida pelo capital em crise sistêmica. Para alcançar esse propósito, partiremos das brilhantes considerações sobre a construção do mundo social elaborada primeiramente por Marx e resgatada por Lukács, e que dão corpo a uma ontologia de novo tipo, de base materialista. Assim sendo, nos basearemos principalmente nos estudos de dois interpretes dessa teoria, Lessa e Tonet.

Com base em Marx e em Lukács, compreendemos o trabalho como categoria fundante do ser social, que se apresenta como momento predominante no devir humano dos homens, possibilitando a construção de individualidades e da sociabilidade, ou do mundo humano.

Para Lukács há três esferas ontológicas⁵⁷ distintas: a esfera inorgânica, a esfera orgânica e a esfera do ser social. O ser inorgânico é a matéria sem vida. A sua processualidade é determinada por um constante torna-se outro, uma vez que esse ser não se reproduz. O ser biológico inaugura a vida propriamente dita e tem como essência processual a incessante reposição ou reprodução do mesmo. Já o ser social, diferente das esferas anteriormente citadas que pertencem a ordem da natureza, refere-se à matéria humana, ao mundo social, ou seja, possui uma processualidade social ontologicamente distinta dos processos naturais. Nesse nível do ser o seu movimento processual se dá pela constante criação do novo, por meio da transformação da natureza guiada por atos teleologicamente postos, o que conforma a práxis humana, o trabalho.

Embora essas esferas sejam ontologicamente distintas por conta das suas diferentes particularidades essenciais (o torna-se outro do ser inorgânico é diferente do repor o mesmo do ser biológico e ambos, por sua vez, são diferentes da produção do novo do ser

⁵⁷Lessa (2012) ressalta que a unidade do ser em geral não se extingue com o surgimento das três esferas ontológicas. Ao contrário, com o nascimento da vida e do ser social essa unidade é fortalecida e se torna mais articulada e multifacetada, como bem expressa a indissociável articulação do homem com a natureza na criação da materialidade humano-social.

social) elas estão indissoluvelmente articuladas entre si⁵⁸. Isso se dá porque há um movimento evolutivo que articula esses três níveis do ser, acarretando que um surja a partir da existência do outro (do ser inorgânico surgiu a esfera biológica e dela o ser social). Isso significa que por mais que o homem não esteja sujeito as mesmas leis da natureza e tenha alcançado um domínio sobre esta através da sua transformação para atender as necessidades colocadas pela ordem do real, “[...] o ser social só pode existir e se reproduzir apenas em uma contínua e ineliminável articulação com a natureza” (LESSA, 2012, p. 25). Esse fato implica que o ser social tenha como elemento-base de sua existência as esferas ontológicas inferiores.

Todavia, apesar dessa estreita articulação entre as três esferas, não há nenhuma mediação possível entre elas porque são formas distintas do ser e por isso a passagem de uma esfera para outra se dá através do salto ontológico, que nada mais é que a negação da esfera ontológica anterior. Essa ruptura é a essência do salto, mas a explicitação das determinações do novo ser, que surge no interior dessa negação, não se esgota nele. É necessário um longo processo, eivado de contradições, para a constituição das novas categorias e de toda a legalidade que compõe a nova esfera do ser.

Esse processo evolutivo segundo Lukács é marcado pela contradição, característica essa já prevista por Hegel. Todavia, só o caráter contraditório acabaria por estacionar esse desenvolvimento tornando inviável a evolução. Para expressar conceitualmente a interação evolutiva é necessário que um dos seus elementos assuma o papel de uma determinação predominante na direção desse desenvolvimento, ou que execute o momento predominante do processo. O salto ontológico expressa muito claramente, de acordo com Lessa (2012), a ação do momento predominante, uma vez que se a nova esfera não for desde o início a determinação predominante do processo o salto não será concretizado. Em outras palavras, se o momento predominante na passagem do ser biológico para o ser social não fosse, desde o princípio, a produção incessante do novo através da transformação conscientemente orientada da natureza, o salto da esfera orgânica para o ser social não teria lugar.

O trabalho traz em si a gênese do ser social e possibilita a ruptura com a esfera biológica. Essa categoria é, segundo Lukács, a forma primária, mais simples do agir humano e inaugura uma linha de desenvolvimento pautada por uma legalidade social. Embora o trabalho seja o fundamento ontológico dos diferentes tipos de práxis sociais, ou das diferentes

⁵⁸Lukács destaca que o ser, em sua totalidade, se apresenta como um complexo de complexos. Os diferentes processos que perfazem as particularidades essenciais de cada esfera ontológica (o torna-se outro do ser inorgânico, o repor o mesmo do ser biológico e a criação do novo do ser social) se relacionam como complexos parciais que fazem parte de um complexo maior, que é o ser em sua universalidade. (LESSA, 2012)

atividades humanas, elas não se esgotam e não se reduzem ao trabalho. Isso porque, conforme Lessa (2012), a reprodução social coloca a possibilidade e, simultaneamente, a necessidade de outras atividades sociais que não sejam diretamente ações de trabalho.

Para Marx (2009), os homens para existirem precisam transformar a natureza. Transformando a natureza o homem não só constrói a base material da sociedade, mas também se constrói como indivíduo, como autêntico ser social. Na concepção marxiana, o trabalho é central na construção do homem enquanto gênero humano, pois ao transformar a natureza eles, mediante o trabalho materializado, adquirem novos conhecimentos e habilidades e isso faz com que surjam novas necessidades e novas possibilidades em atendê-las e assim sucessivamente, ampliando o leque de conhecimentos que serão incorporados a sociabilidade humana.

Na medida em que a processualidade inerente ao trabalho opera incessantemente a produção do novo, ela exige a presença de um elemento mediador que não existe nas outras esferas: a consciência. Sob essa ótica ontológica, Marx concebe o trabalho como uma atividade essencialmente humana, pois através dela o homem pode planejar, antecipadamente, a direção da sua ação e prever as suas possíveis consequências, em outros termos, pode antecipar a ação e o resultado antes da sua concretização. Esse ato de construção ideal do direcionamento e do resultado do trabalho via consciência Lukács nomeou-o de prévia-ideação.

Apesar de ser abstrata, a prévia-ideação exerce influência material nas ações sociais que os sujeitos executam; tem uma existência real. Na verdade, o fato da prévia-ideação pertencer ao plano abstrato permite que ela desempenhe um papel importante no desenvolvimento da práxis social, se constituindo em um meio que possibilita ao homem confrontar os seus conhecimentos passados com os do presente e projetar e prever o resultado futuro da sua intervenção na natureza. Contudo, se não for objetivada, concretizada efetivamente, perde o seu caráter de prévia-ideação.

Ao colocar em prática o que foi anteriormente previsto na consciência, através da transformação da natureza, a prévia-ideação materializa-se em um novo objeto, dando corpo ao que Lukács denominou de objetivação. Em outros termos, a objetivação é o momento do trabalho através do qual a teleologia se converte em causalidade posta (natureza que já sofreu interferência da ação humana). Nesse sentido, o objeto é a materialização da idéia; é idéia convertida em objeto. A idéia ao ser materializada em novo objeto é ontologicamente distinta da prévia-ideação, pois uma vez construído o objeto para satisfazer as necessidades humanas

derivadas da realidade social, ele incorpora a sua independência da consciência.⁵⁹ A natureza depois de transformada em algo novo continuará a sofrer transformações, apresentando uma evolução determinada tanto pelos processos naturais como humanos (causalidade natural e social). Deste modo, o objeto construído é constantemente modificado; ganha historicidade própria, não podendo ser controlado pelo seu criador.

Essa distinção entre o sujeito que efetua a prévia-ideação e objeto, resultado da materialização da idéia (objetivação), segundo Lessa (2012), é o fundamento ontológico da exteriorização. Esta corresponde ao retorno da objetivação sobre o sujeito criador e por meio da mediação da criação desse novo objeto sobre a totalidade social, ou dito de outro modo, “A exteriorização é o momento de transformação da subjetividade sempre associada ao processo de transformação da causalidade, a objetivação” (LESSA, 2012, p. 39)⁶⁰. A exteriorização é o momento da objetivação que concretiza efetivamente a distinção entre o sujeito, que efetuou posições teleológicas, e o objeto criado. Ao transformar a natureza objetivando uma posição teleológica, o sujeito não só transforma a materialidade externa a si, como também transforma a sua própria subjetividade através do desenvolvimento de novos conhecimentos e de novas habilidades, que, por sua vez, dá origem a novas necessidades. Esse retorno da objetivação sobre o seu criador conduz a individuação e, através dela, a sociabilidade a patamares genéricos mais elevados.

De acordo com o que foi dito acima, percebe-se que Lukács concebe a exteriorização como um processo que tem um efeito positivo para o sujeito que objetiva a prévia-ideação, se constituindo enquanto um momento indispensável a individuação e ao desenvolvimento do homem enquanto gênero humano⁶¹ por afirmar a sua dimensão humana. Nesse sentido, a exteriorização é um momento universal do trabalho, uma vez que toda

⁵⁹A defesa e explicitação da distinção ontológica entre sujeito e objeto simboliza o rompimento de Lukács com os dois extremos clássicos da filosofia. Na realidade, ele propõe uma *terceira alternativa* entre esses dois extremos, representado de um lado, pelo idealismo hegeliano e do outro, pelo materialismo estruturalista. Para Hegel haveria uma identidade entre sujeito e o objeto, pois este seria a exteriorização do espírito. Já para o materialismo estruturalista, a consciência seria um simples epifenômeno da materialidade ou do mundo material, descartando o importante papel da consciência (prévia – ideação) na constituição do objeto. Lukács rompe com esses dois extremos ao defender que através do trabalho, do intercâmbio do homem com a natureza, a consciência se objetiva em objetos que são distintos ontologicamente dela própria. (LESSA, 2012)

⁶⁰Conforme Lessa (2012) é necessário pontuar duas questões sobre a exteriorização. A primeira delas diz respeito a não identidade entre sujeito e objeto. Por mais que o sujeito desenvolva a sua capacidade de transformar a natureza segundo suas necessidades sociais, ele nunca vai ser igual ao objeto construído, eles serão sempre ontologicamente distintos. A segunda questão se refere ao fato do homem se conformar enquanto sujeito através da objetivação/exteriorização, uma vez que sem a objetivação não há transformação teleologicamente orientada do real e sem exteriorização não há meio social e conseqüentemente, nem sujeito. Para a ontologia lukacsiana a particularidade do ser humano é expressa por meio da crescente capacidade dos homens de transformar a natureza de acordo com as necessidades postas pela ordem do real.

objetivação acarreta, necessariamente, que o homem se construa como individualidade e colabore para a reprodução do meio social no qual está inserido.

Contudo, nem todas as objetivações vão representar um papel positivo no desenvolvimento do gênero humano. Em determinadas formações histórico-sociais, essas objetivações vão se configurar em fortes obstáculos ao enriquecimento do gênero e ao devir humano dos homens, demonstrando e expressando a desumanidade produzida pelo próprio homem. A alienação se refere a esse momento genuinamente social de negação da essência humana, de retorno negativo da objetivação sobre as individualidades e com as devidas mediações, sobre a totalidade social. Em suma, “Ao contrário da exteriorização, que corresponde ao momento de afirmação do humano, a alienação se constitui num momento socialmente posto de negação do humano, uma *negação social do ser humano*” (LESSA, 2012, p. 136).

Cada novo objeto socialmente construído se insere em uma malha de relações objetivas e se converte em parte da causalidade, passando a influenciar e a sofrer influências da realidade a qual faz parte, com autonomia diante da subjetividade de quem o idealizou. Ao se inserir no conjunto das relações preexistentes, o objeto altera minimamente a sua dinâmica originando nexos causais (sucessão de causa e efeito) que, concomitantemente, são perpassados pela casualidade e são impossíveis de serem previstos, por que ainda não se concretizaram⁶².

Uma vez que a matéria (causalidade) é distinta da consciência, ao ser transformada pelo trabalho, ela origina o que Lukács se refere como um “período de consequências”, que se volta sobre a consciência que elaborou a prévia-ideação. Essas consequências inesperadas, derivadas da modificação da realidade anterior com a objetivação de uma prévia-ideação, dão origem a novas necessidades e a novas possibilidades em atendê-las. Por sua vez, os sujeitos elaboram novas prévias-ideações com base nas novas exigências e possibilidades que surgiram e posteriormente operam novas objetivações originando novos objetos, que vão gerar outros nexos causais, dando continuidade a todo esse processo e acrescentando novas determinações a realidade social e aos sujeitos.

Essa relação dialética entre teleologia (consciência) e causalidade (nexos causais da materialidade), conforme Lukács, se constitui na essência da categoria do trabalho, da práxis social humana, que tem na objetivação o seu momento de concretização. Para Marx

⁶²É preciso ressaltar que, segundo Lukács, o acaso exerce um papel relevante nas consequências desencadeadas pelos objetos que se inserem em uma realidade já existente.

(2009), o mundo dos homens é a síntese entre idéia e matéria e só poderia existir a partir da transformação da natureza em realidade material, de acordo com uma prévia ideação. Essa articulação entre idéia e matéria, subjetividade e objetividade, teleologia e causalidade, confere grande importância ao papel da consciência na construção do mundo dos homens, que ao invés de se reduzir a mero epifenômeno da materialidade social, tem uma existência ativa e objetiva na constituição do ser do homem, se apresentando como categoria pertencente a essência do ser social.

Todo ato de trabalho exige um conhecimento adequado e efetivo do que se quer transformar. A necessidade do reflexo ou da captura do real via consciência como pré-requisito indispensável para a transformação da natureza orientada por um objetivo previamente fixado é, de acordo com Lessa (2012), o fundamento ontológico de um impulso ao conhecimento da realidade que Lukács designou de *intentio recta*⁶³.

As finalidades que orientam o intercâmbio do homem com a natureza são sempre postas socialmente. Para que seja possível a concretização (objetivação) dessas finalidades são necessárias a busca e a seleção dos meios mais apropriados entre os que se encontram disponíveis. A relação estabelecida entre fins e meios acarreta que em cada ato isolado haja um predomínio daqueles sobre esses, já que é a finalidade que vai nortear a busca e a escolha dos meios. Contudo, essa relação se modifica quando se considera não só um ato de trabalho isolado, mas um processo histórico mais longo. Em uma escala temporal mais ampla o processo de acumulação se dá pelo desenvolvimento dos meios, e tem como elemento mediador o conhecimento acumulado referente à construção de ferramentas mais desenvolvidas. O desenvolvimento de instrumentos de trabalho mais elaborados é a mediação através da qual foi possível a fixação e o repasse da descoberta de novos conhecimentos e novas técnicas às novas gerações. Se no ato isolado há um predomínio das finalidades sobre a escolha dos meios, no período histórico mais longo o processo acumulativo é fixado socialmente pelo desenvolvimento dos meios.

Isso ocorre por que a seleção dos meios conduz a consciência ao conhecimento do que é externo a ela, para que seja possível a manipulação e transformação da natureza segundo finalidades previamente estabelecidas. Para cumprir o seu papel na transformação teleologicamente orientada da matéria natural, esse conhecimento tem que reproduzir ou refletir na consciência, mesmo minimamente, a realidade externa ao sujeito. Quando essa pulsão da captura do real por meio da consciência, que é inerente ao intercambio homem-

⁶³Esse termo foi colocado pela primeira vez por Hartmann e faz parte das teses que compõem a sua *Ontologia Crítica*. Lukács dedica um capítulo da sua ontologia a esse importante filósofo.

natureza, se desenvolve e se generaliza fornece as bases genéticas da ciência, enquanto complexo social especializado, que se relaciona, claro que com as devidas mediações, com o trabalho, mas já não se reduz a ele.

Embora o trabalho coloque a exigência de um conhecimento que reflita pelo menos minimamente a realidade exterior ao sujeito para que o seu objetivo inicial tenha êxito, é importante chamar a atenção para o fato de que esse conhecimento comumente se dá associado a concepções de mundo falsas ou mistificadoras do real. Apoiado em Lukács, Lessa (2012) argumenta que o fundamento ontológico desse processo está situado no fato de que o desenvolvimento da sociedade fez com que as relações sociais que relacionam os homens uns com os outros e estes com a materialidade natural assumissem uma objetividade independente dos indivíduos, passando a se defrontar com os atos individuais dos sujeitos com a mesma independência e exterioridade das relações puramente naturais (causalidade dada).

Diante da dureza e da exterioridade das relações sociais, as vidas dos indivíduos estão sujeitas a determinações, que, a primeiro momento, se apresentam como completamente autônomas e independentes das vontades individuais. O acaso derivado desse contexto social traz a necessidade de um sentido para a vida, de algo que dê um direcionamento a vida cotidiana. É nessa conjuntura que nasce a idéia de um destino e de algo transcendente que conduz esse destino, dando-lhe um sentido superior. Este é o contexto social da criação de falsas ontologias, que apesar de fornecerem uma compreensão passageira e ilusória do homem e do mundo a sua volta, desempenham um papel importante no desenvolvimento do gênero. O impulso a conformação de ontologias fictícias ou falsas tem o seu alicerce ontológico no trabalho, e diz respeito ao que Lukács nomeou de *intentio obliqua*⁶⁴. Esta se refere a “[...] uma interpretação globalizante do existente a partir de uma *antropomorfização do ser*. A teleologia [...] é estendida a toda natureza, [...] de humana e restrita ao ser social, torna-se divina e universal” (LESSA, 2012, p. 59).

Os nexos, ou componentes internos do trabalho, explicitados em suas linhas mais gerais nas páginas acima, articulam-se e dão origem a uma nova esfera do ser que produz incessantemente o novo, tendo como médium a consciência e dando forma a um mundo regido por relações puramente sociais. Desde o início, o trabalho opera um processo de generalização, mesmo no seu momento constituinte mais singular, ou seja, na particularidade do projeto ou da idéia prévia da construção de um objeto, já existem elementos universais, estando estes articulados a determinadas relações sociais que refletem o patamar evolutivo de

⁶⁴Essa nomenclatura foi dada primeiramente por Hartmann e também compõe a investigação que o autor desenvolve na sua ontologia crítica.

desenvolvimento da sociedade ou do intercâmbio do homem com a natureza. Na singularidade do projeto ideal que aparece como resposta a uma situação concreta específica há elementos genéricos não apenas no sentido de a prévia-ideação incorporar o desenvolvimento alcançado pelo gênero ao longo da história, mas também pelo fato de generalizar a circunstância presente através da sua confrontação com o passado e com futuro via consciência. Para um objeto ser inicialmente projetado é necessário um processo de acumulação que vai atuar como eixo basilar da continuidade da reprodução do mundo dos homens.

Esse processo de generalização não ocorre apenas no momento da prévia-ideação, mas também se apresenta na objetivação/exteriorização. A transformação da matéria natural conduz o novo objeto a se inserir no seio das relações existentes, que de alguma forma foram alteradas com a construção desse novo objeto, mesmo que minimamente. Ao modificar a dinâmica social existente, a história do objeto adquire uma dimensão genérica; passa a fazer parte de um todo e a ser influenciado por ele. Na mesma direção, o objeto criado também exerce uma influência sobre a totalidade social na qual está inserido. Dessa forma, semelhante ao que ocorre no momento da prévia-ideação, a particularidade singular de cada objetivação é perpassada em todo o seu processo por elementos genéricos, que por sua vez são indissociáveis da generalização que ocorre no plano ideal.

A criação de um novo objeto, ontologicamente distinto da natureza dada, e conseqüentemente, de novas relações sociais, é uma característica essencial ao trabalho, que possibilita o afastamento das leis naturais e a construção de uma história determinada crescentemente pelas ações humanas. Essa característica essencial é o fundamento ontológico do nascimento do ser social enquanto nova esfera do ser, e todo esse processo tem na generalização desencadeada pelo trabalho o momento da sua gênese. Essa generalização, tanto no plano da subjetividade, como no plano da objetividade, conforma a criação de um traço muito particular da história humana, expresso no devir-humano dos homens. (LESSA, 2012).

Ao longo do desenvolvimento do ser social, os pequenos grupos humanos vão se articulando dando origem a formações sociais mais complexas e cada vez mais avançadas. Essa evolução acarreta o crescimento e a intensidade das relações sociais genéricas, dando corpo a um gênero humano, ou a uma universalidade social possuidora de determinações completamente diferentes das do gênero natural. Como o elemento mediador na produção dessas relações genéricas é a consciência dos sujeitos, esse desenvolvimento sócio-genérico se reflete na constituição de consciências mais genéricas, autoconscientes, desenvolvendo o seu ser-para-si, ou a consciência do que são enquanto seres humanos.

A generalidade humana consiste no termo dado por Lukács a universalidade social com o objetivo de destacar a distinção ontológica entre universalidade social e natural. É justamente esse processo de constituição da universalidade social ou da generalidade humana que esse filósofo concebe como sendo o devir humano dos homens, que traz como base da sua gênese e do seu desenvolvimento a tendência a generalização intrínseca ao trabalho.

Esse impulso a generalidade humana derivado do trabalho é o fundamento ontológico para a constituição do ser social, nas palavras de Lukács, como um complexo de complexos. O ser possui um caráter unitário e em sua universalidade se apresenta como um complexo formado por complexos parciais, daí ser um complexo de complexos. As diferentes processualidades de cada esfera ontológica se articulam como partes integrantes de um complexo maior que é o ser em sua totalidade. Todavia, mesmo estando articuladas, cada esfera ontológica possui uma autonomia relativa entre si e em relação ao ser em sua universalidade.

O ser social assim como as outras esferas do ser⁶⁵ apresenta um caráter de um complexo de complexos. Em outras palavras, é um complexo global formado por complexos parciais que se desenvolvem em seu interior e atuam como partes constituintes, relativamente independentes, do ser social em sua universalidade. O ser social nasce a partir do primeiro ato de trabalho; e desde o início apresenta um caráter unitário e contraditório. Unitário porque é uma totalidade e contraditório porque exhibe em seu interior a contradição entre meio e fim, subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade (relações sociais), etc. Entretanto, no seu período mais primitivo, os elementos de homogeneidade predominavam, demonstrando o pequeno grau de diferenciação e de desenvolvimento das relações sociais, da sociedade, dos indivíduos. Partindo desse contexto de homogeneidade, o devir humano dos homens originou formações sociais cada vez mais heterogêneas, com complexos sociais parciais diferenciados e, conseqüentemente, individualidades crescentemente diferentes. Esse processo de diferenciação ou, para Lukács, esses momentos de não identidade não romperam a unitariedade original do mundo humano. Pelo contrário, essa unidade é fortalecida e se concretiza por meio de mediações sociais diferenciadas e complexas, permitindo que o ser social se desenvolva “[...] enquanto gênero, de forma cada vez mais complexa, rica e mediada – humana, enfim” (LESSA, 2012, p. 89). Essa crescente diferenciação (das individualidades,

⁶⁵Lessa (2012) pontua que para Lukács o que diferencia a esfera do ser social das esferas naturais é a consciência, que permite que os homens construam a sua própria história e que tende com o desenvolvimento da sociabilidade, a alcançar patamares mais genéricos ou seu ser para- si.

dos complexos parciais) é o resultado e uma necessidade para a continuidade do devir humano dos homens, pois sem ela não haveria a possibilidade de enfrentar a complexificação dos atos sociais, necessários a reprodução social.

Diante do que foi exposto acima, é possível perceber que o trabalho tem por essência a produção de mais do que um objeto para atender a necessidade imediata do produtor. Essa categoria, central na conformação do mundo humano, não só reuniu as bases do surgimento de uma nova esfera ontológica, como introduziu um processo de complexificação social. Ao conduzir o homem sempre para além do trabalho, com o passar do tempo essa atividade humana cria novas necessidades e amplia o leque de possibilidades para satisfazê-las, e só pode se efetivar quando atende a essas necessidades que não se restringem mais ao intercâmbio homem natureza. É nesse contexto, que num dado estágio de desenvolvimento, o trabalho possibilita e demanda a criação de complexos sociais parciais, com os quais se relaciona e dá corpo a totalidade social. Dentre esses complexos, destacamos a educação, que executa um papel essencialmente importante no processo de reprodução social com o acúmulo e repasse do legado pertencente ao gênero humano.

3.2 O TRABALHO E O COMPLEXO PARCIAL DA EDUCAÇÃO: DO CARÁTER UNIVERSAL DO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO AO SEU CARÁTER DE CLASSE.

O processo de complexificação social desencadeado pelo trabalho trouxe a exigência de complexos sociais diferenciados e cada vez mais especializados, que se relacionam com a categoria fundante do ser social e juntamente com ela conformam a totalidade social. A educação, assim como os outros complexos, mantém uma relação de influência mútua com o trabalho, que detém a reprodução da base material da sociabilidade e está contido no complexo da economia, o qual apresenta prioridade ontológica sobre os demais complexos. A relação do trabalho e, por sua vez, do complexo da economia com os outros complexos se dá sob o primado da totalidade social.

Como se sabe, Marx⁶⁶ e Lukács não elaboraram nenhum estudo específico sobre o complexo da educação. Com base nas elaborações de Marx, Lukács desenvolveu uma investigação que viria a lançar um novo olhar sobre essa teoria, agora concebida como uma

⁶⁶Em “O capital” Marx tece algumas críticas a educação burguesa e propõe a associação do trabalho infantil à educação. Contudo, essa alternativa, que deve ser situada em um contexto sócio-histórico no qual o trabalho infantil era conduzido de forma brutal, tinha o objetivo de apontar uma solução para o processo de desumanização existente já na fase mais inicial do capitalismo.

ontologia do ser social. No que se refere à investigação ontológica acerca dos complexos parciais, Lukács escolheu aleatoriamente dois importantes complexos, a fala e o direito, para, a partir deles, extrair elementos gerais acerca da estruturação específica de cada complexo social particular. (LIMA E JIMENEZ, 2011). Todavia, apesar da particularidade de cada complexo parcial e do desenvolvimento desigual de cada um, esse filósofo destaca que há um elemento mediador entre eles e o momento predominante exercido pelo trabalho, que é a totalidade social.

Na análise da gênese e da especificidade da linguagem, conforme Lima e Jimenez (2011) e Lessa (2012), Lukács destaca que esse complexo surge como uma resposta as necessidades sociais derivadas do intercâmbio do homem com a natureza e no relacionamento dos homens entre si, conjugada a necessidade dos sujeitos de melhor refletir as determinações do real, de maneira a possibilitar posições teleológicas com maior probabilidade de êxito.

Esse complexo opera a teleologia primária e secundária, ou seja, está ligado a necessidade dos sujeitos refletirem o real em sua consciência, bem como se constitui em um importante instrumento para influenciar a consciência e, conseqüentemente, a ação de outros sujeitos. A fala é o único complexo parcial que opera as duas teleologias, se constituindo em um médium na relação dos homens com a natureza e na relação dos homens entre si.

O surgimento e o desdobramento da fala se deram espontaneamente ao longo do desenvolvimento do ser social, o que significa que a sua reprodução está ligada as ações de todos os indivíduos voltadas ao atendimento das necessidades colocadas espontaneamente no decorrer da vida cotidiana, não estando de modo algum vinculada a divisão de classes ou a interesses restritos a um grupo dominante. Todavia, é oportuno destacar que apesar desse desenvolvimento ter ocorrido predominantemente de forma espontânea, as ações individuais dos sujeitos executaram um papel fundamental no desenvolvimento da linguagem.

Enquanto complexo parcial derivado das necessidades postas pela complexificação do trabalho, a linguagem se configura como um complexo universal, essencial a reprodução social e a continuidade da efetivação e desenvolvimento do trabalho e dos outros complexos parciais, sendo, portanto, fundamental em qualquer formação histórico-social, estando esta baseada ou não na luta de classes antagônicas, ou em outros termos, é um complexo ineliminável ao processo de reprodução do mundo dos homens.

Essencialmente diferente da linguagem, o direito surge a partir de necessidades específicas de um grupo dominante, o que determina a sua especificidade e a sua natureza essencial. Os antagonismos sociais inconciliáveis oriundos da luta de classes colocaram a necessidade de criação de um complexo específico, dirigido por um grupo de indivíduos e

cuja função consiste na regulamentação dos conflitos sociais e na repressão das classes dominadas, dando corpo a um aparato jurídico e legal especificamente voltado para a legitimação e defasa do poderio das classes dominantes.

A partir do que foi dito acima, já é possível perceber que, para Lukács, o direito não tem um nascimento espontâneo, ou seja, não nasce da necessidade universal do gênero humano, e, justamente por esse motivo, não tem uma presença universal ao longo da história do mundo dos homens, nem tampouco se constitui em um meio indispensável para a concretização do trabalho e das outras atividades humanas, não sendo, por isso, necessário em todas as formas de organização social. (LESSA, 2012; LIMA E JIMENEZ, 2011).

Todavia, isso não quer dizer que não havia uma forma de regulação social na sociedade primitiva, na qual a divisão de classes e a exploração do homem pelo homem ainda não se faziam presentes. Conforme Lima e Jimenez (2011), Lukács pontua que a regulação social existente nessa forma de sociabilidade se desenvolveu espontaneamente e foi transmitida socialmente, tendo como objetivo a realização de finalidades ou resultados do trabalho comuns a todo o grupo social, buscando manter uma certa integração dos atos singulares dos indivíduos em um contexto que a divisão do trabalho não representava uma ruptura com os interesses da comunidade. Com a divisão da sociedade em classes antagônicas e a necessária divisão social do trabalho, um grupo específico passa a exercer o controle e o domínio sobre o trabalho e, porque não dizer, sobre a própria vida das classes dominadas, por meio de um instrumento legítimo de manutenção da exploração que é o complexo do direito.

Com base nesses breves aspectos das elaborações de Lukács sobre o complexo da fala e do direito, examinados por Lessa (2012) e Lima e Jimenez (2011), tentaremos explicitar as principais particularidades do complexo parcial da educação, em sua dimensão genérica, universal e em sua peculiaridade de classe, mediante uma breve passagem sobre o seu papel nas sociedades de classes.

O complexo da educação e os demais complexos parciais, a exemplo da linguagem, surgiram a partir das exigências colocadas pela complexificação do trabalho, que demandou a criação de novos complexos de outra natureza para que essa atividade humana pudesse se efetivar. A educação é uma atividade intencional essencialmente social, que surge da necessidade de apropriação dos conhecimentos e habilidades exigidos para a concretização do ato de trabalho. O desenvolvimento e a sua complexificação ao longo da história humana também são processos sociais e demonstram, assim como ocorre com as outras práxis sociais, a ruptura com a base biológico-natural.

O complexo da educação possui uma dependência ontológica em relação ao trabalho por ter nele a sua raiz fundante. Todavia, possui uma autonomia relativa que advém da especificidade da função a ser executada por cada complexo particular, que difere do intercâmbio homem-natureza próprio do trabalho. Essa autonomia só pode ser concretizada em um estágio mais avançado do desenvolvimento histórico-social possibilitado pelo trabalho. Cada vez que a sociabilidade se desenvolve aumenta a autonomia relativa dos complexos parciais em relação ao trabalho e a totalidade do mundo humano, bem como mais heterogêneas vão ser as exigências sociais e conseqüentemente mais diversificados serão os complexos parciais.

Semelhante à linguagem, o complexo da educação nasce colado à categoria do trabalho e atua enquanto importante elemento mediador na construção do indivíduo em ser social. Diferente do que ocorre com os animais, que já nascem de certa forma programados geneticamente para exercer determinada função ou executar alguma habilidade, estando o seu processo educativo restrito apenas a necessidade de atualização de certos comportamentos que já estão presentes em seu código genético, e que serão repetidos ou sofrerão pequenas modificações ao longo da sua vida, o homem não nasce pronto, ele se faz homem. Ao nascer, os sujeitos trazem consigo características comuns da espécie, que são transmitidas pelo código genético. Esse processo biológico-natural difere da construção do indivíduo como pertencente ao gênero humano, processo esse puramente histórico-social, comandado pela consciência.

Para dar continuidade a sua existência, os homens precisam se apropriar de uma gama de conhecimentos, produzidos pelas gerações passadas e que configuram o patrimônio do gênero humano. Essa apropriação se dá através do repasse efetuado por outros sujeitos que já detêm a posse desse conjunto de instrumentos e conhecimentos produzidos e acumulados historicamente, e que tem na base de sua gênese as objetivações produzidas pelo trabalho. Vale frisar, que a apropriação desse cabedal de conhecimentos não se dá de forma passiva, pois, ao mesmo tempo que esse patrimônio é apropriado ele é modificado, renovado, conformando as individualidades.

Lukács aponta que ao contrário do que se pode chamar de processo educativo dos animais, a educação do ser social, que tem como fundamento ontológico a produção incessante do novo via trabalho, traz como elemento essencial o objetivo de prepará-lo para reagir a novas situações com as quais venha a se deparar no decorrer de sua existência. Por sua vez, o ambiente social no qual o homem se encontra inserido está sujeito a constantes transformações que disseminam novas necessidades as quais ele é obrigado a atender sob pena de perecer. Entretanto, ao mesmo tempo que a sociedade coloca exigências de novas

habilidades, de novos comportamentos aos indivíduos, oferece a eles novas formas concretas de realizá-los. (LIMA E JIMENEZ, 2011; TONET, 2005)

As novas e imprevisíveis situações que se colocam aos indivíduos exigem que eles estejam aptos a reagir e assim possam dar continuidade a sua existência. Contudo, essa reação não deve ser de maneira individual e sim social, de modo que possibilite a continuidade da forma de organização prevalecente. A conservação dos conhecimentos elaborados e acumulados pelo conjunto dos homens é ressaltada, segundo Tonet (2005), pela importância da assimilação no processo educativo, sendo essa apropriação do patrimônio existente o traço mais essencial da educação, que fornece as bases para a construção das individualidades e para a continuidade da criação de novos objetos. Esse ajuste do comportamento dos indivíduos as necessidades de manutenção de dada sociabilidade executada pela educação demonstra, de acordo com o citado autor, a dimensão conservadora da educação no plano ontológico, uma vez que a transmissão do legado pertencente ao gênero humano é imprescindível à continuidade desse gênero.

Enquanto práxis social, a educação é um complexo que executa uma função essencial na reprodução social, mediando o contato dos sujeitos com o legado produzido e acumulado por gerações, possibilitando que cada indivíduo construa em si a humanidade necessária à sua configuração em membro e partícipe do gênero. Nesse processo a educação opera a teleologia secundária, que incide, conforme já foi dito, sobre outras consciências, induzindo-as a realizar determinadas posições teleológicas, que expressem os comportamentos exigidos pela sociedade em questão, adaptando, em certa medida, as decisões dos indivíduos às demandas sociais. O fato de atuar sobre outras consciências ativas e que escolhem entre alternativas acarreta que quase sempre as finalidades estabelecidas inicialmente no processo educativo não sejam atendidas.

Esse papel fundamental na reprodução do mundo dos homens vai ficar a cargo da educação em sentido lato, que é um complexo universal necessário em todas as formas de sociabilidade, por articular a singularidade dos indivíduos a dimensão genérica do ser social, por meio do repasse das objetivações produzidas pelo conjunto dos homens em sua atividade humano-social. Na execução do seu papel no desenvolvimento do ser social, a educação se relaciona com os outros complexos parciais fundamentais a continuidade do gênero humano, e dialeticamente, precisa destes para se desenvolver e concretizar a sua função. (LIMA E JIMENEZ, 2011)

A particularidade do complexo da educação que consiste em se apropriar dos resultados obtidos pelo trabalho explicita claramente a distinção entre educação e o ato de

transformação conscientemente orientada da natureza. É bem verdade que o trabalho por ser a categoria fundante do ser social se coloca como modelo de toda práxis social, dentre elas a educação, que também concretiza a sua especificidade através da relação entre teleologia e causalidade. Todavia, o trabalho tem como matéria-prima a natureza bruta, ou a causalidade dada, e objetiva a produção de valores de uso, por meio da objetivação de posições teleológicas primárias. Com o conhecimento adequado das propriedades da matéria que se quer transformar, se não houver a interferência do acaso, é possível alcançar a finalidade inicialmente fixada. Já o ato educativo põe em movimento posições teleológicas secundárias que incidem sobre consciências livres, que podem escolher, interferindo completamente no resultado final do processo, ou em outras palavras, aqui o objeto também é sujeito da ação educativa. Além disso, considerar a educação idêntica ao trabalho rompe com a fronteira ontológica que separa esses dois complexos, uma vez que a educação é fundada e o trabalho é fundante e por isso se constitui na categoria central na conformação da esfera do ser social.

De acordo com Tonet (2005), a natureza essencial dessa práxis humana, que se refere àqueles traços de continuidade em meio às contínuas transformações, está completamente ligada à educação enquanto complexo universal, imprescindível em todas as formas de organização social, independente do seu caráter classista e exploratório ou da sua dimensão emancipatória. Claro que a atividade educativa vai apresentar contornos diferenciados e funções específicas dependendo da sociedade na qual esteja inserida e das exigências colocadas pelo trabalho.

A educação em sentido lato, da mesma forma que a linguagem, se desenvolveu espontaneamente para dar continuidade a substância do gênero, atuando no acúmulo e repasse do seu legado para outros sujeitos, de maneira a desenvolver neles a humanidade construída ao longo da história dos homens. O desenvolvimento e a complexificação do trabalho, que produziram a divisão social do trabalho e acarretaram, conseqüentemente, a cisão da sociedade em classes antagônicas, acabam por interferir e modificar essa configuração inicial do complexo da educação. É assim que, no contexto da luta de classes e da exploração do homem pelo homem, ou do trabalho explorado, a educação passa por um processo de complexificação, dando origem a educação em sentido estrito, representada pela instituição escolar.

Na sociedade primitiva, na qual predominava a inexistência de classes sociais e os interesses comuns concretizados em uma atividade laborativa regida por todo o grupo social, a educação nasce espontaneamente e assume uma dimensão ampla, ligada ao repasse da

cultura, dos costumes e valores pelos membros mais velhos da comunidade, que eram assim escolhidos por ter um maior acúmulo de experiência de vida.

A crescente divisão social do trabalho e a especialização das funções demandaram mudanças significativas na educação. Nessa conjuntura se fez necessário uma formação específica que não poderia ser concretizada pela educação em sentido lato. Entretanto, “A educação em sentido estrito surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido *lato*, mas não a substitui. O que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas.” (LIMA E JIMENEZ, 2011, p. 88).

A escola enquanto “lugar do ócio” criativo para a classe que não produz, mas vive da produção da riqueza efetuada por outra classe, surge na história como necessidade posta pelo interesse de uma classe particular e não como necessidade universal do gênero. Por muito tempo, a educação escolar se manteve restrita a classe dominante. Com o advento do capitalismo e a complexificação do processo de trabalho, introduzido pela grande indústria, a educação institucionalizada se tornou cada vez mais necessária a produção. A partir desse momento, a educação adquirida no e pelo trabalho não respondia mais as exigências do trabalho a ser executado, agora sob a configuração de uma sociedade industrial, que colocava a necessidade de novos conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos fora do âmbito da atividade produtiva. Foi nesse contexto que a educação escolar, que antes era restrita a classe dominante, passou a ser direito da classe dominada, produtora da riqueza. Como não poderia deixar de ser sob o domínio do capital, a educação em sentido estrito continua servindo aos interesses da classe burguesa, porém com algumas especificidades derivadas do presente estágio de desenvolvimento capitalista.

Cabe ressaltar que essa influência do trabalho sobre a educação demonstrada nas linhas acima ocorre por que essa atividade humana tem prioridade ontológica sobre os demais complexos, o que pode ser evidenciado pela dependência ontológica dos complexos parciais em relação ao trabalho e ao complexo da economia. O trabalho se relaciona com os demais complexos parciais e exerce uma relação de influência mútua com cada um deles. Embora o complexo da economia seja ontologicamente determinante, ou seja, se configure como a matriz ontológica das diversas dimensões sociais, há um grau de liberdade de escolha, o que faz com que a determinação não se dê de modo algum de maneira absoluta e linear. Contudo, os complexos parciais, dentre eles a educação, não estão completamente descolados das exigências e do desenvolvimento da economia. Isso se dá por conta da relação de dependência ontológica e autonomia relativa entre o complexo da economia e os complexos parciais. A influência do trabalho, ou da economia que opera a reprodução da base material da

sociabilidade, sobre os complexos sociais se dá sob a mediação da totalidade social⁶⁷ que tem no seu movimento e na sua dinâmica impressa em cada período histórico o momento predominante na gênese e evolução de cada complexo particular.

Atualmente a totalidade social regida pelo capital encontra-se em um momento de crise sistêmica, que tem a sua raiz na economia, mas que não se restringe só a esse setor, atingindo de forma crescente todas as esferas que compõem a sociedade burguesa e demonstrando em larga escala o potencial destrutivo desse sistema metabólico. No contexto do predomínio da destrutividade do capital, a educação também vai apresentar um delineamento específico, demonstrando o crescimento do seu papel mistificador, o estreitamento da sua ligação com o mercado mediante a intervenção direta de instituições econômicas, e o empobrecimento da formação que passa a se destinar às demandas mercantis. A instituição multilateral que vai mediar a relação do mercado e das personificações do capital com a definição dos rumos educacionais dos países do globo, em especial das nações de periferia do capital, é o Banco Mundial⁶⁸, enquanto organismo internacional detentor de grande influência e poder e que atua representando e impondo, por meio de empréstimos, os interesses e a legalidade do imperialismo norte- americano.

Esse pacote de diretrizes educacionais orquestradas pelos principais organismos internacionais da ONU⁶⁹ sob a regência do Banco Mundial deu corpo a um movimento mundial de reforma, cuja meta principal era o alcance da universalização da educação elementar dos países pobres.

3.3 O PACTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT) E A DESTRUTIVIDADE DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO.

No metabolismo social do capital a produção da base material da sociedade operada pela economia ocorre sob o domínio da produção de mercadorias. Nessa conjuntura,

⁶⁷Lessa (2012) sintetiza em poucas palavras o que seria a categoria da totalidade social para Lukács, pontuando que ela é “[...] a forma historicamente concreta por meio da qual o trabalho, em cada instante, opera enquanto momento predominante do desenvolvimento do mundo dos homens.” (p. 103)

⁶⁸O Banco Mundial foi criado em 1945 juntamente com o FMI na Conferência de Breton Woods e tinha, inicialmente, a função de auxiliar na reconstrução dos mercados dos países arrasados pela Segunda Guerra Mundial. De lá para cá a política do Banco passou por profundas transformações, apresentando contornos bem diferenciados não só daquela configuração inicial, estabelecida no acordo de Breton Woods, mas também da sua política e atuação em duas gestões que marcaram o redirecionamento radical das ações desse organismo. As mudanças na política do Banco tiveram o seu início na década de 1960, com a gestão Woods (1963- 1968) e mais enfaticamente na gestão McNamara (1968- 1981). Diante dessa mudança na sua configuração, o foco do financiamento e da atuação dessa agência transfere a ênfase em projetos ligados a setores como infraestrutura, energia e indústria, para políticas sociais, em especial a educação.

⁶⁹Organização das Nações Unidas.

conforme Marx (2011), não só as coisas, os objetos viram mercadorias, mas as pessoas e as relações sociais também estão sujeitas as leis de mercado como qualquer outro produto. Diante do encontro do capital com os seus limites absolutos que marca a erupção de uma crise sistêmica e insolúvel, há um estreitamento na relação entre economia e educação, ou, em outros termos, a educação, atividade humano-social, que tem na sua raiz ontológica um papel imprescindível na reprodução do mundo humano, é subordinada às demandas do mercado e às necessidades do capital em crise.

Não estamos afirmando com isso que antes da crise estrutural o mercado não exercia nenhuma influência ou domínio sobre a educação e as outras dimensões sociais. De forma nenhuma isso seria possível por conta do momento predominante exercido pela totalidade social na gênese e desenvolvimento dos complexos parciais, conforme já tratamos no tópico anterior. Apenas estamos ressaltando que no quadro dessa crise crônica o domínio do capital tende a um recrudescimento, que, por sua vez, se expressa na colocação de diferentes exigências aos complexos que compõem a totalidade regida pelo capital. O objetivo do aumento da intensidade do domínio do capital sobre a sociedade, que gera e tende a produzir desumanidades em uma escala cada vez mais crescente, consiste em solucionar os efeitos da crise estrutural que reverbera em todas as dimensões sociais, em especial nas instituições de classe a serviço do capital que também tendem a entrar em crise, a exemplo da escola e do Estado moderno.

No que se refere à educação em sentido estrito, na fase de ascendência histórica do capital ela apresentava contornos diferenciados do formato que ela vai adquirir no contexto do encontro do capital com os seus limites absolutos. Com o esgotamento dessa fase de ascensão, o complexo da economia vai influenciar, mas não absolutamente, a educação e os demais complexos a operar a destrutividade expressa pelo capital. Diante dessa crise, a função social da educação vai ser redefinida, disseminando uma concepção mistificadora de educação como capaz de resolver todos os males da humanidade, descolando essa atividade do plano objetivo e da sua real contribuição para o processo de transformação social.

Essa reconfiguração da função social da educação nos moldes do capital em crise, bem como a sua crescente ligação com o mercado e o conseqüente esvaziamento do seu papel formativo, expressa o que nós defendemos ser a destrutividade do capital na educação. Como expressão concreta dessa destrutividade na educação, que apresenta a sua forma mais aguda

na educação oferecida a classe trabalhadora⁷⁰, temos o pacto de Educação para Todos⁷¹, propagado pelos principais organismos internacionais⁷² da ONU sob a tutela do Banco Mundial.

Para ilustrar essa destrutividade no modelo educacional veiculado pelo programa de Educação para Todos (EPT), iremos nos ater ao rastreamento de duas categorias, que além de serem peças fundamentais na proposta educacional do Banco Mundial, a nosso ver, demonstram muito bem a estreita ligação com o mercado e o esvaziamento da formação. As categorias são: educação básica⁷³ e uso das novas tecnologias na educação. Essas categorias serão analisadas nos documentos resultantes dos principais eventos da EPT, a saber: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990); eo Marco de Ação de Dakar (2000).

3.3.1 Análise das categorias educação básica e uso das novas tecnologias na educação.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990), é derivado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien na Tailândia, que marca o início do movimento de EPT. Nesse documento basilar, que vai servir de referencial para os documentos posteriores e para a reforma educacional a ser conduzida nas nações periféricas, a educação básica aparece como etapa capaz de gerar o desenvolvimento sustentável com o mínimo de custos. Na realidade, a defesa da universalização de uma educação mínima e

⁷⁰Não estamos afirmando que essa destrutividade não se expressa na educação oferecida a classe dominante. Muito pelo contrário. Assim como a alienação, os efeitos dessa destrutividade repercutem para as duas classes, mas sem sombra de dúvida as suas consequências advém com muito mais força para a classe trabalhadora.

⁷¹Na nossa compreensão há também as dimensões teóricas dessa destrutividade operada no papel ontológico formativo da educação, as quais não vamos nos ater aqui. Dentre estas podemos citar: a pedagogia das competências, os saberes docentes, a tendência do professor crítico reflexivo, dentre outros paradigmas que atualmente predominam nos cursos de formação docente.

⁷²A interferência dos organismos internacionais na direção das políticas dos países pobres tem o seu início em um contexto muito peculiar da Guerra Fria em que predominava certa resistência desses países ao domínio americano por conta do massacre da Guerra do Vietnã e do fortalecimento das nações periféricas em processo de descolonização. Para evitar um enfraquecimento da supremacia estadunidense e o fortalecimento do domínio comunista, o bloco americano estrategicamente optou por ações indiretas mediadas por organismos multilaterais. Foi assim que o então secretário de defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, renunciou o cargo e assumiu a presidência do Banco Mundial, reconfigurando a política desse organismo sob a dupla base segurança- pobreza. É nessa conjuntura que essa agência multilateral passa a atuar diretamente na educação dos países de periferia do capital, voltando as suas ações para programas destinados as populações mais pobres, possivelmente vulneráveis a aderirem ao bloco comunista. (LEHER, 1999).

⁷³Os termos educação básica e educação primária utilizados nos documentos de EPT, se referem ao nível elementar de educação, independente das nomenclaturas utilizadas pelos diversos países pobres. No caso do Brasil, inicialmente esse nível elementar de educação se restringia ao ensino fundamental. Com a quase universalização do acesso a essa etapa de ensino, esse nível foi ampliado para as demais etapas que compõem a educação básica e a suas modalidades.

fragmentária é o eixo principal desse pacto internacional, com o qual se articulam outras metas, a exemplo da paridade de gêneros, da educação e cuidados na primeira infância (ECPI) e da diminuição do analfabetismo.

De acordo com esse documento, a falta de uma educação básica para a grande parcela da população impede que vários problemas de ordem econômica, social, ambiental e política sejam enfrentados, e ao mesmo tempo esses problemas atrapalham os esforços em satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem⁷⁴, que se restringem a um pequeno conjunto de habilidades para o trabalho em uma sociedade com um alto patamar de evolução das forças produtivas, e não a toda a riqueza produzida pelo gênero humano.

Nesse sentido, a declaração coloca que a educação básica seria “[...] a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação” (UNESCO, 1990, p. 4). Todavia, esse nível mais adiantado de formação, que se daria no ensino superior, deveria ficar a cargo da iniciativa privada, uma vez que essa etapa educacional desponta como novo e importante setor a ser explorado pelo mercado, que inclui também a disseminação maciça das TIC’s⁷⁵. A proposta educacional do Banco Mundial defende a privatização do ensino superior sob o argumento de que as vagas nas universidades públicas seriam destinadas em sua grande maioria aos alunos de classe média alta e classe alta, excluindo os alunos de um nível socioeconômico mais baixo. Para solucionar esse problema o ensino superior deveria ser de responsabilidade do setor privado e deveria conceder bolsas de estudos para os alunos pobres que não tivessem condições de pagar pelo ensino superior. É sob essa lógica mercantil concretizada em meio a consolidação do Estado neoliberal que é colocada a proposta de reforma universitária ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo retomada no governo Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do REUNI⁷⁶ e do ProUni⁷⁷.

⁷⁴“Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.” (UNESCO, 1990, p.4)

⁷⁵Tecnologias da Informação e Comunicação.

⁷⁶Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em 2007 pelo governo Luís Inácio Lula da Silva e instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

⁷⁷O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005 e concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas aos estudantes de baixa renda de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica. As instituições privadas que aderem ao

A etapa básica ou fundamental de educação, segundo o documento, deve ter como foco resultados de aprendizagem concretos. Aqui se insere outra peça fundamental da proposta educacional do Banco Mundial: a ênfase em sistemas nacionais de avaliação que atuariam como medidores dos níveis de aprendizagem da população e da qualidade dos sistemas de ensino. Cabe colocar, que no Brasil não há um sistema nacional de educação, conforme a proposta de descentralização da gestão e dos recursos, mas há um sistema nacional de avaliação que compreende desde a educação básica até a pós-graduação, em total conformidade com a política impositiva e avaliativa desse organismo.

Além do empenho dos governos responsáveis pela educação a nível nacional, municipal e estadual, na universalização da educação básica, a declaração ressalta a importância das parcerias, ou de alianças, já que os governos não dariam conta de suprir todo o suporte humano, financeiro e organizacional necessário a concretização dessa tarefa. Assim,

Se, [...] a educação básica for considerada como responsabilidade de toda a sociedade, muitos **parceiros deverão unir-se às autoridades educacionais, aos educadores e a outros trabalhadores da área educacional, para o seu desenvolvimento. Isso implica que uma ampla gama de colaboradores** - famílias, professores, comunidades, **empresas privadas (inclusive as da área de informação e comunicação)**, organizações governamentais e não-governamentais, instituições, etc. – participe ativamente na planificação, gestão e avaliação das inúmeras formas assumidas pela educação básica. (UNESCO, 1990, p. 18 e 19, grifos nossos)

Alinhado às alianças e às parcerias, o documento conclama a solidariedade internacional e a benfeitoria dos organismos multilaterais de financiamento no tocante à cooperação técnica e financeira para concretizar a educação para todos, utilizando o falso argumento econômico de que o investimento na educação básica seria o melhor investimento que se poderia fazer no futuro de um povo e de uma nação, possibilitando, posteriormente, “[...] até a solução dos grandes problemas mundiais que hoje enfrentamos”. (p. 41 e 42). Esse argumento é falso, porque, conforme já expomos no início desse capítulo, a educação sozinha não pode operar uma transformação social, por conta do seu papel ontológico na formação de consciências. Ela pode mediar esse processo por meio de atividades emancipatórias, já que a transformação social não passa diretamente pela educação e sim pela mudança no exercício do controle sobre o trabalho.

Programas recebem isenção de tributos. A principal crítica que se faz ao ProUni é que esses recursos advindos dos tributos a serem pagos pelas instituições de educação superior privadas deveriam ser investidos nas universidades públicas que são responsáveis pela produção de pesquisa de ponta no país.

No que se refere ao uso das novas tecnologias na educação, que se constitui em outro ponto relevante dentro de uma formação esvaziada para o mercado, a declaração de Jomtien enfatiza o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação enquanto importante meio para possibilitar que as pessoas tenham acesso a “[...] informações sobre como melhorar a qualidade de vida ou como *aprender a aprender*” (UNESCO, 1990, p. 2, grifos nossos). Como o eixo basilar do movimento de EPT é a universalização da educação básica, o uso das TIC’s e dos meios de comunicação de massa deveriam atuar, segundo o documento, de forma a incrementar o processo de educação formal e não formal, favorecendo o compartilhamento de informações e a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

O uso das tecnologias da informação e da comunicação, conforme o discurso dessa declaração, também possibilitaria um aumento na oferta da educação básica, a melhoria da sua qualidade e da gestão. Por detrás da defesa do papel educativo das tecnologias, principalmente das tecnologias mais avançadas, existe um poderoso nicho de mercado que cresce a passos largos. Como se isso não bastasse, as informações que na maioria das vezes são repassadas por meio dessas tecnologias não se aproximam tampouco substituem o conhecimento elaborado, em suma o conhecimento científico. De acordo com essa declaração

A qualidade e a oferta da educação básica podem ser melhoradas mediante a utilização cuidadosa das tecnologias educativas. Onde tais tecnologias não forem amplamente utilizadas, sua introdução exigirá a seleção e/ou desenvolvimento de tecnologias adequadas, aquisição de equipamento necessário e sistemas operativos, a seleção e treinamento de professores e demais profissionais de educação aptos a trabalhar com eles. A definição de tecnologia adequada varia conforme as características de cada sociedade e poderá mudar rapidamente, na medida em que as novas tecnologias (rádio e televisão educativos, computadores e diversos auxiliares audiovisuais para a instrução) se tornem mais baratas e adaptáveis aos diversos contextos. O uso da tecnologia moderna também permite melhorar a gestão da educação básica. Cada país deverá reavaliar periodicamente sua capacidade tecnológica presente e potencial, em relação aos seus recursos e necessidades básicas educacionais. (UNESCO, 1990, p. 26 e 27)

Da ênfase no uso das novas tecnologias na educação e de todo o seu apelo mercadológico advém uma importante consequência que ultimamente tem contribuído decisivamente para o esvaziamento da educação em todas as áreas, e mais especificamente para a formação de professores. A EAD⁷⁸ e as suas modalidades são um desdobramento do uso puramente mercadológico das novas tecnologias na educação. A sua disseminação expressa não só uma das facetas da subordinação da educação ao mercado, como também o esvaziamento do conhecimento através da supressão quase total das aulas presenciais e da

⁷⁸Educação a Distância.

orientação do professor, e da sua substituição por tutores, sem uma formação acadêmica específica em licenciatura ou em qualquer atividade de pesquisa que deve caracterizar a docência do ensino superior. No caso do Brasil, a EAD vem crescendo assustadoramente, adentrando, inclusive, com toda a força, a política de formação de professores⁷⁹ e as universidades públicas estaduais e federais que já oferecem alguns cursos semi-presenciais.

Passados dez anos da realização da Conferência Mundial de Educação para Todos, foi realizado o Fórum Mundial de Educação em Dakar, o qual reiterou as metas estabelecidas em Jomtien, reafirmando, assim, o compromisso com a universalização da educação básica de qualidade para todos, os ditos cidadãos, ou, em outras palavras, para o contingente populacional de trabalhadores. Segundo o documento resultante desse evento

A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, **meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI afetadas pela rápida globalização**. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de EPT. As necessidades básicas de aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência. (UNESCO, 2000, p. 8, grifos nossos)

O Marco de Ação de Dakar reafirma a concepção de educação defendida em 1990, enfatizando o seu papel na construção de indivíduos autônomos, em face das novas exigências sociais e econômicas colocadas pelo século XXI, e na transformação social. Assim,

A educação, começando com a assistência e educação das crianças pequenas e continuando pela aprendizagem durante a vida toda, é essencial à outorga de poder ao indivíduo, à eliminação da pobreza no nível da família e da comunidade, e ao desenvolvimento social e econômico mais amplo. Ao mesmo tempo, a redução da pobreza facilita o avanço na direção das metas da educação fundamental [...] (UNESCO, 2000, p. 22)

Os princípios essenciais contidos na declaração de Jomtien e reafirmados na declaração de Dakar expressam o conteúdo essencial da proposta educacional do movimento de EPT. Dentre esses, destacam-se a universalização da educação básica, a defesa e busca da equidade, a atenção sobre os resultados de aprendizagem, o aumento de recursos destinados ao nível mais elementar de educação e o estabelecimento de parcerias (entre governos, ONG's e entre o setor público e privado). (UNESCO, 2000)

⁷⁹Um exemplo da disseminação da EAD na política de formação de professores no Brasil é a Plataforma Freire que está inserido no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, cujo objetivo é adequar o ensino de todas as cidades brasileiras à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Plataforma Freire oferece cursos presenciais e a distância para professores que ainda não concluíram a sua licenciatura ou lecionam em uma área diferente da sua formação.

A oferta da educação básica ou do nível elementar de educação é colocada como sendo uma responsabilidade dos governos uma vez que “Todas as crianças devem ter a possibilidade de realizar seu direito à educação de qualidade nas escolas ou em programas alternativos, em todo e *qualquer nível de educação considerado ‘fundamental’* [...]” (UNESCO, 2000, p. 18). Contudo, a sociedade organizada não deve envidar esforços na concretização desse objetivo e os organismos internacionais de financiamento também devem dar a sua contribuição, alocando uma maior parte de seus recursos para a educação básica ou outras formas de educação elementares.

Esse empenho na universalização da educação básica gratuita e de qualidade ocorre porque essa etapa, de acordo com o que postula o movimento internacional, daria conta da formação dos indivíduos inseridos em uma sociedade dita do conhecimento em rápida e constante mudança, com uma nova organização do trabalho. Nesse sentido, os investimentos em educação básica deveriam ser significativamente aumentados e os instrumentos da política educacional dos países pobres deveriam priorizar essa etapa de ensino, como bem exemplifica o Fundef⁸⁰, o Fundeb⁸¹, o PDE⁸², e os movimentos nacionais e as parcerias e alianças do setor privado com ONGs nacionais e internacionais em prol da universalização da educação básica (Movimento Todos pela Educação⁸³, Campanha Nacional pelo Direito a Educação⁸⁴, ActionAid Brasil⁸⁵ e Ação Educativa⁸⁶)⁸⁷.

⁸⁰Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Lei nº 9424/96.

⁸¹Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007.

⁸²Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado no ano de 2007 em conjunto com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, e instituído pelo Decreto Lei nº 6.094.

⁸³O movimento Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil brasileira que tem o objetivo de contribuir para que até 2022, o Brasil alcance a meta de assegurar a universalização de uma educação básica de qualidade. Esse movimento conta com a participação de empresários, gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, dentre outros membros e organizações da sociedade civil.

⁸⁴A Campanha Nacional pelo Direito a Educação é uma organização que envolve a articulação de mais de duzentos movimentos e organizações da sociedade civil que atuam em prol do direito a uma educação pública de qualidade. Foi criada em 1999, com o objetivo de monitorar as metas de Educação para Todos assumidas pelos governos nos marcos da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990).

⁸⁵A ActionAid foi criada na Inglaterra, em 1972, com a finalidade de erradicar a pobreza, através de ações que viessem promover melhores condições de vida para crianças africanas. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos que atua em mais 40 países, em parceria com indivíduos e organizações, no combate a pobreza.

⁸⁶A Ação Educativa é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1994, com o propósito de promover direitos educacionais, veiculando o mesmo discurso da EPT de fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável.

⁸⁷É preciso colocar que essas ONG's nacionais e internacionais estão inseridas em movimentos internacionais mais amplos em prol da defesa da educação básica e todas elas se vinculam as ações do Programa de Educação para Todos.

A busca pela universalização da educação básica, conforme o documento, deve estar intimamente associada à conquista da sua qualidade, elemento fundamental para alcançar os resultados satisfatórios de aprendizagem. Essa concepção de qualidade veiculada pelo Banco Mundial e pela UNESCO⁸⁸, muito questionável do ponto de vista da formação omnilateral, deve ser mensurada em avaliações de aprendizagem periódicas efetuadas pelos sistemas nacionais de avaliação dos países pobres. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, na LDBEN⁸⁹, Lei nº 9.394/96, na Lei 9.424/96 que regulamentou o Fundef e na Lei 11.174/2007 que regulamenta o Fundeb, já estava prevista a definição de um padrão mínimo de qualidade que deveria nortear os recursos a serem destinados para a educação básica pública. Entretanto, esse padrão não tinha sido definido até maio de 2010, quando foi aprovado pelo CNE⁹⁰ a resolução 8/2010, que normatiza os padrões mínimos de qualidade para a educação básica, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo (CAQi)⁹¹. No entanto, o parecer se encontra há mais de três anos engavetado, esperando uma concretização do texto por parte da SEB (Secretaria de Educação Básica) e do CNE, para posteriormente ser homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

O Marco de Ação de Dakar defende que um dos elementos que auxiliariam diretamente na concretização dessa qualidade seria o uso de recursos adequados como instalações em boas condições, professores bem capacitados e motivados em sua profissão, livros e materiais didáticos e tecnologias educacionais de baixo custo, acessível a todos os alunos. No que se refere à preparação específica dos docentes para a conquista da qualidade do ensino e para o exercício de um novo papel na preparação dos alunos para uma economia baseada no conhecimento e dirigida pela tecnologia, pontua o documento da UNESCO:

“[...] Em todos os níveis da educação os professores devem ser respeitados e adequadamente remunerados; ter acesso à formação e ao desenvolvimento e ao apoio profissional permanente, inclusive **mediante o ensino aberto e a distância** [...]” (UNESCO, 2000, p. 24, grifos nossos)

A defesa dos benefícios do uso das novas tecnologias na educação, inclusive na formação de professores, advém de um contexto no qual predomina a ideologia da globalização, como um impulso de integração planetária que não pode ser controlado, e o

⁸⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁸⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁹⁰ Conselho Nacional de Educação.

⁹¹ O Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) foi criado em 2007 e é uma proposta da Campanha Nacional pelo Direito a Educação que traz a definição de um padrão de mínimo de qualidade a ser implantado nas escolas públicas brasileiras atuando como base para o estabelecimento do valor do custo aluno anual do Fundeb.

discurso de que o motor do desenvolvimento e da produção da riqueza seria o conhecimento. De acordo com o documento, a globalização é vista como um processo positivo, se constituindo enquanto uma oportunidade e um desafio, devendo ser adaptada para proporcionar equidade e sustentabilidade econômica. A revolução nas tecnologias da informação estaria na base da globalização que teria o poder de auxiliar na redução da pobreza e das desigualdades, e na utilização das novas tecnologias na educação elementar. No entanto, haveria um lado negativo no processo de globalização. Ele traria uma tendência à criação de um mercado do conhecimento que marginalizaria a população pobre. O acesso dos pobres e marginalizados a educação fundamental seria a solução para o problema da exclusão em uma economia global cada vez mais próspera baseada no conhecimento.

Seguindo esse raciocínio, novas tecnologias da informação e da comunicação devem ser utilizadas para apoiar os esforços despendidos no alcance das metas de EPT sem exigir a alocação de muitos recursos. As TIC's deveriam ser empregadas pela sua potencialidade na disseminação do conhecimento e por possibilitar uma aprendizagem eficaz. Nos países ditos em desenvolvimento, essas tecnologias devem vir associadas a tecnologias mais antigas e serem aplicadas em toda a sua dimensão na capacitação de professores.

Diante do que foi exposto nas linhas acima é possível constatar que toda a defesa em torno da educação básica, enquanto uma etapa que traria a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem da população dos países pobres, e do uso abusivo e redentor das novas tecnologias na educação, tanto na educação básica quanto em uma formação esvaziada destinada aos professores, está inserida no contexto de adaptação dos indivíduos às exigências colocadas por uma nova configuração do mercado em uma sociedade tecnológica e dita do conhecimento ou da informação. Esse é o eixo basilar das diretrizes educacionais dos documentos de EPT: uma suposta nova sociedade exigiria uma nova educação.

De fato, estamos vivenciando uma nova etapa do desenvolvimento sistêmico do capital, a sua fase descendente, o que não implica de modo algum a superação do capitalismo e muito menos do trabalho enquanto produtor da riqueza social e condição eterna da reprodução da vida humana. O encontro do capital com limites intransponíveis exige uma reconfiguração dos diversos setores sociais, inclusive da educação. Não só no tocante a educação, mas no que diz respeito ao desenvolvimento social como um todo, há um movimento contrário, inverso, que resulta em um empobrecimento e não em um enriquecimento do gênero e da própria condição humana. Expliquemos melhor. As relações sociais do sistema do capital em especial, e as relações das outras formas de sociabilidade pautadas na exploração do homem pelo homem, tem uma importância muito significativa na

inversão desse desenvolvimento. Entretanto, o capital em crise sistêmica acarreta um aumento expressivo na produção dessas desumanidades, por meio da disseminação de consequências destrutivas advindas da sua dinâmica expansionista. Entre essas consequências destrutivas está a completa subordinação da educação ao mercado e a fragmentação e o empobrecimento do conhecimento. O alto desenvolvimento das forças produtivas deveria estar associado ao enriquecimento do gênero⁹², mas está crescentemente voltado para as demandas do capital, como bem exemplifica a hipertrofia do complexo industrial militar e dos seus laboratórios de pesquisa com tecnologia de ponta.

A subordinação da educação ao mercado e o esvaziamento e a negação do conhecimento, na nossa compreensão, se relacionam e interagem entre si nas duas categorias analisadas: *educação básica e uso das novas tecnologias na educação*. No caso do discurso em prol da educação básica como etapa suficiente para suprir as necessidades econômicas e sociais dos países pobres, a sua dimensão mercadológica está ligada a qualificação para o trabalho e ao desenvolvimento de habilidades para um mercado baseado na tecnologia. Já o esvaziamento e a negação do conhecimento se dão através da quase restrição dos países periféricos a etapa mais elementar de educação, uma vez que as ações e as políticas de financiamento dessas nações priorizam essa meta internacional. Outro aspecto da fragmentação e negação do conhecimento está atrelado à adoção de paradigmas educacionais, que priorizam o conhecimento cotidiano, que se dá na prática e pela prática, como as pedagogias do aprender a aprender.

A defesa do uso das novas tecnologias também tem um forte viés mercadológico ao utilizar esse quase endeusamento como suporte para garantir a expansão de importantes setores que se abrem ao mercado: o mercado educacional (universidades, faculdades ou grandes escolas de nível superior privados) e o mercado das tecnologias em geral, principalmente as tecnologias educacionais. O esvaziamento e a fragmentação do conhecimento se expressam na substituição do professor e do repasse do conhecimento pelo uso abusivo das novas tecnologias que traz embutida a sugestão de que as informações veiculadas nesses meios substituem o conhecimento científico, sistematizado.

Em face de todas as consequências da crise estrutural do capital para a educação, abordadas em linhas gerais nas reflexões elaboradas nos parágrafos acima, e para o conjunto da sociedade, nunca foi tão atual a defesa de uma forma superior de sociabilidade. Só através

⁹²Sabemos que o enriquecimento do gênero humano e o conhecimento tem a sua raiz no trabalho, e por esse motivo os obstáculos que se põe ao desenvolvimento desse gênero tem a sua matriz na alienação e no estranhamento, questões que não vamos nos ater aqui.

de uma ruptura radical e da retomada do controle dos trabalhadores sobre o trabalho é possível vislumbrar outro futuro para a humanidade que não seja o espectro da destruição total. Infelizmente, sem essa ruptura não será possível conter a fúria destrutiva do capital que emana cada vez mais fortemente sobre os sujeitos, a totalidade social e os complexos parciais que a compõem, independente das ações e da boa vontade daqueles que ainda continuam defendendo o reformismo como uma alternativa viável. Hoje mais do que nunca o capital se mostra irreformável e incontrolável.

Nesse processo, a educação pode ter um importante papel contribuindo para a formação de consciências, por meio de atividades emancipatórias que atuem influenciando, com as devidas mediações, o movimento social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da fase de ascendência histórica do capital, a qual Mészáros define como marco cronológico a erupção da crise estrutural, trouxe a tona limites sistêmicos que o capital não consegue mais superar. Com essa crise, o movimento do capital em busca da expansão e da acumulação é bloqueado, tornando impossível o deslocamento dos antagonismos internos do sistema, o que por sua vez, acarreta que toda a incontornabilidade desse metabolismo social seja ativada e os efeitos da sua expansão anterior sejam potencializados.

De fato, desde o início houve uma impossibilidade de impor qualquer restrição ao movimento do capital, uma vez que na sua dinâmica expansionista “Restrição é sinônimo de crise. Se aceitasse restrições ou limites deixaria de ser capital” (Mészáros, 2011, p. 252). Justamente essa impossibilidade de impor qualquer limite fez com que o capital chegasse ao ponto de adotar estratégias perigosas e destrutivas para alavancar novamente a sua reprodução sociometabólica e administrar as suas contradições diante de um maquinário de deslocamento com eficácia bastante reduzida. Na realidade, a destruição já fazia parte da essência mais íntima do capital. Todavia, a diferença é que ela vai passar de práticas esporádicas em situações de crises conjunturais para a prática do desperdício habitual depois do desastre gerado pela grande depressão de 1929-33.

Mészáros (2011) destaca que Rosa Luxemburgo já havia chamado a atenção para os benefícios da produção militarista no tocante a solução dos problemas da superprodução. Embora as primeiras tentativas de utilização da produção bélica para esse fim tenham sido concretizadas antes da Primeira Guerra Mundial, a sua adoção generalizada só ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, com a justificativa da Guerra Fria e da ameaça comunista. A corrida armamentista irracional entre o bloco capitalista e o bloco soviético, apoiado e financiado em larga medida pelo Keynesianismo militar e pelo Estado comunista, alimentou por muitos anos a produção de armamentos. O milagre econômico do Japão e da Alemanha Ocidental também tem na sua raiz uma forte relação com a produção de equipamentos de guerra a serem incorporados pela indústria bélica americana.

Dantas (2006) explica que o surgimento de uma tendência a estagnação logo após o término da Segunda Guerra conduziu os Estados Unidos a buscar soluções para superá-la por meio da expansão do complexo militar industrial, utilizando-se do pretexto político do combate ao comunismo, da Guerra da Coreia e da Guerra do Vietnã. Esse autor defende que o amplo desenvolvimento econômico do pós-guerra é inexplicável se não se considera a conjuntura particular que inclui os astronômicos gastos militares dos Estados Unidos. Os

investimentos civis do Estado keynesiano para fins não militares tiveram uma grande importância, mas não explicam completamente o amplo desenvolvimento econômico das décadas seguintes a Segunda Guerra, denominada de “A era do ouro do capitalismo”. Esse período extremamente favorável para a economia do ocidente foi possibilitado pela criação de condições políticas específicas, e uma delas foi o alto investimento do Estado (principalmente o norte-americano) na produção de armamentos, o que configurou uma economia permanente de guerra.

Em suma, depois da crise de 1929 a produção destrutiva se tornou o novo e continuado meio de manter a expansão e a acumulação do capital, por oferecer taxas de lucro muito mais altas do que a produção de bens de consumo e de capital, indicando que os limites postos pelas necessidades humanas se tornaram fortes entraves para a reprodução desse metabolismo social.

Durante o período mais inicial de sua constituição enquanto sistema o capital já se apresentava de forma incontrolável e essa incontrolabilidade foi um dos fatores mais importantes para garantir a sua vitória e a consolidação da sua supremacia. Um aspecto em parte positivo desse caráter incontrolável para o seu desenvolvimento e dominação absoluta como sistema metabólico foi a superação dos inconvenientes que se opuseram a ele, conduzindo o seu modo de controle a exercer um poder irrestrito sobre o conjunto da humanidade. No contexto do ultimato dado ao capital através do encontro desse sistema com seus limites insuperáveis, a incontrolabilidade assume um significado completamente oposto aquele que possibilitou a libertação do capital de todas as amarras que reprimiam a vazão de seus imperativos. A dimensão perigosa e destrutiva assumida pela incontrolabilidade do capital na atualidade está longe de ser positiva, acarretando o reconhecimento da necessidade de limites até pelos próprios apologistas da ordem estabelecida.

Segundo Mészáros (2011), a separação artificial entre produção e controle está na base da incontrolabilidade do capital, se constituindo, portanto, no defeito central do sistema. Essa ruptura tende a se manifestar através da perda de controle sobre todos os campos e níveis do processo reprodutivo social, incluindo a sua conseqüente transformação nas contradições entre produção e consumo e produção e circulação. Todavia, os efeitos dessa perda de controle não serão percebidos em uma longa fase de desenvolvimento, por conta do deslocamento das contradições no período de ascendência do capital.

A sombra da incontrolabilidade total que cobre o movimento do capital na contemporaneidade tem como uma de suas manifestações a destruição de astronômicas quantidades de recursos humanos e materiais. Essa destruição maciça de forças produtivas

atualmente se constitui no elemento mais fundamental da dinâmica reprodutiva desse metabolismo social, sendo conduzida sem nenhuma preocupação com os enormes prejuízos ambientais e ainda pior, com o futuro da humanidade.

Devido ao caráter único desse modo de controle sociometabólico totalizador e incontrolavelmente voltado para a expansão, se estabelece uma relação anteriormente inimaginável entre economia e política. As determinações essenciais do capital colocaram a exigência de uma separação radical entre as funções políticas e reprodutivas, gerando a necessidade de instauração do Estado moderno, como estrutura de comando político totalizadora do capital, que contém a sua própria superestrutura jurídica e política.

Nessa conjuntura de crise sistêmica, os mecanismos de deslocamento das contradições não são mais capazes de contornar, na medida exagerada exigida pela expansão e o caráter global atingido pelo capital, os antagonismos estruturais do sistema, necessitando de forma cada vez mais recorrente da ação política do Estado moderno. Desse modo, o Estado moderno atua complementando com o seu controle político a reprodução material desse modo de controle sociometabólico, corrigindo, claro que dentro dos limites aceitáveis pelos imperativos do sistema, os antagonismos emanados pela falta de unidade das partes que compõem o processo produtivo (produção e controle, produção e consumo e produção e circulação), que constituem as partes vitais desse metabolismo social. Precisamente, por esse motivo, Mézáros afirma que Estado e capital estabelecem entre si uma relação de complementaridade dialética, em que um não vive sem o outro.

O Estado executa um importante papel no estímulo a destrutividade operada pelo capital na economia, fornecendo as condições econômicas e políticas para a consolidação do que o presidente Eisenhower em fim de mandato denominou de “complexo industrial militar”. Nesse processo, atua como gastador/consumidor retirando a produção bélica do rol da circulação das mercadorias normais e estabelecendo uma relação de muita proximidade com os grandes oligopólios industriais, que detém o monopólio na produção de armamentos, e o capital rentista privado, do qual advém os recursos para investir nessa produção que se autoconsome. Como não poderia deixar de ser, essa estrutura política executa a função de importante complexo mediador na defesa dos interesses do grande capital, através do estímulo e salvaguarda dos principais elementos constituintes do capital em crise, expressos na tendência a concentração e centralização do capital, na hipertrofia do capital financeiro e na produção da destruição.

O complexo industrial militar alia a taxa de utilização decrescente, enquanto uma das leis tendenciais mais importantes do desenvolvimento capitalista, com a máxima

expansão. Essa combinação quase perfeita, do ponto de vista do capital, traz uma relevante inovação para a reprodução desse metabolismo social, que consiste na supressão de qualquer distinção essencial entre consumo e destruição, tratando ambos como sendo práticas equivalentes. Outra inovação fundamental do complexo industrial militar é a fusão entre produtor/comprador/consumidor representado agora pela nação, pois somente ela, ou seja, a representação do Estado moderno poderia exercer o papel de fonte segura para proporcionar as cifras astronômicas capazes de tornar possível a expansão do capital, ao tempo que absorve todo o desperdício resultante dessa produção.

Na nossa compreensão, a ativação das tendências destrutivas do capital transborda o âmbito restrito da produção econômica, colocando uma nova dinâmica a sociedade e ao conjunto das relações sociais. Essa destrutividade atua perpassando de diferentes formas e em graus diferenciados as outras dimensões que compõem a totalidade social, em especial a educação.

O complexo da educação surge das necessidades colocadas pelo trabalho, que atua enquanto categoria central na construção das individualidades e da sociabilidade. A transformação da natureza orientada por atos teleologicamente postos inaugura uma nova esfera do ser, cuja processualidade social é ontologicamente distinta dos processos naturais das esferas inorgânica e orgânica.

Segundo Lukács, o ser social assim como as outras esferas do ser, apresenta um caráter de um complexo de complexos, em outras palavras, é um complexo global formado por complexos parciais, que se desenvolvem em seu interior e atuam como partes constituintes, relativamente independentes, do ser social em sua universalidade.

O trabalho ao longo do seu desenvolvimento não só reuniu as bases do surgimento de uma nova esfera ontológica como introduziu um processo de complexificação social. Ao conduzir o homem sempre para além das suas finalidades iniciais, com o passar do tempo essa atividade humana criou novas necessidades e ampliou as possibilidades de satisfazê-las. É nesse contexto, que num dado estágio de desenvolvimento o trabalho possibilita e demanda a criação de complexos sociais parciais diferenciados e cada vez mais especializados com os quais se relaciona e dá corpo a totalidade social.

A educação, semelhante aos outros complexos, mantém uma dependência ontológica e uma autonomia relativa em relação ao trabalho, que detém a reprodução da base material da sociabilidade e está contido no complexo da economia. O trabalho, em outros termos, o complexo da economia, estabelece uma relação de influência mútua com os complexos parciais e essa relação se dá sob o primado da totalidade social.

É preciso colocar que Lukács não fez nenhum tratado específico sobre o complexo da educação. Na sua investigação ontológica ele escolheu aleatoriamente dois importantes complexos, a fala e o direito, para, a partir deles, extrair elementos gerais do desenvolvimento de cada complexo particular. Entretanto, apesar da particularidade de cada complexo parcial, e do desenvolvimento desigual de cada um, esse filósofo destaca que há um elemento mediador entre eles e o momento predominante exercido pelo trabalho, que é a totalidade social.

A educação é uma atividade intencional essencialmente social, que surge da necessidade de apropriação dos conhecimentos e habilidades exigidos para a concretização do ato de trabalho. O seu desenvolvimento e a sua complexificação ao longo da história humana, também são processos sociais e demonstram, da mesma forma que ocorre com as outras práxis sociais, a ruptura com a base biológico-natural.

Enquanto práxis social, a educação em sentido lato é um complexo universal que executa uma função essencial na reprodução do mundo dos homens, mediando o contato dos sujeitos com as objetivações do trabalho, produzidas e acumuladas por gerações, possibilitando que cada indivíduo construa em si a humanidade necessária à sua configuração em membro e partícipe do gênero. Em outras palavras, a educação em sentido lato articula a singularidade dos indivíduos a dimensão genérica do ser social, e por esse motivo é um complexo necessário em todas as formas de sociabilidade, independente do seu caráter classista ou emancipador.

Diferente dos animais que já nascem geneticamente programados, os homens precisam ter acesso a esse legado para se tornarem humanos e reagirem socialmente as diferentes situações de maneira a dar continuidade a sua existência. No processo educativo, o complexo da educação opera a teleologia secundária que incide sobre outras consciências induzindo-as a realizar determinadas posições teleológicas que expressem os comportamentos exigidos pela sociedade em questão, adaptando, em certa medida, as decisões dos indivíduos às demandas sociais. Contudo, cabe ressaltar que o fato dessas consciências serem ativas e escolherem entre alternativas, implica que quase sempre as finalidades estabelecidas inicialmente não sejam concretizadas.

A educação em sentido lato, da mesma forma que a linguagem, se desenvolveu espontaneamente para dar continuidade a substância do gênero. Já a educação em sentido estrito tem na base da sua gênese um movimento não espontâneo inaugurado pelo surgimento da divisão social do trabalho e pela cisão da sociedade em classes antagônicas. Em meio à luta de classes e a especialização das funções, o complexo da educação adentra em um processo

de complexificação que dá origem a educação em sentido estrito. Esta, não substitui a educação em sentido lato, mas estabelece com ela uma relação de mútua influência.

A influência do trabalho, mais precisamente da economia sobre a educação, ocorre por que essa atividade humana é a matriz ontológica dos demais complexos, que embora seja ontologicamente determinante, ou seja, tenha prioridade ontológica sobre as outras dimensões sociais, não as determina de forma absoluta, como preceitua as vertentes do marxismo dogmático (determinista), por haver um grau relativo de liberdade de escolha. No entanto, os complexos parciais, e o complexo da educação em particular, não estão completamente separados da influência e das exigências do complexo da economia. Essa influência irá se concretizar sob a mediação da totalidade social, que tem em sua determinada formação histórico-social o momento predominante na gênese e desenvolvimento de cada complexo parcial.

Nos dias atuais a totalidade social governada pelo capital vivencia uma crise sistêmica que tem a sua raiz na economia, mas atinge os demais setores da sociedade. Uma das consequências mais graves dessa crise é o predomínio e a disseminação do potencial destrutivo do capital sobre todas as esferas que compõem a sociedade burguesa. Nesse cenário, a educação vai apresentar uma configuração específica, evidenciando sua íntima relação com o mercado por meio da intervenção direta de instituições econômicas multilaterais, e o empobrecimento do que deveria ser um processo formativo. O organismo internacional que vai atuar como representante dos interesses do grande capital internacional, e em especial do imperialismo devedor norte-americano, é o Banco Mundial, que desde a década de 1970 dá início a sua ampla atuação nas políticas sociais dos países pobres, dando ênfase a relação entre educação e alívio da pobreza extrema.

O auge da interferência dessa agência multilateral na educação dos países periféricos se concretiza através do pacto de Educação para Todos, firmado pelos países membros da Unesco nos diversos eventos de EPT realizados a partir de 1990.

O encontro do capital com os seus limites sistêmicos intransponíveis conduz a um estreitamento na relação entre economia e educação, o que significa que essa atividade humano-social, que tem na sua raiz ontológica um papel imprescindível na reprodução do mundo humano, é subordinada às demandas do mercado e às necessidades do capital em crise. Na verdade, há um aumento da intensidade do domínio do capital sobre as dimensões que compõem a totalidade social, expressa na colocação de diferentes exigências aos complexos parciais.

No que se refere à educação em sentido estrito, na fase de ascendência histórica do capital, ela executava uma função bem diferente do papel que ela é chamada a desempenhar com o esgotamento dessa fase de ascensão. Nos dias atuais, o complexo da economia vai influenciar, mas não absolutamente, a educação e os demais complexos, a operar a destrutividade expressa pelo capital. Assim, a função social da educação vai ser redefinida, disseminando uma concepção mistificadora de educação, completamente descolada do plano objetivo e da sua real contribuição para o processo de transformação social.

A reconfiguração da função social da educação, que marca a crescente ligação dessa atividade com o mercado e o conseqüente esvaziamento do seu papel formativo, expressa o que nós defendemos ser a destrutividade do capital na educação. Como expressão concreta dessa destrutividade, temos o pacto de Educação para Todos financiado e veiculado pelo Banco Mundial e seus parceiros nacionais e internacionais.

Com o objetivo de ilustrar essa destrutividade no modelo educacional do programa de Educação para Todos, elegemos duas categorias fundamentais na proposta educacional do Banco Mundial, que a nosso ver demonstram muito bem a estreita ligação com o mercado e o esvaziamento da formação. As categorias analisadas foram: educação básica e uso das novas tecnologias na educação. Essas categorias foram analisadas nos documentos resultantes dos principais eventos desse pacto internacional: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990); e o Marco de Ação de Dakar (2000).

Inicialmente é preciso ressaltar o eixo basilar no qual se insere a concepção de educação defendida nesses dois documentos ícones do movimento de EPT: o surgimento de uma nova sociedade, baseada no conhecimento e na tecnologia, colocaria a necessidade de um novo cidadão (trabalhador assalariado) com o mínimo de qualificação para se adaptar as exigências do século XXI. Sob essa base é que se ergue a defesa da universalização da educação básica como etapa capaz de gerar o desenvolvimento sustentável com o mínimo de custos. O principal argumento econômico utilizado para o investimento na educação básica se limita a afirmar que esse seria o melhor investimento que se poderia fazer no futuro de um povo e de uma nação, possibilitando a solução de vários problemas a nível mundial.

A defesa dessa etapa permeou a criação dos principais instrumentos da política educacional brasileira (Fundef, Fundeb, PDE, PNE⁹³, SAEB⁹⁴), influenciando também nas

⁹³Plano Nacional de Educação.

reivindicações e na organização de movimentos específicos, a nível nacional e internacional, conduzidos por ONG's em aliança com a iniciativa privada.

A busca pela universalização da educação básica, segundo os citados documentos, deve está intimamente associada à conquista da sua qualidade. Essa concepção de qualidade veiculada pelo Banco Mundial e pela Unesco, muito questionável do ponto de vista da formação omnilateral, deve ser mensurada em avaliações de aprendizagem periódicas efetuadas pelos sistemas nacionais de avaliação dos países pobres. A conquista dessa tão proclamada qualidade caberia principalmente ao professor que, por meio do acesso a um apoio profissional permanente através da capacitação em serviço e da educação à distância, deveria exercer um novo papel na preparação dos indivíduos para uma economia do conhecimento.

No que se refere ao uso das novas tecnologias na educação, a defesa dos seus benefícios, inclusive na formação de professores, advém de um contexto no qual predomina a ideologia da globalização, como um impulso de integração planetária que não pode ser controlado, e o discurso de que o motor do desenvolvimento e da produção da riqueza seria o conhecimento. A revolução nas tecnologias da informação estaria na base da globalização que teria o poder de auxiliar na redução da pobreza e das desigualdades, e na utilização das novas tecnologias na educação elementar.

Um ponto que merece destaque é a ênfase no uso das novas tecnologias da informação e da comunicação enquanto importante meio que possibilitaria um aumento na oferta da educação básica, a melhoria da sua qualidade e da gestão. Todavia, por detrás da defesa do papel educativo das tecnologias, principalmente das tecnologias mais avançadas, se esconde um poderoso nicho de mercado que cresce a passos largos.

Vale destacar que um desdobramento do uso puramente mercadológico das novas tecnologias na educação é a disseminação da educação à distância e das suas modalidades. Essa disseminação expressa não só uma das facetas da subordinação da educação ao mercado, como também o esvaziamento do conhecimento através da supressão quase total das aulas presenciais e da orientação do professor. No caso do Brasil, a EAD vem crescendo assustadoramente, adentrando com força e rapidez a política de formação de professores, as universidades públicas estaduais e federais, e principalmente os cursos superiores de instituições privadas, que, em sua maioria, são aligeirados; apresentam-se, inclusive, com uma

⁹⁴ Sistema Nacional da Educação Básica.

qualidade muito questionável mesmo dentro dos padrões governamentais, além de não passarem nem perto de articular o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Na análise das categorias acima citadas, constatamos que a subordinação da educação ao mercado e o esvaziamento e a negação do conhecimento, tida como expressões da destrutividade do capital na educação, se relacionam e interagem entre si nessas duas categorias. No caso do discurso em prol da educação básica, a sua dimensão mercadológica está ligada a qualificação para o trabalho e ao desenvolvimento de habilidades para um mercado baseado na tecnologia e na informação. Já o esvaziamento e a negação do conhecimento se dão através da quase restrição dos países periféricos a etapa mais elementar de educação, uma vez que as ações e os recursos dessas nações devem ser destinados a concretização dessa meta internacional. Outro aspecto dessa negação do conhecimento elaborado está atrelado à adoção de paradigmas educacionais que priorizam o conhecimento cotidiano, com ênfase para as pedagogias do aprender a aprender.

A defesa da adoção maciça das novas tecnologias também apresenta uma significativa dimensão mercadológica ao utilizar esse endeusamento proposital como suporte para garantir a expansão de importantes setores que se abrem ao mercado: o mercado educacional e o mercado das tecnologias em geral, principalmente as tecnologias educacionais. O esvaziamento e a fragmentação do conhecimento se expressam na substituição do professor e do repasse do conhecimento pelo uso abusivo das novas tecnologias que traz embutida a sugestão de que as informações veiculadas nesses meios substituem o conhecimento científico que se constitui no legado pertencente ao gênero, e a função do professor no processo educativo. Acreditamos que essa tentativa de diminuir consideravelmente a presença dos professores no que deveria ser um curso de formação superior está inserido no movimento maior de precarização do trabalho e da substituição do trabalho vivo por trabalho morto, que reflete uma das tendências presentes no sistema do capital.

Com base em tudo que foi exposto nas investigações empreendidas ao longo dessa pesquisa, concluímos que a única alternativa para conter os imperativos e as consequências destrutivas do capital sobre a educação e mais amplamente, sobre a sociedade, é a instauração de uma forma superior de sociabilidade humana. Não há nenhuma possibilidade de por fim ou, na melhor das hipóteses, pelo menos administrar essa destrutividade pela via do reformismo, uma vez que, conforme expressam Marx e Mészáros, o capital é irreformável, incorrigível.

Por esse motivo, defendemos a organização de um movimento radical e internacional da massa proletária. Nessa reorganização do movimento socialista internacional, as atividades emancipatórias executadas pela educação teriam um importante papel na formação de consciências radicalmente críticas e engajadas no processo de transformação social. O atual momento histórico não só exige essa luta social, sob pena do extermínio da humanidade, como também fornece as condições históricas de sua realização.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AÇÃO EDUCATIVA. **Quem somos.** São Paulo, [20--?]. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

ACTIONAID BRASIL. **Quem somos.** [20--?]. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica.** 21 set. 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ALVES MAZZOTI, Alda Judith. **O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação.** Cadernos de pesquisa. São Paulo. n. 96. p. 15-23. Fev. 1996.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. p. 9-23.

BORGES, Nina. **Campanha nacional pelo direito a educação.** 5 set. 2012. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/campanha-nacional-pelo-direito-educacao>>. Acesso em: 09 jul. 2011.

CAVALCANTE, Carlos Magno Gurgel. O uso do sistema Toyota de produção como alternativa à atual crise do capital. In: RABELO, Jackline (Org.). **Trabalho, educação e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. p. 43- 56

CHASIN, José. **O método Dialético.** 26 out. 2010. Transcrição Literal das aulas ministradas durante o Curso de Pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/metodo-dialetico-josechasin.html>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 1-30, dez.1995.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5. p. 7- 28, 2000.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. A natureza ontológica do pensamento de Marx. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1, p. 1- 13, 2009.

DANTAS, Gilson. O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense? **Revista Outubro**, São Paulo, n. 14. p. 171- 191, segundo semestre de 2006.

_____. O setor bélico norte-americano em sua condição de estímulo econômico: algumas notas para um debate contemporâneo. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, 4, 2005, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2005. 1- 13. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m4c4.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

JIMENEZ, Maria Suzana Vasconcelos; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; MORAES, Betânea Moreira de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; JOVINO, Wildiana Kátia Monteiro; BRAGA, Samara Almeida Chaves. A ontologia Marxiana e a pesquisa educacional: pressupostos teóricos e exigências metodológicas. In: NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho. (Org) **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza, EdUECE, 2011. v. III. p. 151-168.

JULIBONI, Márcio. As dez maiores empresas de defesa do mundo: americanas e europeias dominam a indústria bélica mundial, segundo lista da Sipri. **Exame.com**, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-10-maiores-empresas-de-defesa-do-mundo#11>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

_____. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r05_r03.htm>. Acesso em 14 abr. 2011.

LESSA. Para compreender a ontologia de Lukács. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. 240 p. (Coleção filosofia ; 19).

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128p.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: Uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 02, p. 73- 94, ago. 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2009.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o Fundef no centro do debate**. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, FAGED-UFC, Fortaleza, 2005.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores et al. A intervenção avaliativa do Banco Mundial na política educacional dos países pobres: uma crítica á luz da ontologia marxiana. In:

ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC/PPGE, 2011. 1 CD- ROM.

MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Palestra proferida em Londres, 2008. Disponível em: <<http://www.meszaros.comoj.com/?q=taxonomy/term/103/all>>. Acesso em: 19/02/2013.

_____. **A crise estrutural do capital**. Texto escrito para a edição em farsi de Para além do capital, publicada por exilados iranianos, 1998. Disponível em: <<http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/31>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

_____. Crise estrutural necessita de mudanças estruturais. **Tópicos Utópicos**: caderno de textos, Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/FAFIDAM/Downloads/Texto+da+Palestra+Istv-%C2%A0%C2%A6%C3%A1n+M-%C2%A0%C2%A6%C3%A9sz-%C2%A0%C2%A6%C3%A1ro.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Editora Unicamp e Boitempo Editorial, 2003.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira. Mundialização e capital financeiro: a perspectiva de François Chesnais. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2, 2005, Maranhão. **Anais eletrônicos...** Maranhão: UFMA, 2005. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Cristiano_Vieira_Montenegro253.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

MORENO, Marco Antônio. As dez empresas que mais ganham com as guerras. **Portal Fórum**, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/09/as-dez-empresas-que-mais-ganham-com-as-guerras/>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. In: Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, 3, 2010, Serpa. **Anais eletrônicos...** Serpa, 2010. P. 1- 41. Comunicação. Disponível em: <<http://pcb.org.br/porta1/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. – 2ª.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

OLIVEIRA, Aécio Alves de; MOREIRA, Carlos Américo Leite; MARQUES, Marcelo Santos. Crise estrutural do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia. In: Colóquio Internacional Marx e Engels, V, 2007, Campinas. **Anais eletrônicos...**

Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Marcelo_Marques.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2013.

PANIAGO, Cristina. **A incontrolabilidade ontológica do capital**: um estudo sobre Beyond Capital, de I. Mészáros. Rio de Janeiro, 2001. 136 p. Tese. (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2001.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. In: SANTOS, Derivaldo; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. Campina Grande: EDUFCEG/ Fortaleza: EdUECE, 2012. p.37- 59.

SANTOS, Derivaldo; COSTA, Frederico. A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Derivaldo; JIMENEZ, Susana (Orgs). **Ontologia, estética e crise estrutural do capital**. Campina Grande: EDUFCEG/ Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 15- 36.

SERFATI, Claude. O braço armado da mundialização. **Outubro**, São Paulo, n.6, p. 47-65, 2002.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O TPE**. [20--]. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/o-tpe/>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005.

UNESCO. **Declaração mundial sobre Educação para Todos**. Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

_____. **O Marco de ação de Dakar Educação para Todos**: atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2010.